UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA- PPGSCA/UFAM

ALINE RIBEIRO DE OLIVEIRA

MARICAUÁ, LIAMBA E DIRIJO: PRÁTICAS CRIMINALIZADAS EM TORNO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NO PENSAMENTO SOCIAL NO AMAZONAS (1950-1970)

MANAUS –AM

2022

ALINE RIBEIRO DE OLIVEIRA

MARICAUÁ, LIAMBA E DIRIJO: PRÁTICAS CRIMINALIZADAS EM TORNO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NO PENSAMENTO SOCIAL NO AMAZONAS (1950-1970)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia para obtenção do grau de Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Linha de pesquisa: Redes Processos e Formas de Conhecimento

Orientador: Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro

MANAUS-AM

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Oliveira, Aline Ribeiro
O48m Maricauá, liamba e dirijo: práticas criminalizadas em torno de substâncias psicoativas do pensamento social no Amazonas. (1950-1970) / Aline Ribeiro Oliveira . 2022
122 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Odenei de Souza Ribeiro
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Maconha. 2. Pensamento social. 3. Proibicionismo. 4. Racialização das drogas. 5. Amazônia. I. Ribeiro, Odenei de Souza. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

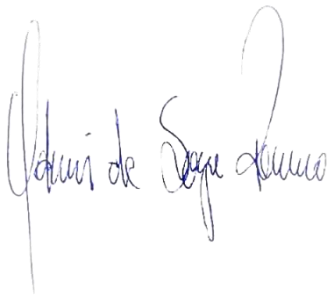
Nome: Oliveira, Aline Ribeiro
Título: Maricauá, Liamba e Dirijo: Práticas Criminalizadas em torno de substâncias psicoativas no Amazonas (1950-1970).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da UFAM, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

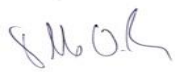
Aprovado em: 23 de Fevereiro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Odenei de Souza Ribeiro
Parecer: (APROVADO) Assinatura:



Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa
Parecer: (APROVADO) Assinatura:



Prof. Dr. Gláucio Campos Gomes de Matos
Parecer: (APROVADO) Assinatura:



Para Catarina, Raescla, Adelia, Vó Maria e “Vó Francisca”, obrigada, por todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Depois da crise do oxigênio em Manaus, e em meio à tantas perdas provocadas devido a pandemia da covid-19, dada a união do fascismo, racismo, machismo, LGBTFobia, que mergulham profundamente no Brasil, todo momento de alegria, de agradecimento, é permeado de uma negociação com alguma dor, alguma falta. Perdemos muito. Frente a esse pesar que está represado em nossas vozes, quero agradecer à muitas pessoas que apoiaram, que acreditaram em mim e me deram suporte até aqui.

Agradeço a primeira pessoa que me ensinou, mesmo sem ter tido acesso, a importância de estudar, seu empenho em me apoiar, em meus caminhos dentro e fora na universidade, por se dispor a entender as pautas que eu me engajo e me pedi, desde muito criança “estuda Aline, isso ninguém pode te tirar”. Hoje vejo você retomar sua vida e seus estudos. Lembro de você com os olhos brilhando, me vendo de beca. Eu fui a primeira pessoa de toda nossa família a entrar na universidade, você estava muito orgulhosa de mim. Sei do seu esforço em seus estudos, logo serei eu, vendo você se formar. Obrigada, mãe!

Meus agradecimentos, especialmente a minha irmã Raescla, que foi a primeira pessoa que amei no mundo. Quando o mundo acaba e quando ele teima em não se reconstruir, ela o faz com suas mãos, com seu carinho, com sua poesia, com sua força, minha melhor amiga e incentivadora, tenho sorte de ter te visto crescer, e fico agradecida pelo universo me permitir ser tua irmã, tem muita força entre a gente. A Catarina Maria, que com seu oitos anos, consegue ser tão articulada, inteligente e amorosa, minha Cat das estrelas que sempre me liga de noite, que me faz brincar e me leva ao seu mundo de games, bonecas e Minecraft: Soco, bate, magia! Agradeço a minha cunhada, Roberta Duarte, por compartilhar de minhas aflições e sempre preparar o melhor bolo sem glúten.

Minha rede de movimentos, Coletiva Banzeiro Feminista, as manas da Frente Estadual pelo Desencarceramento no Amazonas, Priscila, Victoria, Marília e tantas outras que sei que foram cruciais para muitos aspectos e

momentos da minha vida. Foram muitas mulheres que me fizeram permanecer, e lutar, Claudinha, Aga, Dona Thica, e as monstras da Rede transfeminista de cuidados digitais, obrigada por tudo!

Roberta Lima minha irmã do coração, e Raissa, minha carpinteira do universo, obrigada pela escuta acolhimento e amor, sei que vibram com cada passo que dou, vocês são grandes alegrias em minha vida. Me inspiram.

Obrigada a Patricia Melo, por ter me mostrado essa temática na graduação, pelo carinho de sempre, suas aulas foram o divisor em minha vida. Ao meu orientador Odenei Ribeiro, pelo debate e por proporcionar o desenvolvimento de minha autonomia enquanto pesquisadora.

Aos meus amigos queridos, Tio Eraldo, Matheus, Sart,Isaac,Thaíssa, uma amizade forjada na greve, com muito carinho! Ao grupinho, “carinhosamente” apelidado de “extrema esquerda”, em especial ao Roger Kenned, sua companhia no mestrado foi essencial, um amigo pra vida.

A Flavia Melo, por me mostrar as possibilidades de liberdade, compartilharmos juntas nossas dores, medos e enfrentar tudo isso com nossa gargalhada, você me inspira muito amiga. Agradeço ao Fabio Candotti, por todo carinho, amizade, pelas leituras em meus textos, por incentivar meus projetos, e pelas horas de conversas e bebidas madrugada adentro.

Mesmo juntes por uma década, seu amor extravasa em declarações, carinhos, beijinhos e em tantas coisa que escapam em momentos de descuido. Obrigada Rael por todo suporte, amor e incentivo, por acreditar em mim, por nosso debates das noites em claro, por todo seu carinho e preocupação comigo, sem você essa caminhada seria muito cinza. Tu é meu ponto de paz, amo ouvir tuas história repetidas. Dividir meu sonhos contigo é te ver sonhar comigo e lutar por eles, e pela transformação do mundo, isso é raro e é amor.

As ferramentas do mestre nunca irão desmantelar a casa do mestre.

Audre Lorde

RESUMO

Esta dissertação representa um esforço intelectual de compreender como a temática da maconha foi abordada no Amazonas, sabendo do enorme silêncio que paira em torno dessa temática na historiografia amazonense, longe de procurar sanar ou resolver as questões em torno dos usos sociais da maconha, procuramos vestígios de sua presença no território amazonense para o quanto possível compreender como essa lógica proibicionista vigente, se deu em nosso território, debatendo a etnografia “O Folclore da Maconha”, de Mário Ypiranga Monteiro, etnografias produzidas sobre o uso da maconha no Amazonas, e levantamento de fontes do Jornal do Commercio, concentramo-nos em um limiar de proximidade temporal próximos às datas de produção da obra de Mário Ypiranga, na expectativa de compreender as narrativas em torno da maconha no Amazonas.

Palavras-chave: Maconha, Pensamento social, Proibicionismo, Racialização das drogas.,Amazônia.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Esta disertación representa un esfuerzo intelectual por entender cómo se abordó el tema de la marihuana en la Amazonía, conociendo el enorme silencio que se cierne en torno a este tema en la historiografía amazónica, lejos de buscar resolver o resolver los problemas que rodean los usos sociales de la marihuana, buscamos rastros de su presencia en el territorio amazónico para entender cómo es posible entender cómo es. La lógica prohibicionista vigente, tuvo lugar en nuestro territorio, debatiendo la etnografía "El Folklore de la Marihuana", de Mário Ypiranga Monteiro, la etnografía producida sobre el uso de la marihuana en la Amazonía, y el relevamiento de fuentes del Diario de Comercio, nos concentramos en un umbral de proximidad temporal cercano a las fechas de producción de la obra de Mário Ypiranga, a la espera de comprender las narrativas en torno a la marihuana en la Amazonía.

Palabras clave: Marihuana, pensamiento social, prohibicionismo, racialización de las droga, Amazônia.

ABSTRACT

This dissertation represents an intellectual effort to understand how the theme of marijuana was addressed in the Amazon, knowing the enormous silence that hangs around this theme in Amazonian historiography, far from seeking to solve or solve the issues surrounding the social uses of marijuana, we look for traces of its presence in the Amazonian territory to understand how it is possible to understand how it is prohibitionist logic in force, took place in our territory, debating the ethnography "The Folklore of Marijuana", by Mário Ypiranga Monteiro, ethnography produced on the use of marijuana in the Amazon, and survey of sources of the Journal of Commercio, we concentrated on a threshold of temporal proximity close to the dates of production of the work of Mário Ypiranga, in the expectation of understanding the narratives around marijuana in the Amazon.

Keywords: Marijuana, social thinking, prohibitionism, racialization of drugs,

Amazônia

LIISTA DE FIGURAS

Figura 1 Frequência de Notícias sobre a maconha no Jornal do Commercio do Amazonas. 98
Figura 2; Jornal do Commercio. Manaus. 19 de junho de 1937 100
Figura 3- Jornal do Commercio, Maio à dezembro de 1947. 101
Figura 4-Jornal do Commercio, Manaus, 9 de setembro de 1948..... 105

Sumário

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO 1- MACONHA: UMA CATEGORIA ÚTIL DE ANÁLISE HISTÓRICA 25

Uso social da Maconha: recorrências medicinais e religiosas, presente de Deus e remédio para as agonias. 26

A maconha como cânhamo: A experiência do uso industrial na colônia brasileira. 29

RACIALIZAÇÃO DA MACONHA PREOCUPAÇÕES RACIAIS EM TORNO DAS DROGAS 33

Fim da escravidão: um marcador importante para racialização da maconha 35

Capítulo II- Mário Ypiranga Monteiro e O Folclore da Maconha 63

Código de Posturas Municipais. 63

Matrizes do Pensamento de Mário Ypiranga Monteiro 70

Movimento Folclórico e o Folclore da Maconha 74

CAPÍTULO III- NARRATIVAS EM TORNO DA MACONHA NO AMAZONAS 86

Recuperando Sentidos e disputas em torno da Maconha no Amazonas. 86

Efeitos do proibicionismo: Política prisional a partir de Ângela Davis 92

Maconha, nas folhas do Jornal do Commercio. 96

CONSIDERAÇÕES FINAIS. 111

BIBLIOGRAFIA 115

INTRODUÇÃO

> “A Arquitetura deste trabalho está enraizada no temporal. Todo problema humano deve ser considerado do ponto de vista do tempo”. (Frantz Fanon)

Como meu primeiro esforço de escrita e pesquisa acadêmica com um fôlego maior, o tempo nessa empreitada é essencial. Não somente a temporalidade que procuro recorrer para compreensão da temática proposta, mas primordialmente o tempo que vivenciamos coletivamente, nesses últimos dois anos. Tempo cruento, marcado por dores, e partidas violentas, muitas destas por asfixia, enterradas em covas abertas pelo trator. Lembrando a “pestilência da vala comum do genocídio [1] ”. Este tempo pandêmico, de adoecimentos, perdas evitáveis e irrecuperáveis. Da partida de familiares, que até agora marejam nossos olhos, de companheiras queridas, de militantes, de professores e professoras, e de intelectuais que interpretaram a Amazônia.

É neste tempo que escrevo, é um tempo de dor, de respirações profundas, de medo, de choros e de esforço e resistência, na forma mais humana que essa palavra possa significar, recorro as palavras de Conceição Evaristo “eles combinaram de nos matar, e nos combinamos de não morrer”, esse é um combinado cada vez mais difícil de se manter firme, sendo mulher negra e amazônida.

Das várias versões deste texto, em todos procurei evitar falar da covid-19. Mas se tornou impossível ignorar os mais de 300 mil brasileiros mortos, assassinados, na junção do vírus e da gestão necropolitica desta pandemia. Foram alas de hospitais no Amazonas morrendo, de uma vez, como um relâmpago assassino, foram pacientes sendo amarrados para poder ser submetido ao entubamento, isto por falta de sedativos. Foi desespero por

[1] MUKASONGA, Scholastique. A mulher de pés descalços. São Paulo: Nós, 2017. Tradução: Marília Garcia.

oxigênio, oxímetro, dipirona, e coisas tão básicas à existência como um quilo de alimento.

Não mencionar esta realidade falsearia boa parte das mudanças do meu projeto, e tornaria incompleta a missão de criar uma introdução, muitas das adequações se deram pela impossibilidade de visita aos arquivos. A demora se deu pelo meu adoecimento, que me deixou sequelas até o tempo que escrevo, precisamente dez meses inenarráveis de sofrimento e agonia, e muita solidariedade das pessoas ao meu redor. É desse ponto tão instável que parto, para pensar sobre a maconha.

Aqui em Manaus, em 30 de outubro de 2019 cerca de sessenta policiais da Força Tática se encaminharam para o Bairro do Crespo, em vídeos na plataforma do Youtube, responsáveis pela operação afirmam explicitamente “a ordem é pra matar” lembrando o slogan conhecido de outras forças policiais “Tropa de Elite qual é sua missão? Entrar na favela e deixar corpo no chão”.

A missão de combate às drogas levou a vida de dezessete jovens, que são: Bruno Cardoso (23 anos), Markleuson Batista (18 anos), Max William (29 anos), Michel dos Santos (27 anos), Alexsandro Custódio (16 anos), Erik Osmarino (17 anos), Lucas da Costa (21 anos), Éder Júlio (20 anos), Aldair Campos (21 Anos), Natanael Costa (20 anos), Samuel Pinheiro (23 anos), Francisco Eduardo (24 anos), Eligelson Maia (28 anos), Ueliton do Nascimento (14 anos), Rodrigo Rebelo (28 anos) Leácio Lucas (19 anos).

Essa prática não se amornou com o advento da pandemia, ao contrário, se intensificou, à exemplo a Chacina recente ocorrida no Jacarezinho orquestrada mais uma vez por ação policial, com 29 jovens majoritariamente negros, executados. A justificativa dessa ação é o combate ao comércio e consumo de substâncias “ilegais”, com destaque forte para a maconha.

As chacinas têm diversos recortes para serem analisados, seja em Manaus ou no Rio de Janeiro, há uma centralidade dessas ações de “combate as drogas” que ocorrem nas periferias, com alvo os corpos negros e indígenas.

Outro ponto desta “guerra” pode ser pensando no encarceramento da juventude negra. Pode-se afirmar que a população carcerária no Brasil é

racializada, visto que é composta por dois terços de pessoas negras, o que faz o Brasil liderar números assombrosos no que diz respeito do encarceramento de jovens negros.

Em 2019, segundo dados divulgados no relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias- INFOPEN, o número de pessoas encarceradas chegou a 773 mil, com aumento de 480% (se comparada aos anos anteriores), chegando ao ápice de que uma a cada três pessoas encarceradas respondem pelo crime de tráfico de drogas, consequência do advento da “Nova Lei de Drogas”(Lei 11.346 de 2006) que, com seus “critérios subjetivos”, delegou nas mãos dos agentes de segurança pública a possibilidade de estabelecer a fronteira entre o usuário e o traficante, sem especificar uma quantidade mínima para ser considerado traficante ou máxima para ser considerado usuário.

Do efeito principal, conta-se o aumento desenfreado do encarceramento, em especial para as pessoas negras, grande parte de jovens. Essa repressão do Estado, nem de longe chega a ameaçar o consumo de drogas, ou seja, não há retração do consumo de substâncias psicoativas, como o caso da maconha.

A Amazônia brasileira, omitida nacionalmente quanto a presença negra no território, tem estados como o Acre, com percentual de 95% de pessoas presas negras. No ano de 2017, o Estado do Amazonas, alcançou a marca de sistema penitenciário mais “superlotado” do país, funcionando 171% acima de sua capacidade máxima de lotação, são 9.522 pessoas presas para 3.727 vagas.

Como chegamos a este ponto? Que elementos foram balizadores para a produção desses consensos, tanto legais como sociais? Sabemos que sempre que uma temática é tão enraizada de verdades em nosso cotidiano, a proposta de estudá-la como categoria de análise dentro das ciências humanas causa certo estranhamento. Aprendemos muito cedo qual local as drogas ocupam na nossa sociedade, por isso até o esforço de compreender a construção desse lugar soa mais como uma ameaça à ordem vigente, do que uma tentativa de pesquisa.

Entretanto, as prostitutas, os drogados, as pessoas que exercem sua sexualidade fora da heteronormatividade, que expressam sua relação com o gênero fora da cisgeneridade, as, as mulheres, as pessoas negras e indígenas,

enfim, os “esquecidos” da história, aos poucos vão aparecendo em esforços de pesquisas, em grande parte devido a potência dos movimentos sociais em trazer novos significados e novas perguntas sobre problemáticas silenciadas.

Para efeitos desta pesquisa, dentro do vasto grupo de substâncias psicoativas, pretendemos compreender as dinâmicas em torno da maconha, pensando de que modo e quais campos distintos da sociedade amazonense contribuíram e foram atuantes para a construção de determinados consensos em torno da maconha no Estado do Amazonas entre os anos de 1950 e 1970.

Desdobrei a dissertação, a partir das limitações impostas tanto pela pandemia do COVID 19,quanto pela falta de financiamento de minha pesquisa, que apesar de corresponder à critérios socioeconômicos e por colocação na seleção, não pude ser contemplada com bolsa de pesquisa. Deste modo, esta dissertação articula-se da seguinte forma.

No primeiro capítulo proponho uma revisão bibliográfica sobre a literatura específica em torno da temática, com vistas a apreender a produção de consensos sobre a maconha, em especial seu uso “recreativo” social. No capítulo seguinte, pretendemos investigar como o discurso científico produziu conceitos e estigmas em torno do uso social da maconha no Amazonas, atentando para a noção de pensamento social na Amazônia especialmente em *O Folclore da Maconha*, de Mário Ypiranga Monteiro. No último capítulo iremos, utilizei outras fontes, como documentários, e a imprensa local, para compreender alguns marcadores importantes que foram balizadores das narrativas em torno da maconha no Amazonas, fizemos isso a partir de um levantamento de fontes da Imprensa Local, no Jornal do Commercio, entre anos de 1930 até à 1965, onde é possível acompanhar rastros importantes para perceber as articulações de diversos saber que foram acionados na manutenção simbólica do proibicionismo.

A maconha, central nessa dissertação, foi descrita por Lineu[2] em 1753 como Cannabis Sativa, nome científico da planta, antes de chegar nesse nível

[2] Considerado fundador da Taxonomia moderna, naturalista sueco, reconhecido por sua aproximação com a literatura, Carlos Lineu- Carl Nilsson Linnaeus- (1707-1778) foi inventor da nomenclatura binomial e da classificação científica das plantas.

de criminalização fazia parte de uma relação íntima e até certo momento cordial com a humanidade, visto a diversidade de sentidos que fora atribuído ao longo da história, e os diversos usos que se espraiaram.

Para entender como chegamos a este campo conflituoso com as drogas é necessário realizar um esforço intelectual de perceber quais matrizes estavam no cerne do debate, que promoveu tanto a reprovação moral, quanto a criminalização jurídica de uma planta que essencialmente no Brasil, já surgiu com aspectos racializados, contudo, apesar de todo o esforço organizado da sociedade, e da própria comunidade científica para tal reprovação moral e criminalização. A prática ainda persiste como uma atividade comum e popular em vários setores da sociedade brasileira e amazonense.

Atualmente, seu uso medicinal, tem sido reivindicado fortemente por membros da sociedade civil organizada, os benefícios comprovados para tratamento das mais diversas doenças são intermináveis, aos poucos *grower*[3], pequenos cultivadores, ganham juridicamente o direito do cultivo legal no Brasil. O direito de consumir e usufruir dos benefícios da maconha sem ser capturado do seu poder "alucinógeno" tem sido uma ferramenta moral muito acionada por parte desses grupos, e divide opinião, entre críticos e críticas do modelo proibicionista vigente. Já que somente a regulamentação do uso com fim medicinal não reverteria o efeito, por exemplo do encarceramento em massa[4], e nem da violência advinda da guerra às drogas.

Essa tentativa, já foi experimentada ao longo do tempo por outros empreendedores canábicos. Apesar de uma extensa literatura associar, a população africana escravizada a responsabilidade de ter introduzido a maconha no interior do Brasil, ainda em tempos escravistas, novas abordagens sobre a problemática da maconha demonstram a fissura e os limites desse argumento, quer seja pelas condições humanas às quais eram submetidas os grupos étnicos trazidos de África para as américas, precisamente o Brasil, quer seja pela

[3] Termo utilizado por grupos que individual ou coletivamente lidam com o cultivo da maconha em escala doméstica, muitos com finalidade medicinal, apoiados em vasta literatura sobre benefícios no tratamento e na recuperação da qualidade de vida de uma gama enorme de enfermidades, como no tratamento de Alzheimer, derrames, epilepsia e outras comorbidades.

[4] BORGES, 2018

demonstração de um esforço institucional do cultivo da Maconha, em forma de cânhamo[5].

O cânhamo terá uma abordagem atenciosa da Coroa Portuguesa, com finalidade industrial[6]. O esforço lusitano pode ser apreendido em dois tipos de estratégias. A primeira onde colonos de diferentes espaços do território eram incentivados a compor o cânhamo em suas plantações e outra onde a própria Coroa era incumbida dessa produção. (ROSA, 2020).

Esses tipos de esforços coordenados demonstram a intenção de apostar no cânhamo como um investimento em tempos de expansão marítima e de diversificação dos cultivos nas colônias.

Tal empreendimento da Coroa Portuguesa, são efeitos do cultivo mais industrial do cânhamo, notadamente marcada com a expansão mercantilista, a expansão ultramarina dependeu do uso das fibras do cânhamo para a fabricação de velas de navios e todo tipo de cordames. Desde o século XIV ao XVII, momento que o uso se expande para fabricação de remédios, tecidos resistentes e papel (CARNEIRO, 2002).

A cannabis “medicinal” no Brasil, se abordada antes do século XIX, apresenta uma documentação muito escassa, como apontam as pesquisas que se concentram precisamente a partir do século XIX. Um intérprete do Brasil, ao abordar o uso da maconha, é conclusivo, o tabaco é hábito dos brancos, a maconha dos negros. Para Gilberto Freyre[7], o hábito popularizado entre os negros, de fumar maconha também foi uma preocupação.

Tal prática em suas palavras, “estrangeira da cultura brasileira”[8], foi trazida pelos africanos, tornando as pessoas ociosas, por vezes mais perigosas,

---

[5] Cânhamo, um anagrama para a palavra maconha, é uma variação de forma mais industrial da planta, com menor concentração de Tetra-Hidrocanabinol-THC, usada devido sua alta resistência para a fabricação de cordas, velas e outras finalidades semelhantes.

[6] Menz 2003,2004,2005.

[7] FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo, Global, 2013.

[8] IBIDEM

entre as várias justificativas encontradas pelo autor, alerta que tinha a função de extravasar desejos sexuais, acionando dimensões de comportamentos sexuais, extravasados pela maconha e realizados em sonhos.

É exemplificado parte das bases argumentativas em torno de dois problemas, para o progresso brasileiro: O negro e a maconha.

Pensar no processo histórico da maconha, é se aventurar em conhecer uma história que se entrelaça com a própria história (CARLINI, 2006), visto que o comportamento de intoxicação por substância psicoativa com finalidade recreativa é comum, e recorrente, em diversos grupos sociais espalhados temporal e geograficamente.

Esse comportamento não parece ser restrito somente a nossa espécie, como tem demonstrado pesquisas de argumento biológico-científico[9],mas é essencialmente como a humanidade lida com essa questão. E tal qual como se altera abordagem da temática, por forças médico-legais e moralizantes, que pretendemos debater.

Robinson (1999) ao se debruçar sobre a utilização da maconha em forma de fibras, o cânhamo, revela o que reconhece como *processo de doutrinação* das pessoas para que enxerguem a planta como algo maligno.

Que se pese, que conforme retrocedemos nessa temporalidade há uma proliferação de iniciativas para uso do cânhamo em suas infinitas possibilidades, que são amplamente documentadas pelo autor. Não há um consenso do surgimento da maconha, ou quais os primeiros grupos humanos que a utilizaram, e nem é preocupação desta pesquisa estabelecer os “primórdios” da maconha, seja no uso industrial, medicinal ou recreativo.

Sobre o proibicionismo internacional, um empenho mais coordenado começa desde os anos de 1930 nos Estados Unidos, conhecidos como os grandes propositores do modelo vigente, o de “guerra contra as drogas”.

[9] O zoólogo Rob Pilley, produtor do documentário “Dolphins: Sky in the Pod” demonstram o comportamento de intoxicação sem finalidade a prática, a não ser a recreação, de golfinhos manuseando baiacus cuidadosamente para que liberem toxina de efeito alucinógeno.

Entretanto, a primeira lei para embargo do uso da maconha é de 1914, ainda focado no uso “não medicinal” das substâncias.

Esta proibição é fortemente marcada por uma questão racial, que associava as diversas “drogas” consumidas pela sociedade com grupos sociais minoritários e/ou minorizados, nesse país, a Cannabis Sativa é chamada de *marijuana*, com uma associação direta ao povo mexicano. Prática comum ao lidar com a interação de povos e substâncias indesejadas, vide o uso do ópio associados estritamente aos chineses.[10]

França (2015) afirma que há pelo menos três tipos de histórias possíveis da relação da humanidade e dessa planta, a primeira e bem documentada diz respeito ao uso da maconha, como fibra, papel (a partir do século I a.C) e para uso de cordas nas embarcações, a segunda de uso medicinal, e a terceira o que nomeia como cannabis- uma dimensão recreativa- e da ingestão por alimentos, bebidas ao hábito,24 de fumar.

A primeira dimensão é milenar, sua utilização é documentada desde grupos asiáticos, aos oriundos da colonização nas Américas, europeus e africanos que fizeram uso recorrente da maconha, em forma de cânhamo[11].

Há um espraiamento desses usos, associados também, ainda que mais timidamente documentada sobre essa segunda dimensão, o fim medicinal. O ritmo dado pela expansão marítima da Europa, sobre as Américas levou consigo a planta, que era base de velas e cordas dessas grandes embarcações. As pesquisas médicas sobre a planta também se reproduziam em velocidade ímpar, curso freado e em certo ponto interrompido com a consolidação do modelo proibicionista.

Em meados do século XX, com a onda proibicionista e a interdição tanto legal, quanto moral, que estigmatizou os usuários e interditou o debate, a maconha voltou a ser um assunto pouco falado no ocidente. Esse cenário de interdição só será revertido em alguns países, em meados dos anos de 1960,

[10] ROSA, 2014, p.295
[11] FRANÇA (2015)

com a proliferação de movimentos culturais contestatórios, acrescido da descoberta científica do sistema endocanabinóide[12] no ser humano.

Tentei demonstrar brevemente que a humanidade produziu relações diversas com a maconha, tanto que a seguimentarizou conforme sua necessidade, para curar suas dores, para fins comerciais e recreativos. Diversas culturas se apropriaram do seu uso, sem contar nas dimensões religiosas encontradas em grupos de Santo Daime e cultos afro-religiosos no Brasil.

A Maconha, é racializada e assim se torna uma preocupação, das ciências, levando assunto para conferências diversas que pretendiam formular diretrizes institucionais para regulação e interdição do uso da planta.

Para a historiadora Luísa Saad[13], é impossível dissociar os fatores que culminaram com a criminalização da maconha, o cenário de pós-abolição, expressões como candomblé, capoeira, samba e o fumo da maconha, que associados a população negra, recém liberta eram parte de uma problemática que estagnava o país afastando-o cada vez mais de ideais de branqueamento, relacionados ao lema de ordem e progresso.

A historiadora inclui em sua argumentação, além do visível controle sobre as populações negras, a institucionalização do saber médico-legal, que criou uma separação crucial entre fármacos e drogas, na virada do século XX.

> No tocante à internacionalização do proibicionismo, quatro são as convenções marcantes(...): 1) Primeira Conferência Internacional do Ópio (realizada em Haia, em 1912); 2) Convenção Única sobre Entorpecentes (realizada em Nova York, em 1961); 3) Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas (realizada em Viena, em 1971); 4) Convenção contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas (realizado em Viena, em 1988). (LEMOS; ROSA, 2015, p.71)

Neste cenário, as convenções e conferências foram essenciais para essa regulação, podemos citar como marcador principal para a regulamentação estatal a Segunda Conferência Internacional do Ópio, ocorrido em 1924, no qual

[12] Diz respeito a um conjunto de receptores e enzimas dentro da célula do corpo humano, esses receptores são encontrados em todo corpo, executando diferentes tarefas e na intersecção de vários sistemas, ao serem estimulados regulam processos fisiológicos como apetite, dor, inflamação, humor e memória.

[13] SAAD,2013

a presença brasileira, com Dr. Pernambuco, aluno de Rodrigues Dória, será essencial para os rumos tomados sobre a questão da maconha.

O alerta sobre o perigo da maconha potencialmente maior do que ópio, faz com que o brasileiro ganhe atenção da convenção, marcando o início de uma nova abordagem sobre o consumo de maconha, nacional e internacionalmente.

A primeira interdição sobre o consumo da maconha é de 1830, a lei promulgada estabelecia uma diferença punitiva para quem fumava e quem produzia e vendia a erva, desta vez era considerado mais perigoso quem fumava, o que corresponde guardada as devidas proporções, em usuário. A preocupação mais uma vez aqui não estava centrada em diminuir, ou regulamentar o uso dessa substância. Haja vista que para plantar era necessário possuir terras, os alvos dessa interdição foram aqueles que aportaram nesta terra na categoria de mercadoria.

Após isso, as Leis proibicionistas no Brasil, em torno da maconha são estabelecidas com o Decreto Nº 20.930, de 11 de janeiro de 1932[14] que proibia o uso de diversas substâncias, dentre elas, a maconha, essa lei é resultado de elementos que figuravam em torno do que será, mais adiante, visto como a base do proibicionismo.

A pressão proibicionista é, todavia, política, mas sobremaneira moral e religiosa, no fim do século XIX, período marcado pela inserção da categoria de raça no ambiente científico. Todo caminho anterior ao decreto de 11 de janeiro de 1932 é trilhado em um caminho higienista, e em certos tons, eugenistas. Sem dúvidas tal legislação acirrou uma atmosfera de marginalização em torno da maconha e dos grupos em torno dela. Não podemos deixar de elencar fatores de desdobramentos da antropologia criminal, e a pressão que hereditariedade genética vai exercer como argumento para regular e controlar a vida de grupos sociais que foram vistos como entrave ao desenvolvimento do Brasil[15].

---

[14] http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20930-11-janeiro-1932-498374-publicacaooriginal-81616-pe.html

[15] SAAD,2013

Até o momento o que vemos é um perfil de consumidores da maconha sendo traçado pelo pensamento científico como grupos marginalizados e não integrados ao “bom” funcionamento da sociedade, como se esses consumidores trouxessem a partir de um marcador racial predisposições que os levassem a cometer ações violentas com descontrole mental e a maconha fosse um veículo que desse ânimo a esses “humores”.

Jorge Emanuel Luz Souza (2008) destaca o proibicionismo virando uma pauta da sociedade desde um nível mais local, no caso da Bahia, até um problema do âmbito nacional. Na medicina, a figura do “médico-político”[16] é parte da solução desse atraso, somente com esse devir médico, há a possibilidade de atualizar o país do problema das drogas, e da maconha em si, os estudos médicos estavam concentrados em hábitos sociais, como a sexualidade, o trabalho, o lazer. Despontando a *toxicomania*- um problema sério se aliado a composição racial indesejada para a modernização do país.

A maconha seria um veneno social, muito perigoso que retira do sujeito o controle total de si, dos efeitos apreendidos por essa ciência racialista destaca, *tornam-se rixosos, agressivos*[17].

A preocupação com a falta de controle é central, mas camufla inquietações subterrâneas como a perda total de controle sobre si, geraria toda sorte de violências e ainda pior, e muito mais alarmante: o risco da degeneração hereditária.

Base de um argumento eugênico, esse discurso será presente e balizador do proibicionismo brasileiro. A maconha, associada às populações negras agiria de acordo com o discurso eugênico, preocupantemente nas pessoas pobres, nos negros e “pardos”. Todavia, isto foi central na implementação das leis e das abordagens em torno do consumo de maconha.

O uso da maconha não parece ser um problema do Estado ou ao menos de saúde pública para o Estado Brasileiro, e é o governo Vargas que marca

[16] SAAD,2013

[17] SOUZA, 2008

legalmente a necessidade de se combater o então recente “problema das drogas”.

A tentativa de legitimar o racismo por meio da ciência, com o “racismo científico” tem expoentes em várias áreas do conhecimento, há uma crescente ação de patologização social em tornos de grupos vistos como entraves à modernização, pretendemos pensar como dentro de um cenário político tão sensível a questão da maconha foi abordada desde os anos de 1930, que tem como marco legal a iniciativa proibicionista de Vargas até meados dos anos 1970.

Onde podemos recuperar uma mudança notável na abordagem desta prática, já sobre efeitos de uma criminalização consolidada, através de uma abordagem bélica que cresceu indubitavelmente, tornando-se quase inquestionável no tempo presente.

Apesar de todo silenciamento e interdição, temos a intenção de recuperar esses debates no Amazonas, a fim de apreender as matrizes discursivas por trás das interpretações em torno dos usos da maconha, por meio da obra *O Folclore da Maconha*, e das fontes da imprensa local, com o Jornal do Commercio que poderão demonstrar como certos setores da sociedade amazonense lidaram com tal questão, e compreender, quanto possível os sentidos que pessoas que faziam uso da maconha, empregavam a tal prática, reconhecendo como esses indivíduos usuários de maconha foram constituídos como objetos de saberes e poderes.

CAPÍTULO 1- MACONHA: UMA CATEGORIA ÚTIL DE ANÁLISE HISTÓRICA18

Scott recorre ao gênero como uma categoria primária de opressão, assim ela evidencia a emergência de pesquisas em torno de estudos de Gênero dentro do campo da História[19]. Penso na possibilidade de compreender as drogas e especialmente a maconha, como um elemento importante de análise social e histórica, na Amazônia, no Estado do Amazonas, onde concentro esforços desta empreitada.

Deste modo, esse movimento de pensar a maconha como uma categoria de análise é marcado por processos de silenciamento das experiências históricas em torno da Cannabis Sativa, aqui no Amazonas. A Maconha, passa por diversos movimentos, primeiro é vista como planta, depois como remédio, de uso recreativo ao religioso e social, para posteriormente se transformar em droga criminalizada. Para compreender quão profundamente as possibilidades de uso sobre a maconha foram exploradas pela humanidade, recorro de modo breve à um levantamento básico dos tipos de usos que as sociedades, de modo mais generalista, se apropriaram destas possibilidades.

Elenco em dois blocos principais de apropriação da Maconha, antes do advento do proibicionismo como modelo majoritário, os de “uso social”, recuperando aqui uma dimensão que englobe experiências ligadas à finalidades recreativas, terapêuticas e medicinais, e as de uso industrial, nesse tópico me concentro na experiência marcada no período colonial, na maior colônia de Portugal: O Brasil. Para isso parto de um debate com a bibliografia produzida na historiografia mais recente, sobre a temática, tanto no viés industrial quanto social.

[18] Título faz referência a obra de SCOOT, com texto clássico e elementar sobre o debate da construção historiográfica em torno do gênero “Gênero uma categoria útil a análise histórica”.
[19] Sabemos que esse texto é datado, o que hoje corresponde a dizer que não é um consenso dentro dos estudos de gênero, e dos movimentos feministas a ideia de uma opressão primária, elementos da Interseccionalidade propostos por feministas negras trazem componentes importantes, tal como classe e raça, proposto por Ângela Davis; Patrícia Hill Collins, Lélia González.

Uso social da Maconha: recorrências medicinais e religiosas, presente de Deus e remédio para as agonias.

Como apreender o uso da maconha para humanidade sem pensar nos estereótipos que foram construídos e que impregnam em nossas mentes no tempo presente? Com intenção de se afastar tanto quanto possível dessas imagens, e nos aproximar mais das possibilidades experimentadas ao longo da história, trago a experiência dos usos sociais da Cannabis Sativa L., a maconha.

Nenhuma dimensão do tempo, da experiência das mulheres e dos homens é entregue de forma definitiva em um documento. Pensando aqui a partir das proposições de CARDOSO & VAINFAS (1997) sobre as possibilidades de um documento em pesquisa em história.

Cabe na tentativa de realizar a pesquisa histórica, pensar nas possibilidades e escolhas que nos levam a recuperar determinadas experiências, por certos caminhos. E deste modo, conceber as escolhas e as limitações desses caminhos, isto é possível "diante da imensa e confusa realidade" onde se "faz sua opção" e constrói sua explicação do passado (LE GOFF, 2005: 42)[20].

> Maconha serve de remédio desde sempre. O primeiro tratamento de ervas medicinais que se conhece, o Pen Tsao, concebido há 4.700 anos na China, já inclui referência destacada à cannabis, e há registros de usos médicos em praticamente todas as civilizações antigas. Extrato de cannabis era remédio na Índia desde a Antiguidade e, quando os ingleses chegaram lá, logo descobriram suas virtudes medicinais. Por isso, o Império Britânico exportava extrato de cannabis, que era vendido em farmácias do mundo todo, e provavelmente foi o anestésico mais usado contra dor de cabeça até o século XIX, quando a aspirina foi inventada (BURGIERMAN, 2011, p. 67).

Cientes disto, de que existem diversas possibilidades de abordagem histórica dos usos da maconha, tanto em escala mais global quanto no contexto amazônico. Podemos pensar em dinâmicas de uso social da maconha. Os vestígios arqueológicos mais longínquos apontam para uma origem asiática da planta de mais de 4.000 a.C (ESCOHOTADO, 2004) que também foi incorporada

[20] GOFF, Jacques Le. A História Nova. 5ª ed. São Paulo Martins Fontes, 2005.

na sociedade indiana[21], seja em rituais de cunho religiosos, seja para finalidade médicas, e com recorrências para fins rituais no continente africano.

Heródoto, na antiguidade clássica, em seu livro Histórias, se ocupa de descrever grupos que utilizavam da maconha para a confecção de roupas e introduzidas em práticas religiosas, e em rituais fúnebres “numa tenda fechada, sobre pedras esquentadas colocavam-se sementes de cannabis, que com a fumaça cheirosa exalada embriagava estes povos, possibilitando-lhes uma comunicação com os mortos”.[22]

Não é tão recorrente a descrição do uso de substâncias psicoativas nas experiências de intelectuais. Entretanto, dentre os planos interrompidos de Walter Benjamin incluía-se o desejo de escrever um livro sobre o haxixe, como destaca em carta escrita pelo autor em 1932, “um livro de extrema importância sobre o haxixe. Este último tema está no segredo dos deuses e por enquanto deve ficar apenas entre nós”[23], o autor se preocupou de apreender a sensação do uso do Haxixe, e criar uma espécie de manual, ou protocolo, de utilização do Haxixe, em Marsella, que acaba transformando-se em um texto que descreve as sensações e experiências do uso do haxixe em Imagens sobre o pensamento.

Por fim, apropriada pelo mundo europeu, e na instituição colonizadora introduzidas nas Américas. Essas possibilidades de uso, ao longo do tempo, estão divididas para que haja uma possibilidade de distinguia-las, cabe nesse instante salientar que elas muitas vezes eram apreciadas concomitantemente. Não pretendo, transparecer uma ideia equivocadas de que essas formas de uso, acompanharam etapas, ou com toda problemática que essa palavra pode evocar “evoluíram” em seus modos e formas de utilização.

Podemos exemplificar tal colocação a partir de GRAEFF (1989) que ao abordar o uso da maconha nas sociedades indianas, (1000. aC) demonstra que

[21] Na índia era reconhecida como alimentação apreciada pela divindade Shiva, ingerida como passo para se aproximar da divindade através de uma bebida a base de maconha. Encontrada em tantas outras diversas expressões religiosas, como na tradição Mahayana budista. (GRAEFF 1989)

[22] GONTIÉS; ARÚJO, Maconha: uma perspectiva histórica, farmacológica e antropológica 2003. p.52; BURGIERMAN, 2011, p. 67

[23] BENJAMIN, 2013, p. 190

a utilização com finalidade medicinal foi preconizada pelo uso religioso, nestas sociedades[24].

> Na ancestral Índia a Cannabis era utilizada pelos Hindus com funções espirituais, como promotor à meditação e para usos médicos no tratamento das insónias, febres, tosse seca, oftalmologia e disenteria. (ESCOHOTADO, 2004) Atualmente na Índia a Cannabis é usada pelos devotos do Deus Shiva, o Deus responsável pela destruição e renovação do universo. A planta é considerada um presente do Deus para o homem. (CARNEIRO, DANIEL 2018)

Como dito, tal delimitação entre processo de cura e regeneração de sofrimentos físicos ou do espírito ainda não eram tão bem delimitados. Consumida de primeiro momento por setores mais abastados da sociedade egípcia, a maconha é introduzida através do Norte do continente Africano, ente os séculos IX e XII, sendo o Egito o principal utilizador dessa planta, neste período[25].

Na Grécia do século XII, a maconha era constantemente prescrita para toda uma sorte de enfermidades. Com a introdução da planta em diversos setores e ambientes, o seu espraiamento geográfico foi gigantesco, e não me deterei em exemplificar e nem teria possibilidades de fazê-lo dando conta de todas as suas nuances para a história.

Esse uso “religioso-medicinal”, pensando a partir de uma periodização clássica, vai contar com uma visão muito amigável com a maconha, o presente das divindades para alívio de toda uma sorte enfermidades físicas e agonias espirituais.

Há entre os diversos deuses egípcios na antiguidade a Deusa Seshat, a escriba, ou a que escreve, foi relacionada à astronomia, escrita e outras atividades que necessitavam de registro, logo emprego da maconha para a fabricação de papéis possa justificar sua representação recorrente com uma folha da maconha em cima de sua cabeça.

Agualusa, em seu romance histórico angolano destaca “cujo rosto rude e tenaz, de duras esquinas, muito impressionava, tinha olhos vermelhos, raiados de sangue, talvez de muita diamba(cânhamo) que andara fumando”. (AGUALUSA, 2015 p.12) O continente africano abriga um dos usos culturais mais extensos, sendo parte do cotidiano desses grupos até o período do contato

[24] VER ESCOHOATO 2004; KALANT 2001
[25] CARNEIRO, DANIEL 2008

europeu, e dentro da complexidade das religiões afro-brasileiras, também será presente, e com muitas expressões marcadas pela presença indígena.[26]

A maconha como cânhamo: A experiência do uso industrial na colônia brasileira.

Considero as abordagens propostas de pensar a introdução dessa prática, no Brasil, como parte de um esforço organizado da Coroa Portuguesa, em forma de cânhamo um caminho pertinente.

Cânhamo, é uma forma dimensionada para o uso em forma de velas e cordames, papel e toda uma infinidade de insumos, que exigem desempenho focado na resistência destes materiais, necessidade suprida por esse tipo de cannabis. Para melhor fluidez da leitura, nesta etapa do texto recorro a Cannabis Sativa, quanto a maconha, como sinônimos, não pretendo criar uma dimensão rival entre o nome científico e o nome popular, já que como veremos adiante, tais dimensões são indissociáveis para compreensão da Maconha, no Brasil.

> De certo modo, essa emergência e expansão do sistema-mundo moderno só foi possível graças ao desenvolvimento do poder militar e naval. Nesse sentido, as tecnologias de navegação do período aprimoraram a construção de naus e caravelas, que possibilitaram, por sua vez, o trânsito de homens, plantas e mercadorias pelos oceanos. Particularmente, as velas e cordoarias dessas embarcações eram fabricadas a partir de cânhamo (Cannabis) – planta que, por essa razão, tem ganhado destaque nos estudos historiográficos sobre a época do Mercantilismo (DA ROSA, 2020)

A expansão ultramarina europeia desde o século XV dependeu do suporte material da Cannabis Sativa, em forma de cânhamo, a navegação se realizou por meio de velas e cordas feitas a partir das fibras resistentes desta fibra, que servia para conter as inundações constantes, e manter o funcionamento regular dessas embarcações. Esse empreendimento colonial definiu as bases de toda experiência europeia sobre os territórios invadidos[27].Concentro neste tópico, as de experiência lusitana no Brasil Colonial.

---

[26] SAAD, p. 94

[27] Há uma disputa em torno dos conceitos que dizem respeito à presença europeia noutras terras, a partir da colonização. Dentro desta disputa estão conceitos como Descobrimento, ocupação e invasão.

As terras alvo da colonização portuguesa, foram interesse de exploração colonial baseadas no cultivo, que ao ser estabelecido de diversas formas, assegurava a sobrevivência lusitana, aumentando deste modo as possibilidades comerciais da Coroa. A introdução do cânhamo para as Américas, fazia parte de incentivos e ordenações oficiais, como demonstra o decreto de 1656, do Rei João V, revela a importante demanda portuguesa de organizar as Benfeitorias de Linho de Cânhamo.

A consolidação da Real Feitoria do Linho de Cânhamo, no Rio Grande do Sul é recuperada por Menz[28] (2005), a maconha em forma de cânhamo era uma alternativa para lidar com os problemas em torno da sobrevivência da Coroa Portuguesa.

Essas iniciativas eram centrais para o estabelecimento da diversificação dos cultivos e do comércio desses insumos, que o autor define como parte de um "esforço manufatureiro da Metrópole, sustentados pela diversificação da produção agrícola e pelo fortalecimento dos cultivos tradicionais de sua maior colônia, o Brasil". A importância de incentivar e promover o plantio do cânhamo, no Brasil, reúne dos esforços essenciais de Portugal, tanto para a questão econômica, do cultivo em si, quanto buscar ocupar esse vasto território "conquistado".

> O modelo empregado no Brasil, apesar de bem detalhado, ignorava a inexperiências dos feitores para execução. A solução colonial para esse problema fora as *plantations.* "Dado fundamental do sistema escravista, a dessocialização, processo em que o indivíduo é capturado apartado de sua comunidade nativa, se completa com a despersonalização, na qual o cativo é convertido em mercadoria na sequência da reificação, da coisificação, levada a efeito nas sociedades escravistas. Ambos os processos transformam o escravo em fator de produção polivalente, e apresentam-se como uma das constantes dos sistemas escravistas estudados por historiadores e antropólogos". Luiz Felipe de Alencastro, O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Colonial, São Paulo, Cia das Letras, 2000, p. 144.

A partir desse parâmetro, que a Real Fazenda de Santa Cruz se estabeleceu em 1786, contava com uma produção de cânhamo. Dividida em dois

[28] Menz, Maximiliano M. Os escravos da feitoria do linho cânhamo: trabalho, conflito e negociação. Afro-Ásia, núm. 32, 2005, pp. 139-158.Universidade Federal da Bahia- Bahia, Brasil

parte estabelecida por feitores inexperientes, e outra por pessoas escravizadas com apoio de suas famílias. Os primeiros tinham toda a base da sociedade escravistas em seu apoio. A despeito disso, toda uma dinâmica baseada em "desobediência e o não cumprimento dos costumes" possibilitou a agência de pessoas escravas, que usavam seu tempo para administração de roças próprias e nos trabalhos domésticos. Situação que irritou as autoridades imbuídas de fiscalizar a Real Feitoria de Cânhamo. A possibilidade de que pessoas escravizadas gerissem seu tempo para si, se configurou como parte de um entrave ao desenvolvido desta, como expõe Menz (2005).

> a tentativa de prisão de alguns deles provocou a reação de todos, inclusive as mulheres engrossaram o "partido" dos revoltosos, mostrando sua solidariedade e a força das famílias, o terror provocado nos soldados colocou os escravos em uma situação de força; mesmo sendo duramente castigados, como assim foram com o apoio das tropas de linha, o inspetor pensaria duas vezes antes enfrentar a escravaria. (MENZ,2005 p. 154)

As diversas formas de resistências dos povos escravizados foram constantemente experimentadas pelos inspetores da Real Feitoria de Cânhamo, no Rio Grande do Sul. "Confiantes da vitória no conflito com seu inspetor, os cativos faziam motins, bailes fandangos para aterrorizá-los"[29]. Obviamente que a reação de todo aparato escravista era a repressão física acionando modos já conhecidos desta violência colonial. Mas a importância de pensar em como populações negras escravizadas tensionaram essas relações de poder.

Com a proliferação de problemas a duração da experiência do Rio Grande do Sul com esse tipo de Cânhamo não é estendida por um longo período, o autor demonstra que longe de problemas agrícolas, como se recorria explicar, a dificuldade central estava em lidar com as formas de enfrentamento apresentadas pela mão de obra, dos corpos escravizados "os cativos souberam usar-se de todos estes problemas para inviabilizar o regime de plantation". (p 157).

Apesar dessa experiência mais tímida na colônia brasileira "a produção de fibras de cânhamo merece destaque porque foi de grande valor econômico para as grandes potências europeias"[30].

[29] MENZ, 2005p. 151
[30] DA ROSA,2020.

> a agricultura de cânhamo se disseminou pela Colônia: há registros de tentativas na Capitania do Maranhão e Piauí, no Estado do Pará e Rio Negro, na Capitania de Pernambuco, na Capitania da Bahia, na Capitania do Rio Grande de São Pedro e na Ilha de Santa Catarina. (DA ROSA,2020 p. 9)

DA ROSA (2020) destaca a importância desta fibra para toda economia mercantilista portuguesa em sua dinâmica desde o século XIV, e demonstra como essa prática não se restringiu em poucas experiências no espaço geográfico do Brasil Colônia.

As plantações de cânhamo foram implementadas nas Capitanias do Pará e do Maranhão, o que indica deste modo parte de esforços coordenados para ocupar o território através do cultivo do cânhamo.

Os problemas enfrentados, com o cultivo desta planta não foram ignorados, pelo contrário, contou com atenção e o envio constante de especialistas para sanar o que seria considerado como eixo central desse entrave, o solo.

Essenciais à expansão ultramarina, as fibras foram insumos valiosos no Renascimento, de serventia de equipamentos marítimos à fabricação de papeis extremamente resistentes e *Canvas,* palavra que designa telas, uma a corruptela holandesa do latim "*cannabis*": daí dizer-se '*oiloncanvas*' (óleo sobre tela) [31].

> "havia uma reduzida industrial local de manufatura de cerâmica e também de preparo de índigo. Em Tomar, Ferreira distribuiu sementes, de "linho de cânhamo" e instruções para seu cultivo[..] De meados de fevereiro até o início de março de 1784 Ferreira ausentou de Belém para cuidar de sua plantação de cânhamo"[32]

Como vemos, o uso industrial da Maconha, também foi experimentado na Amazônia, através de diretrizes estabelecidas no período pombalino com centralidade na introdução de novas culturas agrícolas, o cânhamo fora introduzido nesse ambiente ampliando o leque de possibilidades e investimento no território.[33].

---

[31] Elias, Josemar da Silva Junior, Oliveira, Bernardina Maria Juvenal Freire de e Barbosa, Maria Nilza Rosa. Anseios e devaneios: a memória social envolta ao progresso de legalização da maconha para fins medicinais no Brasil. Perspectivas em Ciência da Informação [online]. 2020, v. 25, n. 03

[32] SIMON, William. Uma esquecida expedição científica à Amazônia no século XVIII In FERRÃO, Cristina e SOARES, José Paulo. Viagem philosofica: uma redescoberta da Amazônia (1792-1892). Rio de Janeiro: Editora Índex, 1992, p. 29-65

[33] RAMINELLI, Ronald. Ciência e Colonização- Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira- 1996.

É importante destacar, que a interação com substância, que no tempo presente são classificadas com psicoativas, psicotrópicas ou entorpecentes são ações comuns em diversos grupos sociais, quer seja pela finalidade recreativa, quer seja de uso terapêutico, medicinal ou com aspectos ligados a espiritualidade. Carneiro (2006) demonstra a profusão desse hábito, lidando com “Muitas substâncias vegetais psicoativas, como o tabaco, o mate, o guaraná, a jurema, os rapés de paricá e as beberagens feitas com o cipó de Banisteriopsis caapi e outras plantas, conhecidas pelo nome de ayahuasca” (CARNEIRO,2006). A introdução da maconha, seja em forma de cânhamo, seja em forma de fumo, não fez parte de um hábito estranho às populações que ocupavam o território brasileiro, no período colonial.

RACIALIZAÇÃO DA MACONHA PREOCUPAÇÕES RACIAIS EM TORNO DAS DROGAS

A primeira restrição ao uso da maconha no Brasil, considerado o pioneiro em criar uma legislação específica, é promulgada em 4 de fevereiro de 1830, na Câmara Municipal do Rio de janeiro. Que estabelece a proibição e a punição para o "pito de pango". Com uma história tão longa de repressão e proibição que cobriram a maconha com um manto de ilegalidade, já nesse momento há uma diferença entre as abordagens e punições aos que fumavam e aos que comercializavam, marcado por uma composição racial indissociável da criminalização da maconha.

Como uma planta que foi apropriada de diversas formas por tantos grupos sociais e com longínqua constância de uso, se transfigura em “fumo de Negro[34]”, “marijuana [35] ”? Nomes que demarcam um projeto político comum: o de racialização da maconha.

O processo histórico da construção dessa narrativa perpassa por argumentos recorrentes. Graeff (1989) foi um dos defensores desta noção para estabelecer "as origens da maconha no Brasil”, associando o consumo

[34] Fumo de Negro, Fumo de Angola, são nomes como a planta ficou conhecida no Brasil.

[35] Marijuana é o nome como se populariza nos Estados Unidos, numa tentativa de associar somente aos mexicanos práticas do canabismo.

estritamente a população negra escravizada, e que após difundido entre esse grupo, teria sido incorporada em práticas sociais de grupos indígena. Sua visão é resultado de uma produção intencionada em racializar a maconha, no Brasil.

A planta apareceu em clássicas produções historiográficas e dos pensadores do período, como originada dos africanos, no período escravocrata. Podemos citar como inventores e defensores desse pensamento intelectuais como Rodrigues Dória; Mott; Von Martius (1869); Pernambuco Filho; Botelho; Francisco de Assis Iglésias, Pio Correia (1931); Gilberto Freyre.

Uma das menções mais longínqua sobre a presença da Maconha no Brasil, é recuperada com a catalogação de Von Martius, em seu relatório de viagem, no qual destaca a espécie de maconha encontrada no Brasil, a *Cannabis Sativa L.,* já em suas palavras a maconha é associada à população negra "também é conhecido aqui no país como um estimulante(...) além de ser defumado. Os negros costumam fumar em vez do tabaco habitual" [36].

Na descrição de Gilberto Freyre, em meio a monocultura da cana de açúcar no período escravista era comum notar "plantas volutuosas, tão próprias para encher de langor os meses de ócio deixados ao homem pela monocultura da cana"[37], esse hábito de fumar era próprio dos negros escravizados, e a despeito disso, ignorado pelos senhores.

A ideia de que o consumo da maconha surge com o povo negro é amplamente aceita, e segue quase incontestável durante um longo período, na descrição de naturalistas que passavam pelo Brasil a romances literários, o consenso é majoritário: foram os africanos que trouxeram o fumo de Angola para terras brasileiras. Apesar dessa perspectiva ser amplamente validada, é contraditória quando levamos em conta as condições adversas que o escravismo se estabeleceu, e que ignora o uso industrial difundido no território desde a colonização portuguesa.

---

[36] SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximiliam Joseph I. Königs von Baiern in den Jahren 1817-1820. München: Gedruckt bei I. J. Lentner, v. II, 1828

[37] FREYRE, Gilberto. Nordeste, São Paulo, Ed. Global, 2004, p. 40.

Como vimos, o cânhamo desempenhou um papel central na profusão desta planta, que já era conhecida e utilizada tanto por povos do continente africano, quanto da China, Índia. Os que estariam agora na condição de mercadoria e por fim, se sobrevivessem ao transporte, na de propriedade de outrem, foram unicamente responsabilizados pelo uso difundido da maconha, no Brasil colonial e até após o fim do escravismo.

Fim da escravidão: um marcador importante para racialização da maconha

Com o fim do escravismo no Brasil a questão racial torna-se uma problemática presente no contexto de pós-abolição, frente às interações em torno desse momento histórico, Albuquerque (2009) salienta a inquietação se a raça recém-libertada iria se mostrar digna de liberdade, esta era uma latente inquietação de setores privilegiados da sociedade brasileira, baiana. O relato do medo por parte das classes mais abastadas (compostas majoritariamente por pessoas brancas) era tanto fundado numa obsessão de controle social da população negra, obviamente preocupados em manter velhos “contratos sociais” tanto quanto temor por parte de um possível “revanchismo” negro, o que poderia desse modo romper com as relações de subordinação já estabelecidas.

O fim do escravismo trouxe a extinção do binômio escravo/senhor, e ainda que abolição não tenha dizimado de vez esse sistema foi no calor desse processo que as tensões dos sentidos de cidadania da população negra são forjadas, podemos pensar de que modos os limites entre liberdade e cidadania são traçados ainda que por linhas tênues e efêmeras, dentro do momento que o estatuto social de escravo já não deve fazer mais parte da classificação social dos grupos negros, na arquitetura social da abolição.

As chances de uma liberdade irrestrita já faziam parte das projeções da realidade por parte dos proprietários de terra baianos, como demonstra autora, já que as ideias capitalistas ganharam mais sentido. Ansiosos por viverem em novos tempos, os do progresso, mas ainda muito interessados em manter o controle sobre a população negra. Emerge uma inquietação recorrentes dessas classes, presentes também na Amazônia, que fora abordada por intelectuais,

dentro do pensamento social amazônico, *como se modernizar sendo essencialmente, os mesmos?*[38]

As atitudes tomadas pelos grupos negros, agora em condição de libertos eram sempre usadas como argumento para defender a incapacidade destes de exercer a cidadania ou serem alvo dela, já que estavam embrenhados pelos "vícios e paixões mais desregradas", nas palavras dos defensores deste modelo.

Lilia Schwarcz[39] demonstra que o novo modo de vida civilizada não comportaria, mas essas relações de domínio, pelo menos não a moda escravocrata, esta transformação desse modo de vida, para um novo, progressista, já era vivida pelos brancos e em suas mentalidades mais renovadas cabia aos negros agora, aprender esse modo de vida civilizada e desenvolvido.

A autora destaca a ideia de "harmonia social", elencando aspectos linguísticos de separavam termos outrora tão próximos como "preto" e "negro", este usado para referência à homens livres e aquele para imagens que retomassem sentidos pejorativos de subordinação ou mesmo de marginalização e criminalidade social, "se ao branco cabe a atitude altiva e honrada, do negro-ex-escravo- só se espera a postura submissa e agradecida[40].

Com a liberdade dos escravos no Brasil, a classe alta brasileira precisava de outras formas de controle sobre a população recém-liberta. Rodas de samba[41], práticas religiosas afro-brasileiras[42], capoeira[43]

As práticas sociais comuns da população negra irão passar por um cruel processo de criminalização, com finalidade do retorno do controle legal desse grupo. A maconha enquanto crime, passa a ser um subterfúgio para o exercício desse poder, bem como a criminalização da, de práticas religiosas afro-brasileiras, e rodas de samba.

---

[38] RIBEIRO, ODENEI, 2015.
[39] SCHWARCZ,2007
[40] SCHWARCZ, 2007 p.48
[41] PEREIRA CUNHA; MARIA CLEMENTINA 2008
[42] OLIVEIRA, 2015
[43] LUNARDON, 2015

É salutar delimitar que a Cannabis Sativa entra como uma problemática de modo algum pela planta em si, mas pela tendência dos grupos sociais, e raciais, que foram associadas a ela. A partir de um desejo de controle no campo legal de corpos negros, as bases “científicas” encorajam a ideia de que efeitos “irreversíveis” que, substâncias como a maconha, causariam nesses grupos. Nos cabe, compreender brevemente como a maconha se transforma em “droga”, e arraigado a isso perceber a construção do crime, que constantemente foi baseado em noções fincadas no racismo científico.

Comumente a argumentação em torno do processo de criminalização da maconha, foi conduzida colocando o Brasil como um mero expectador, ou quando muito um reprodutor dos modelos norte-americanos de criminalização. Mas é nesse “grande laboratório racial” que a maconha vai ser vista como motivadora da degeneração humana, associando como parte de uma “vingança da raça inferior”, como categoriza o médico Rodrigues Dória.

DROGAS, TOXICOMANIA E VÍCIOS

Houve uma construção de alguns conceitos importantes para compreender como chegamos ao local que estamos no tempo presente, um é o conceito de drogas e por conseguinte o de vício, e como o último emerge como doença no século XIX. Outro passo importante é debater como o crime foi arquitetado a partir de noções raciais, arraigadas em teses eugênicas. Esse aparente emaranhado de informações é profícuo para historicizar e aprofundar nossa finita compreensão sobre as experiências humanas com a Cannabis Sativa, tal qual as tensões sociais, disputas de narrativas e de poder que essa temática engendra.

A criminalidade inata ao sujeito, noção inaugurada por Cesare Lombroso, vai ser amplamente aceita, e com enorme ressonância dentro das comunidades científicas, fato este que põe a questão racial com eixo central dessas teses. Antes de tudo a maconha, como veremos adiante, se constituiu como um problema de ordem social e médico, acionando em seguida um campo jurídico (dada a criminalização), mas antes disso passa como uma ameaça ao bom

funcionamento da sociedade, e aqui isso se torna central, pois além de tudo é um entrave para o melhoramento da raça(branca).

Estamos lidando, desse modo, com um temor gigantesco de que os planos de embranquecimento do Brasil, fossem frustrados devido ao “fumo de Angola”, todo a projeção de um futuro, com os quais se tenha assimilado a nação brasileira em um grupo coeso rumo ao progresso- com a branquidade- estava então ameaçada pelas práticas culturais dos descendentes de africanos, e dos indígenas, que fazendo parte das mesmas espacialidades e temporalidades, mas não incorporaram os valores desse projeto de sociedade, em disputa nos anos desde anos 1930.

> “Não são [...] as relações reais entre ‘as coisas’ que constituem o princípio da delimitação dos diferentes campos científicos, mas as relações conceituais entre os problemas” (BOURDIEU, 2007. p.45)

Nesse sentido, cabe compreender as formas que se deram essas relações conceituais, as drogas serão um instrumento utilizado como subterfúgio para o controle legal de um grupo, tal qual a criminalização das rodas de samba e do próprio exercício das religiões afro-brasileiras, todos esses elementos malquistos pelo país, eram fragmentos não superados dos africanismos, na primeira metade do século XX.

Pensando nisso é que Carneiro (2002) afirma que a história de alguns conceitos médicos é uma história essencialmente política. Ao pensar no termo dependência temos um trajeto de termos que foram usados, tais como adição, hábito, transtornos da vontade e até insanidade moral. De formas semelhantes diversos termos também foram empregados com a similaridades das drogas, foram estes, narcótico, tóxico, entorpecentes e assim por diante.

Cada um desses termos serviu à um léxico de sentidos variados, seja para denominar um tipo de uso patologizado, seja para se referir ao próprio conjunto de substâncias alteradora de consciência. No século XIX, a dependência surge simultaneamente com diversos termos que servirão de sinônimos de patologias, antes do aparecimento da doença do vício, esses comportamentos de “excesso” não eram associados a enfermidades.

Outro ponto importante para se pensar na construção e consolidação do vício, apontado por Carneiro, é a associação com as pulsões sexuais humanas, o autor aponta como esses “transtornos da vontade” estarão fortemente associados entre os comportamentos sexuais desaprovados, especialmente a masturbação, que é correlacionada com o alcoolismo.

Tal preocupação acionou uma campanha como pauta principal o controle de si, essencialmente no século XIX, período que o erotismo também é visto como uma doença, à semelhança de boa parte de práticas solitárias que envolvessem imaginação e excitação. Freud sugere que a masturbação se enquadrara como um vício primário.

Surge nesse período a Toxicomania, como uma “entidade clínica autônoma”, decorrente do estudo de Moreau de Tours, em 1845 sobre o haxixe, anos depois a comunidade científica se debruça sobre as possibilidades viciantes do uso da morfina[44].

Pensando nessa problemática da construção dessa patologia, bem como a inserção da maconha como parte das Toxicomanias é que Júlio César[45], em, irá demonstrar como a inclusão da maconha dentro desse bojo toxicomaníaco consolidou esse fenômeno social em uma problemática de atenção pública à saúde da nação.

O autor afirma que essas categorias patológicas servem para racionalizar, mediar e legitimar as relações entre os indivíduos, agora enquadrados como doentes, e as instituições que mediam essa relação, desse modo há uma mudança importante na abordagem costumeira dada a maconha, e essencialmente aos "usuários", a doença é validada socialmente.

Apesar das poucas produções científicas específicas sobre as toxicomanias no Brasil, o movimento médico até 1892 vai fincar suas preocupações em torno das consequências fisiológicas que essas intoxicações possam causar, fato que se transforma radicalmente em 1914, com a publicação

[44] Tal preocupação desponta com o retorno de soldados da primeira guerra mundial, que não interrompiam o uso da substância, fazendo de forma regular e recorrente.
[45] Uma nova Toxicomania- o vício de fumar maconha

de *"Os fumadores de Maconha: Efeitos e Males do Vício"* do médico Rodrigues Dória. Sua obra foi paradigmática para a transformação da atenção a maconha que migrava de questões estritamente fisiológicas, como já mencionado, para questões morais.

A maconha configurou nesse momento um grande temor principalmente na constituição do povo brasileiro, antigo alvo da preocupação das classes dominantes que observava na composição racial uma enorme tensão para o ideal de modernização/branqueamento nacional.

A segunda Conferência do Ópio ocorrida em 1924, vai contar com participação enfática dos representantes brasileiros, tanto Dória com seu trabalho acerca da maconha quanto Jarbas Pernambuco elegeram a erva como uma preocupação que estava sendo negligenciada, afinal para este se tratava de uma substância mais perigosa que o ópio, e para Dória seu perigoso se estendia para uma possibilidade de vingança da "raça subjugada", o médico-político [46] foi convincente em seus argumentos: a maconha era uma degeneradora moral e racial.

Tanto pelo prestígio e local de poder de quem emitia essa narrativa (como essa narrativa torna-se representação na consciência de um homem comum), tanto pelo alvo dessa mensagem as assertivas emitidas pelos doutores da ciência foram tão bem recebidas que se transformaram em encaminhamentos que foram crucias para o empreendimento de guerra às drogas consolidado tantos anos depois, e majoritário ao lidar com substâncias psicoativas no tempo presente.

EUA

Os Estados Unidos reconhecidos desde os anos de 1970 por seu modelo bélico e internacionalizado de combate às drogas, foram antes de propositores deste modelo, foram receptores das ideias brasileiras, que racializaram uma

[46] Conceito desenvolvido por CORRÊA (1998) ao debater o papel da Escola de Nina Rodrigues no Brasil e na antropologia brasileira.

prática social, para pôr fim reprimir em nome da saúde. Nesse momento, cabe salientar que já vinham de uma experiência proibicionista do álcool, a Lei Seca.

Em seu fracasso de forçar a abstenção do consumo de bebidas alcoólicas, no início do século XX, fez sucesso em fortaleceu uma rede complexa de comércio não autorizado de substâncias, colocadas no campo da ilegalidade. Uma figura importante nesse momento, foi Harry Anslinger, que com o fim da Lei Seca articula uma campanha de interdição sobre a *marijuana,* ele precisava de uma nova droga vilã para captação de recursos públicos, ficou nessa empreitadas proibicionista por mais de 32 anos[47]. Uma de suas premissas era o perigo dessa planta, com casos relatos por Anslinger de pessoas que faleceram com o primeiro trago.

Tal força e potência da elaboração dessas políticas, do modelo de guerra às drogas, foram suficientes para que o país virasse um norte magnético do proibicionismo, assim costumeiramente compreendemos o proibicionismo como efeito das formas de fazer essa política.

Não podemos pensar que a força das políticas internacionais emitas do Norte não formam parte central dos efeitos do proibicionismo na América Latina, entretanto ao compreender que foi através das obras de médicos brasileiros que tivemos um consenso acerca dos perigos da maconha, principalmente pelo seu fator racial, pode-se vislumbrar como o Brasil foi, além de um receptor dessas políticas, um grande emissor e propositor das mesmas, a princípio de uma preocupação médica, para uma questão legal altamente ligada ao futuro do país. Essas ideias, propostas pelos homens das ciências, concorriam e eram concebidas em um momento em que o aparato de dispositivos de controle da população era nutrido por noções eugênicas.

Incluir a maconha dentro do cardápio de substâncias que eram da atenção dessa patologia, a toxicomania, envolveu para além de compreender o uso da substância como uma doença, ou um comportamento repetitivo indesejado,

[47] ESCOHOTADO, 1998, p. 517.

trouxe esse comportamento para uma ameaça à saúde pública, como enfatiza Júlio Cesar[48]

Anterior a emblemática a segunda conferência do ópio, o autor apresenta antecedentes importantes, no qual até a Primeira Guerra mundial as drogas estariam somente relacionadas com o uso terapêuticos.

Há uma mudança sensível à essa abordagem. Fato que em 1914 uma comissão de médicos é nomeada para que pudesse emitir um parecer sobre a questão, nesse documento recomendou observar as disposições postas na convenção acerca das substâncias que eram da preocupação da primeira conferência do ópio: a substância que dá nome a conferência, a morfina e a cocaína.

Obviamente que estão preocupados nesse período com a utilização que não fosse de controle médico, a medicina moderna ocidental se consolidou mais pela oposição as práticas curativas não ocidentais do que pela aceitação social, era preciso criar uma dicotomia forte que validasse a utilização de certas substâncias que nas mãos da medicina ocidental eram elixires de cura e alívio da dor, mas que se manipulados por outros era um veneno social responsável pela degeneração humana, quase irreversível à depender da composição racial de quem a utilizara.

A psiquiatria atuou na interdição do comércio dessas substâncias, que agora já figuram com caráter de ilegalidade, as drogas são tratadas como parte das doenças mentais, o consenso psiquiátrico afirma que essas patologias muitas vezes surgem devido ao uso dessas substâncias. Sendo assim, as clínicas de psiquiatria se empenharão em consolidar tanto um espaço físico quanto intelectual para a abordagem dessa nova patologia mental, nascem assim, os sanatórios[49] para toxicômanos.

[48] Uma nova Toxicomania- o vício de fumar maconha
[49] Como exemplo o conhecido Sanatório de Botafogo-1921, que contou com a coordenação de Ulysses Viana, dentre outros médicos que preocupados com as patologias inerentes ao uso de substâncias tóxicas, em suas palavras, organizaram-se em ligas com fins de regular e lidar com o recente problema médico: as drogas.

A medicina se consolida como uma posição científica e legítima à atenção ao corpo, mente e seus sofrimentos. Assim os cuidados praticados fora do campo médico como práticas de curandeirismo, presentes em diversos grupos raciais não-brancos, serão malquistas e alvo da preocupação/regulação do Estado Brasileiro.

Todos esses caminhos envolvendo a entrada das drogas, a saber, da maconha, dentro da preocupação do Estado (valendo-se de pressupostos médicos e psiquiátricos) lidavam com a influência, melhor dizendo com uma matriz de pensamento, muito bem articulada: a eugenia. Algumas preocupações eram tão fortes que engendraram movimentos organizados na sociedade brasileira, além obviamente de um campo legal, à serviço do controle dessas substâncias. Esse arcabouço do que chamo aqui de "preocupações raciais em torno das drogas" é o vento que forma o banzeiro de ideias e práticas da proibição do uso da maconha, no Brasil.

Movimento sanitarista e Eugenia

O Movimento sanitarista surgiu nesse contexto do século XX, a partir dos anos de 1910, entre diversas angústias carregava a preocupação de como promover o melhoramento físico e moral da população, que era em suma um grande entrave à modernização, as ideias sanitaristas estavam inseridas na medicina brasileira que por sua vez comungava com valores dos movimentos internacionais de Eugenia.

Adiala (2016) destaca o estabelecimento de duas organizações principais, que foram colaboradoras direta dos pensamentos da fundação do movimento sanitarista entre os anos de 1910. Foram eles o estabelecimento da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918) e a Liga Brasileira de Higiene Mental (1923). Nas interpretações dos médicos brasileiros, as drogas rapidamente acionariam um dispositivo de decadência hereditária já típica ao povo.

A utilização da preocupação em torno da saúde para escamotear ideais eugênicos, foram bases do movimento sanitarista que teve apoio de capital internacional, com a Fundação Rockfeller.[50]

A degeneração é um conceito fundamental para que possamos avançar para compreender a importância, e a força dessas ideias eugênicas na formulação científica e social do perigo da maconha. Ainda hoje, quando falamos de conceitos que foram formulados ou alavancados pela eugenia, há uma forte tendência em colocar essa "inteligência" como à parte da ciência legítima, do período,

Sabemos que as motivações eram muitos mais sociais que qualquer outro sentido, entretanto, parte de uma negligência intelectual coletiva ignorar o quão esses ideais racistas, estava impregnado no modelo científico[51]. da época, parte de uma ciência que hierarquizavam as pessoas conforme sua proximidade com a brancura, foi um paradigma conceitual explicativo que embasou desde o estabelecimento de hierarquias genéticas, até a criação de leis, bem como foram responsáveis por ações genocidas dentro dos países, principalmente os territórios alvos da colonização

Foi importante fator para a criação do estigma em torno das pessoas que empregam a maconha, em suas diversas formas de uso. O que está em jogo mais uma vez não é o potencial danoso de substância X ou Y, mas de que forma tais grupos, já considerados abaixo da evolução, poderiam exacerbar sua selvageria tão bem controlada pelo exemplo branco da sociedade acionando assim uma categoria complementar à degeneração, a decadência moral. Que juntas serão alicerces desse pensamento, contraposto por teorias de melhoramento da raça junto a hereditariedade.

---

[50] KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição da (2009)

[51] Me afasto do caminho de utilizar de termos como “pseudociência”, como é recorrente em textos que lidam com essa temática, é sabido das intencionalidades políticas de desumanização da população negra, por exemplo, com bases eugenistas. Entretanto negar que o racismo científico foi balizador de paradigmas conceituais não é um caminho que trilhado nessa pesquisa. Já que boa parte do conhecimento majoritários sobre a maconha é balizado não premissas meramente científicas, mas por um projeto político complexo que influencia os parâmetros de análise das ciências como todo.

Entra nesse amplo conjunto de conceitos, do século XIX ideias que ainda que sejam vagas foram retratadas através da hereditariedade, o ser carrega as características de seus progenitores, de maneira mais forte ou em menor escala, poderia nessa perspectiva se transmitir e herdar um conjunto de características, nas quais estas incluíam valores como a educação e a disciplina de cada um. (DEL CONT 2008, p.201).

Francis Galton (1822-1911) ao se debruçar sobre a melhoria das qualidades raciais se baseou nas teorias de seleção natural propostas por Darwin, ainda que em *A Origem das espécies* não tenha explicitado sua teoria para os seres humanos, há uma forte sugestão que ela englobava também esse grupo, acrescentando a visão de que o ser humano descendia de um animal visto como inferior seria um abuso para a Inglaterra.

Por outro lado, seu primo Galton organizou esse pensamento, na invenção do termo eugenia, suprimido de duas palavras gregas, a partir daí ela engloba a necessidade de organizar e selecionar a hereditariedade humana para que os membros mais desenvolvidos, com melhores características pudessem se reproduzir, e para que isso acontecesse de maneira eficaz era necessário tipificar, medir os que tinham as características vistas como degenerativas e assim impedir que esses traços fossem reproduzidos, apesar de ser ainda uma ciência, no período do final do século XIX muito especulativa, com a superação das desconfianças em tornos das teorias de seleção natural as atenções se voltara para como esses elementos hereditários eram transmitidos. (DEL CONT p. 201,18,2008)

Galton refina a teoria darwiniana, com tratamento laboratorial e matemático, esse pensamento teve grande contribuição de Herbert Spencer (1820-1903) atribuindo a mudança evolutiva às próximas gerações como uma constatação universal. Cont (2008) demonstra em seu texto de que como Francis Galton ao propor essa teoria de herança eugenista, estava em cumplicidade com os debates científicos e biológicos estas eram amparadas pelos métodos laboratoriais e estatísticos disponíveis no período. Esses dados empíricos foram essenciais para retirar as teorias de hereditariedade e de melhoramento racial de um campo mais especulativo, surge a antropometria.

Com o propósito citado acima, Galton vai se ocupar de criar um volume de dados empíricos que seriam capazes de demonstrar a hereditariedade da genialidade surge assim o Laboratório Antropométrico, na Exposição Internacional de Saúde (1864) que colheu mais de nove mil registros familiares com atribuições físicas e intelectuais, envolvendo até recompensas financeiras paras as histórias mais completas.

Com a ampliação e a difusão das teorias galtotianas, há uma ampliação, como era de se esperar, das ações envolvendo pesquisas em torno das teorias da hereditariedade.

Como essas boas características poderiam ser conscientemente selecionadas? De que modo alguns traços como alcoolismo, vadiagem, prostituição (traços degenerativos) poderiam ser rastreados para o controle reprodutivo dos que portavam tais elementos?

Essas perguntas norteavam as incursões desses cientistas, tanto que em 1894, Galton vai assentar sua preocupação no que nomeia como a decadência racial inglesa.

Um complexo de questões envolvendo a degeneração e a decadência através da hereditariedade é reverberado com tensões na constituição da família, que vai se ocupar da composição do matrimônio[52], isto tudo com finalidade de assegurar uma boa procriação, que precisaria de orientação constante agenciada pelas autoridades do governo.

A ampliação das ideias iniciadas organizadas por Francis Galton, vai no final do século XIX organizar um corpo médico em torno da biometria, que teve em revistas médicas um amplo alcance e permeabilidade das ideias eugenistas para além da Inglaterra.

Diwan (2007) demonstra como houve a espacialização das ideias eugênicas, chegando dos Estado Unidos à toda América Latina, assim avalia como o discurso dessas teorias de "melhoramento racial" tinham em torno de

[52] Renato Kehl foi fiel as ideias de Galton em território brasileiro e vai em 1937 publicar a obra "Porque sou eugenista, lá vai assentar suas convicções a favor da necessidade de que a procriação seja voltada para o aprimoramento racial, para "alcançar a regeneração humana".

sua constituição um forte apelo estimulado através de programas governamentais, os que eram mais fortes e mais bem dotados das características eleitas como superiores deveriam se unir para deste modo, conseguir alavancar o número de pessoas saudáveis, tanto física quanto moralmente. O que evidentemente reprovava a união do outro lado dessa moeda, os inferiores.

A autora manifesta a forma como o Brasil irá se inserir dentro desse ambiente, recém estabelecido, das perspectivas eugênicas dentro do Estado, isto através dos trabalhos da Sociedade Eugênica de São Paulo que vai ter como membros pessoas ilustres da sociedade paulistana, médicos como Franco da Rocha, e Arnaldo Viera e o próprio Monteiro Lobato, que expressou seu descontentamento em diversas obras nas quais seus/suas personagens negras e sertanejos tinham falas e locais estereotipados, vide Tia Anastácia e Jeca Tatu- com objetivo de denunciar um parasita brasileiro, os sertanejos. Esse panorama serve para demonstrar a profunda ressonância que essas ideias tinham em solo brasileiro, seu espraiamento se deu por diversas áreas da produção de conhecimento e de cultura.

CRIMINALIZAÇÃO

Surge em 1932, com o Decreto nº 20.930[53], de 11 de janeiro deste ano, que vai estabelecer as bases do proibicionismo brasileiro, que deixa nas mãos da medicina o controle autêntico destes ditos venenos, a maconha é inserida no conjunto de onze outras substâncias que irão de ópio, a morfina e cocaína. Este decreto é resultado das conferências internacionais que terão uma importante atuação na constituição destas leis e práticas relacionadas às substâncias da lista.

> A lei detalhava que se proibia “fabricar, importar, exportar, reexportar, vender, trocar, ceder, expor ou ter” maconha, e para seu eventual uso médico seria “indispensável licença especial da autoridade sanitária competente”. A venda estaria restrita às farmácias devidamente autorizadas e as receitas aos médicos formalmente diplomados, restando ainda uma brecha para o comércio e consumo da planta, embora não haja indícios de que

[53] Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20930-11-janeiro-1932-498374-publicacaooriginal-81616-pe.html

> sua utilização medicinal tenha perdurado após a proibição. (SAAD, p. 91, 2013)

Para entender a criminalização não basta citar os marcadores legais que foram essenciais, e nem nos cabe ignorá-los. Mas importa delimitar como, antes do campo legal e jurídico, se chegou nessa assertiva, de que a forma mais eficaz de lidar com a maconha, e com os praticantes de culturas que envolvem seu consumo, é a criminalização

Brasil e a Eugenia.

O Brasil foi ambiente muito promissor para essas problemáticas, aqui a tensão sobre a degeneração social e racial já era uma questão persistente dentro dos ambientes intelectuais, uma marca do século XX, afloram questionamentos sobre identidade, raça e nação esse aporte de temas eram muito presentes nas pautas eugenistas e na composição do Estado Brasileiro. Se era possível organizar, selecionar e por fim abrir espaço para controlar a degeneração racial, por meio da eugenia, o "problema" brasileiro tinha solução. Poderia passar de uma sociedade com membros que eram exemplo de entrave ao progresso, para uma nação com bons nascimentos e assim poder gozar da regeneração racial.

Dentre essas preocupações, há a necessidade de delimitar o que é um veneno e o que seria seu oposto, o remédio, para a sociedade. Serão manifestas as interpretações das classes dominantes, que contava com uma composição intelectual variada. Suas perspectivas sobre a sociedade eram amplificadas e organizadas por esse misto de intelectuais, que por sua vez eram responsáveis de defender e amplificar os desejos sociais desta classe, mas não exerciam essa mera função, nas suas palavras eram antes de porta voz, observadores da realidade, e capazes de propor o controle e melhoramento dela.

A *intelligentsia* no Brasil, vai atravessar a composição para além de uma profissão estabelecida. Para SCHWARCZ (1993) o desenvolvimento da ciência brasileira atravessa nesses intelectuais um sentimento de sacerdócio frente ao desafio de interpretar e transformar a realidade brasileira. A raça e a interação com o meio serão alicerces desta fase do discurso evolucionista, que empregado para entender a motivação do atraso do país irá justificar toda sorte de desigualdades sociais e supostas inferioridades encontradas na população

negra e indígena no país, a questão era como adaptar as teorias evolucionistas em um país marcado culturalmente pela mestiçagem racial.

As reformas urbanas de cunho sanitaristas irão eclodir como uma forma de higienização do meio, a civilização e o progresso antes de serem vistos como um projeto era uma espécie de atributo individual de cada ser, uns dotados de dons civilizatórios outros fadados à degeneração ou projetos de regeneração social.

O alvo dessas ações sanitárias serão os ambientes comuns das populações empobrecidas, cabe reiterar que esses grupos tinham além de classificados enquanto pobres tantos outros marcadores sociais que colaboraram para a sua categorização como uma classe perigosa, há uma intersecção destes marcadores que é capaz de produzir nesses casos tal adjetivo.

Agrupa-se, dentro da categoria de "pobres" toda sorte de figuras elementares para a degeneração social-racial, tão alarmada nas teses eugênicas: negros, indígenas, prostituas, maconheiros, malandros, sertanejos e assim por diante. A sugestão era de uma higiene física e moral, uma campanha articulada e empenhada em abolir tudo que fosse, a vista dessa perspectiva, considerado insalubre.

Os alvos, com dito acima eram os cenários empobrecidos, os cortiços terão uma atenção especial, as aglomerações das moradias não harmonizavam com o hábito de vida europeu, lá estava um ambiente que deveria ser disciplinado para erradicar as diversas moléstias que ali surgiam e se espalhavam.

Tudo isso concorria para a composição de uma identidade nacional fincada na beleza e na civilidade, essa identidade tinha que ser homogênea em todos os seus aspectos, as características físicas do povo brasileiro e essencialmente toda sua prática social vista como não-branca era um entrave a consolidação dessa imagem homogeneizada. As práticas culturais não brancas, vão ser alvo constante da criminalização legal e da reprovação social, os

intelectuais tinham que lidar com um péssimo prognóstico para o futuro do país, caso esses problemas não fossem resolvidos.

> "Todo esse período foi um momento de escalada crescente na intervenção do estado sobre a disciplinarização do corpo a medicalização das populações recenseados estatisticamente de acordo aos modelos epidemiológicos para o objetivo da Eugenia social, racial a "higiene social" e a" profilaxia moral", ou seja, tentativa de evitar a deterioração racial supostamente causada pelos degenerados hereditários entre os quais se incluíam com lugar de destaque os viciados e os bêbados"[54]

Como vimos, o estabelecimento da maconha como vício e doença é importante para que se haja um campo médico-legal para lidar com essa enfermidade, que originada dos negros e alastradas às culturas indígenas era um perigo racial, antes de se concentrar nos elementos da suposta doença os médicos buscaram nas origens sociais dos doentes a explicação elementar da questão. Todo vício era um problema, mas ao chegar nas classes populares se converteriam em uma epidemia, havia no entendimento médico um punhado de "vícios sociais elegantes", nestes se incluía a utilização repetitiva de substâncias, como a morfina e a cocaína, mas não era propriamente aí que residia o perigo, esse vício era comum, nos anos 1930, entre advogados, médicos, engenheiros, militares, o temor era que essa prática descesse para as classes sociais desfavorecidas que carentes de valores morais rígidos tornariam catastrófico, afinal eram lá que estava uma reunião imensa de características sociais predispostas à degeneração.

Desde o século XIX, os congressos científicos[55] preocupados em conter essas práticas perigosas para o desempenho evolutivo se alastraram, é nele que haverá uma grande circularidade dessas ideias, há mais um fator que se pese para ponderar o resultado da proibição da maconha, a associação feita de raça e crime. A inspiração francesa de uma cidade civilizada vai ser encarada como um projeto que vai desde a estruturação de prédios arquitetônicos ao modelo de contenção de doenças, e obviamente, o "estilo de vida" da Belle Époque, onde a saúde figura não como parte de um corpo sadio e são, logo afastado de

[54] DROGAS, TOXICOMANIA E RAÇA

[55] Os congressos e convenções foram responsáveis por acordos internacionais que tinham países signatários comprometidos em fazer valer as pautas aprovadas neles, tal qual a Primeira Convenção do Ópio (1912), que teve como alvo a Morfina, cocaína e ópio.

doenças e sim compõe um grupo de qualificações pessoais ligados à higiene, postura religiosa e a carência de qualquer tipo de vício.[56]

Como vimos, o discurso da medicina vai embasar cientificamente a reprovação, o combate e a criminalização do fumo da maconha. Destas correntes científicas, muitas estavam alojadas em determinismos sociais, geográficos e principalmente nas teses eugênicas, a antropologia criminal por meio do médico Cesare Lombroso trouxe o determinismo biológico para o campo da criminalidade[57]. Essa teoria, ganha impulso em 1892, quando Cesare lança seu livro e através dessas matrizes ideológicas elenca fatores biológicos e hereditários como determinantes para o comportamento violento de certos grupos. No Brasil, no início da República, esse discurso ganha acolhimento no meio acadêmico por meio dos cursos de Direito e de Medicina, sendo grande entusiasta desse pensamento o médico Nina Rodrigues[58].

O Código Penal do Brasil de 1890 foi o momento de efervescência acerca de debates que colocavam luz sobre grupos sociais estigmatizados, como as pessoas negras, estas teses eugênicas e de determinismos geográficos eram paradigmas conceituais de pesquisas médicas do período. A medicina nutriu cientificamente as bases legais para a criminalização do uso histórico da maconha.

Sabemos que a apresentação de Rodrigues Dória à Segunda Conferência do Ópio (1925) foi central para inclusão da maconha no conjunto de substâncias proibidas, seu trabalho que hoje é obrigatório para compreender os processos históricos que culminaram com a proibição da maconha no Brasil e em boa parte do mundo, apresenta ideais que ainda eram desconhecidas do exterior a degeneração racial e o vício da maconha não era algo interligado.

O discípulo de Nina Rodrigues e responsável pelo que se transformou posteriormente na Faculdade de Medicina na Bahia, estabeleceu um dos germinais estudos sobre a maconha no Brasil.

---

[56] SAAD, 2013
[57] SANTOS (2003)
[58] Sobre o Médico Nina Rodrigues, seu livro **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** no qual o médico entrelaça temas como raça e nação imbricados de um discurso eugênico e racista, versando desde a “inferioridade física” até a “inferioridade mental” dos negros.

Em síntese demonstrou que o uso social da maconha era perigoso em corpos nos quais já havia uma predisposição degenerativa. Os sintomas de "loucura" ou mesmo ações violentas passaram a ser relacionadas ao uso da maconha.

As prostitutas eram por Dória colocadas como ponto de disseminação da maconha, que em seu pensamento, poderiam afetar os bons rapazes frequentadores das câmaras das prostitutas. O médico, estabelece ao longo de sua carreira uma relação entre a criminalidade e o consumo de certas substâncias, que são ameaças constantes a "ética social, a moral e a lei".[59]

A criminalização logra efeitos, e o Estado se articula nessa missão, e em 1936 é criada a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE), que teve um papel importante na política proibicionista brasileira. Rodrigues Dória, se debruça para entender de que modos essas substâncias tóxicas atuam nas pessoas, ao pesquisar sobre o alcoolismo o médico salienta que definitivamente não se manifesta de modo igual em todas as pessoas, para o médico a explicação para tal fenômeno era uma das mais bem quistas do seu período, as tais "predisposições", que iam desde causas psíquicas até para as sociais e biológicas, como sexo, idade e obviamente a raça.

No caso do álcool a população indígena é visada como os que mostravam *notável inclinação para a embriaguez; bebem todas as vezes que podem, até a morte rápida e violenta*[60]. O que Dória chama de "transmissão da degeneração" é a continuação genética, biológica, que faria com o indivíduo estivesse predisposto ao uso patológico de certas substâncias prejudiciais ao aprimoramento da raça humana, antagônica a essa noção de melhoramento racial estava à noção de degeneração humana, ligadas diretamente a ideias eugênicas.

Dos problemas que afligiam a instauração de uma sociedade voltada para o progresso, o alcoolismo foi sem dúvida pauta das preocupações do

---

[59] SAAD,2010

[60] Dória. Toxemia e crime p. 58-59 *apud* Saad, Luísa Gonçalves **"Fumo de negro": A criminalização da maconha no Brasil (c.1890-1932)** 2010:45.

médico Dória, outro ponto importante foi o fumo. O Fumo do tabaco por exemplo nas sociedades europeias lhes conferia certa distinção e elegância, o discurso médico entendia que seus “inferiores” procuravam copiar seus hábitos, tratando por superior a classe branca e inferior os negros, estes vistos com uma mentalidade infantil, o que influenciaria na sua capacidade cognitiva, de aprendizagem.

Os vícios eram sem dúvida um grande problema, não somente para o “aperfeiçoamento da raça”, mas para a própria ideia de progresso e civilidade, o que está bem próximo no que diz respeito ao trato com a população negra. Não existiam bons vícios, mas práticas sociais aceitáveis como “os vícios elegantes” quando se refere à camada de brancos na sociedade.

Mesmo antes da criminalização o fumo da maconha não era visto com bons olhos, a preocupação do alastramento de práticas sociais ditas dos negros, eram questões latentes. Havia sobremaneira um medo de que houvesse uma difusão do fumo da maconha, do mesmo modo que outras práticas sociais da população negra, como a capoeira e os cultos de matriz africana, entre o “povo brasileiro”.

Até o momento o que vemos é um perfil de consumidores da maconha sendo traçado pelo pensamento científico como grupos marginalizados e não integrados ao “bom” funcionamento da sociedade, como se esses consumidores trouxessem a partir de um marcador racial predisposições que os levassem a cometer ações violentas com descontrole mental e a maconha fosse um veículo que desse ânimo a esses “humores”.

Jorge Emanuel Luz Souza (2008) analisa de que modo o proibicionismo vira uma pauta da sociedade desde um nível mais local, no caso da Bahia, até um problema do âmbito nacional. A medicina aqui também é apontada como parte da solução para atualizar o país do problema das drogas, e da maconha em si, os estudos médicos estavam concentrados em hábitos sociais, como a sexualidade, o trabalho, o lazer. Despontando a toxicomania.

A maconha seria um veneno social, muito perigoso que retira do sujeito o controle total de si, dos efeitos salienta *tornam-se rixosos, agressivos*. As

narrativas giram em torno com a preocupação com a falta de controle, melhor dizendo com a perca total de controle sobre si, que geraria toda sorte de violências e ainda pior o risco da degeneração hereditária, que agiria de acordo com o discurso eugênico, sobremaneira nas pessoas pobres, nos negros e “pardos” conforme discute o autor ao longo de seu livro.

O governo Vargas marca legalmente a necessidade de se combater o então recente “problema das drogas”, em 1931 entra na campanha proposta pela Liga das Nações, com a necessidade de uma ampla política global de combate às drogas, a maconha é citada então através do Decreto 20.930, sendo o Brasil signatário da Convenção de Genebra.

O racismo dito científico tem expoentes em várias áreas do conhecimento, mas sem dúvida é no campo da medicina que logra seus maiores feitos, entende-se que nesse período a medicina, a classe médica, já alcançou um patamar de legitimidade dentro da sociedade e crucialmente no Estado.

Valendo-se dessa legitimidade científica e legal reconhecida pela alta sociedade e pelo Estado é a partir de características físicas e biológicas muitos passos foram dados para compreender realidades sociais distintas. Nesse sentido havia somente um corpo são e civilizado: o do homem branco. Se houve um estado que se esforçou ferrenhamente para alcançar esse status de saudável e civilizado foi o estado brasileiro. O problema da maconha, por assim dizer, não afeta somente um ideal de civilidade, mas está intimamente ligado e relacionado com um ideal de branquitude.

Lilia Moritz Schwarcz (1993) demonstra de que modo se deu esse sensível processo que se baseou na busca pela construção de uma identidade nacional, originalmente brasileira que pudesse por meio da miscigenação e a criação de instituições voltadas para o pensamento científico, que se valeram de modelos evolucionistas e dos determinismos vigentes no pensamento intelectual, para fundar um mito de nacionalidade.

Amazônia

Nesse sentido, narrativas em torno da Amazônia giraram durante um longo período ligadas a recursos explicativos baseados em estereótipos

produzidos pelo empreendimento da colonização. Atualmente quando ligamos a televisão, entramos em sites de relacionamento ou de envio de mensagens ainda lidamos com frutos de estereótipos raciais que são profundamente violentos. Nos comerciais da própria região, vemos sempre uma natureza gigante que apequena as populações que aqui habitam. A Amazônia ainda é representada por um enorme vazio demográfico. O que faz com o que os discursos e narrativas sobre a região reiterem a necessidade, ainda no tempo presente, de um impulsionamento ao progresso.

São enfatizadas ideias que colocam em oposição à noção de cultura e natureza. Esses estereótipos produzidos sobre a sociedade e a cultura amazônidas são importantes para compreender como a proibição dos usos de substância de efeitos psicoativos se valeram desses mesmos discursos raciais e deterministas para terem sua proibição validada pela ciência e parte da sociedade civil.

Haja vista, a situação histórica da colonização, que tendeu a descrever sempre com muito prodígio os feitos coloniais, no binômio: sociedade colonial x sociedade colonizada, esta sempre retratando com barbaridade animalesca os povos alvos da colonização. Os diversos períodos históricos trazem consigo variadas formas de perceber e descrever a Amazônia, seja pelo olhar do viajante, do poder religioso e dos cronistas, esse espaço é um ambiente de mudanças paradigmáticas para entender mais quem narra do que quem é descrito. Essa natureza grande e avassaladora que varia de um primitivismo pré-edêmico ao infernismo primordial é marca do primeiro documento conhecido, a respeito da presença europeia na Amazônia, redigido por Frei Gaspar de Carvajal (1541-1542).

Na análise de Neide Gondim (2007), podemos ver o modo como os cronistas viajantes criaram noções fantasiosas sobre a região. Todo esse imaginário, era parte de uma projeção a partir das sociedades conhecidas pelos viajantes, segundo a autora. Com o aprofundamento do empreendimento colonial, as narrativas foram se qualificando para gerar um ar de cientificidade, com mais contundência, sempre em tom de descobrimento.

A Amazônia é descoberta e inventada pelos europeus. Exibindo o contraste dado por uma natureza monumental e avassaladora com mal "usufruto" dos povos originários. O imaginário construído é tão importante para impulsionar a vinda dos portugueses para o Brasil, em especial a Amazônia que quase podemos visualizar, em nossas mentes junto com suas narrativas, as temidas amazonas. Essa visão exógena marca profundamente a geopolítica sobre a região, partilhando desse imaginário que era comum para todo o Novo mundo.

A hierarquização da diferença para produção de desigualdade, foi acionada por mecanismos discursivos espirituais, médicos e biológicos, por uma ideia comum (entre os próprios europeus) de superioridade racial produzindo assim uma sociedade marcada pela experiência colonial.

> "Ao nos lembrar de algumas medidas “audaciosas” - deslocamento de populações e criação de "reservas”, modificações do modo de povoamento, transformação do direito tradicional e das relações de autoridade etc. - o historiador chama nossa atenção para o fato de que "a colonização foi, por vezes realmente uma cirurgia social" (BALANDIER, 1993, p.111)

Marilene Corrêa (1996) elenca três tipos de *Amazônias* coexistentes: a *Amazônia Lusitana*, *Amazônia Indígena* e a *Amazônia Brasileira*, que comporta crises em paradigmas conceituais como a noção de nação versus região. *Amazônia Indígena* e a brasileira tiveram que lidar ainda com diversas crises do colonialismo[61], a resposta foi a tentativa de interiorizar a região como parte do Estado-nação, o que aciona uma *Amazônia revolucionária*, segundo a autora, que afirma que a Amazônia portuguesa enquadra esse mundo indígena composto por uma constelação de sociedades diversas, relativamente autônomas, competitivas e coexistentes entre si em uma estrutura escravista, racista.

Essas ações coloniais foram recebidas de diversos modos, a autora destaca a importância de compreender as formas de resistência ao trabalho compulsório e/ou escravo. Cabe ainda destacar que as condições impostas pela colonização portuguesa criaram na Amazônia relações raciais profundamente

[61] “Esta palavra veio a designar a ocupação, pela força e a longo prazo, por parte de um país metropolitano, de qualquer território fora da Europa (ou dos Estados Unidos)”. (BALANDIER, 1993)

devastadoras no qual a condição racial, criada no pensamento europeu se tornou suficiente para acionar mecanismos de exclusão e inclusão na sociedade amazônica.

Outro discurso amplamente relacionado com a forma colonial de compreensão da região amazônica se manifesta através da percepção de que há um *vazio demográfico*, que é dotado de uma variedade de animais e uma floresta exuberantemente exótica. Essa noção que parece ser simples de se desconstruir é resultado de uma historiografia focada em história “oficial" que se pensa através somente da escrita, ignorando toda a relação humana com o tempo e o espaço que não sigas esses vieses, valorizando recursos explicativos historicizantes clássicos.

A formulação da história das ideias e as interpretações sobre a região amazônica demonstram que existem noções feitas pelos primeiros naturalistas que foram cristalizadas sobre a Amazônia, no qual as gentes que ocupam e dão sentidos para esse espaço não foram centrais na interpretação destes e continuam não sendo.

O desenvolvimento de teses centrais sobre a imagem do Brasil, concorreram sempre com tantas outras que esbarravam na problemática racial, tão profundamente arraigada na história da invenção da nação e propriamente na Amazônia.

> "O espectro das raças e a visão pessimista na qual estávamos imersos foram exorcizados pela reinterpretação da nossa história através do culturalismo(...) É importante observar que a questão racial é, neste período, um componente fundamental da questão nacional. É um modo de apreender a realidade brasileira" (RIBEIRO, 2010)

Os povos que não tinha história[62] no período dos cronistas, são as populações nativas, onde a questão racial dentro das narrativas concorrem para inventar e descobrir a região sempre tiverem esse componente, esse marcador, essa visão no mínimo desproporcional sobre as populações nativas e afro-brasileiras, permeou uma profunda preocupação quanto a composição do povo brasileiro, que fora substituída por outros paradigmas que acabava colocando

[62] CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido. Rio de Janeiro**: José Olympio, 1994.

esses povos rejeitados da história oficial, como parte desse enorme caldo cultural.

Essa visão ainda muito criticada incorporou "as três raças" na formação mais do que do território, da cultura tipicamente "brasileira". A visão de Gilberto Freyre elogiada como marcador importante por superar o discurso oficial de branqueamento da sociedade, partia de uma visão preconceituosa que tendeu a romantizar violências históricas cometidas nos moldes coloniais.

Esse breve contexto sobre as narrativas em torno da Amazônia faz com que possamos observar a importância dos estudos decoloniais, que demonstram a necessidade de aprofundar o debate, principalmente nos países colonizados, acerca das grandes questões que engendraram esse empreendimento. Que foi capaz de difundir narrativas acerca da Amazônia produziu tempos históricos, relações sociais e espacialidades que reverberam tanto no imaginário, quanto nas ações sobre a Amazônia. Além de elencar esses discursos o desafio é compreendê-los como parte de um instrumento metodológico o *pensamento social na Amazônia.*

> "Pensamento social é uma construção histórica e coletiva e que, mesmo as ideias aparentemente mais originais dos autores e sistematizadores da cultura sugerem que são, sobretudo, "portadores" desses valores" (PINTO,2015)

Os saberes e modos de vida que partem das populações tradicionais foram constantemente colocadas como sinônimos de atraso, sendo os modos de vida europeus o do progresso, servindo de inspiração para a criação de sociedades que superassem os modos de vida não-brancos. Como no caso, que envolvem culturas, dos povos originários e das populações africanas.

Para se contar a história do Brasil, era preciso interiorizar a Amazônia. A partir dos anos de 1950, período de institucionalização das ciências sociais que marca o abandono do discurso estritamente jurídico para adoção de um discurso sociológico. Podemos destacar que os estudos pós-coloniais trouxeram outras transformações para perceber o modo como, por exemplo, foi difundida uma história do continente africano, sempre por uma ótica europeia.

> "O pensamento social da Amazônia não é um eco de vozes que emudeceram. Nas vozes dos autores do passado o tempo dilata-se na projeção das relações sociais do presente" (RIBEIRO, 2015)

Temos em vários destes intérpretes uma ideia central de que a floresta é o condicionamento das identidades amazônida, essas florestas de mata fechada são sempre vistas como um local exótico e perigoso que precisam de ações civilizatórias para poder superar a "infância da humanidade" e marchar rumo ao progresso-branquitude. Com o passar do tempo essas ideias foram se refinando e aparecendo bem menos de forma abrupta e literal e bem mais sofisticadas e de forma diluída, de modo a eufemizar o preconceito e o caráter eurocêntrico.

Posto isto, o pensamento social na Amazônia, apresenta não só uma série de intelectuais que representaram a região, ou foram intérpretes da Amazônia, mas dá conta da circulação dessas ideias e como foram recebidas e remodeladas ou por vezes abandonada aqui,

A tendência proibicionista em voga possui um longo histórico aliado a medicina-legal internacional e antropologia física, importa compreender em que padrões interpretativos a temática das drogas, especificamente da maconha foram criadas na Amazônia.

Para isso precisamos entender que esse espaço geopolítico envolve uma disputa simbólica nacional, é necessário construir uma Amazônia que seja integrada ao discurso nacional vigente no período e que seja aliada das prospecções de modernização desse território, que ao atravessar os séculos continuou carregando uma visão profundamente marcada por um olhar exógeno e colonialista, engenheirados ao longo dos séculos.

Para nos limitarmos à questão central de nossa investigação não nos promulgaremos em destacar todas as incursões realizadas no território. O Governo Vargas será um expoente dessas diversas operações, que envolveram tanto os elementos de uma possível, internacionalização da Amazônia, dado o contexto de globalização já nos anos 1960, tanto quanto projetos econômicos e políticos que fossem capazes de responder à demanda desenvolvimentista.

A força profunda do discurso de internacionalização da Amazônia é permeada no governo Vargas por uma narrativa que envolve a suposta tentativa de que existira uma conspiração internacional para ocupação da Amazônia, que vai acionar práticas de instauração de projetos políticos até pesquisas científicas

de diversas ordens, e obviamente ações voltadas com o militarismo, marca do período de suspensão democrática provocada pela ditadura.

Tanto que o ano de 1966 marca, com a "Operação Amazônia" a inauguração desse período de projetos, contanto com apoio do empresariado para superar uma Amazônia marcada por rios, para um conectada por estradas.

O vazio demográfico é uma dentre outras tantas questões que poderiam, no pensamento destes se superadas com a consolidação de estradas, que garantiriam a ocupação desses espaços, o desenvolvimento econômico e por fim a nacionalização deste lugar[63]. Este empreendimento foi visto criticamente como um projeto sistemático, no período da ditadura civil-militar, com bases colonialistas, ainda nos anos 1960.

Aliado dessa preocupação, de internacionalização da Amazônia, na ditadura militar são criados um tanto de órgãos que possam suprir e servir de aparato "Foram criados órgãos como o SUDAM, BASA, SUFRAMA e INCRA, [...] movimentavam vultosos recursos e a ditadura militar numa só política o projeto de desenvolvimento com as ideias de ocupação e integração"[64]

De fato, o temor da internacionalização da Amazônia era algo palpável, em meados dos anos de 1960. Superada ao menos simbolicamente, a nacionalização desses confins territoriais era necessária criar, nas bases deste lugar, um centro de estudos que suprisse a necessidade de uma produção local sobre as "riquezas" naturais que se dispunha, entender os biomas e florestas que compõe a Amazônia como recursos naturais, arraigadas em projetos diversos de desenvolvimento e civilização, conceitos importantes que ultrapassam os séculos e chegam como projeto político à Amazônia.

É necessário dominar e organizar o *inferno verde*, excluindo com rapidez o que fosse um limitador do desenvolvimento na região para que esses novos personagens, na figura do nordestino e caboclo fizessem cumprir os planos para a região[65].

---

[63] DAS CHAGAS,2017.
[64] SOUZA, Márcio. A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 160.
[65] ANDRADE,2010

De fato, o temor da internacionalização da Amazônia era algo palpável, em meados dos anos de 1950, e que deveria ser combatido com ações direcionadas década depois. Superada ao menos simbolicamente, a nacionalização desses confins territoriais era necessário criar, nas bases deste lugar, um centro de estudos que suprisse a necessidade de uma produção local sobre as "riquezas" naturais que se dispunha, também parte de uma perspectiva comum entender os biomas e florestas que compõe a Amazônia como recursos naturais, arraigadas em projetos diversos de desenvolvimento e civilização, conceitos importantes que ultrapassam os séculos e chegam como projeto político à Amazônia, este Eldorado figura no discurso de Getúlio Vargas, é necessário dominar e organizar esse *inferno verde*, excluindo com rapidez o que fosse um limitador do desenvolvimento na região para que esses novos personagens, na figura do nordestino e caboclo fizessem cumprir os planos para a região[66].

> A mais alta tarefa do homem civilizado é conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra, e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização[67]

Partindo desta breve apresentação, no contexto brasileiro que dialoga com diretrizes internacionais, além de ter participado ativamente da proposição do problema da maconha, podemos pensar de que modo Amazônia, aqui na perspectiva no Estado do Amazonas, foi vista. Surge no meio dessas preocupações o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, criado, em 29 de outubro de 1952[68] sobre a supervisão do Conselho Nacional de Pesquisas, a sugestão de Aldolfo Ducke é recebida sem hesitação, não é o momento de rejeitar a inauguração de um centro de pesquisas na capital do Amazonas "onde

[66] ANDRADE,2010

[67] VARGAS, Getúlio. Discurso do Rio Amazonas. Cultura Política. Revista Mensal de Estudos Brasileiros,1941, p.227.

[68] Decreto Nº 31972, estabelece a criação do INPA. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-31672-29-outubro-1952-323684-publicacaooriginal-1-pe.html

a cidade está localizada, representa de certo modo, uma situação toda especial como verdadeira síntese da flora e da fauna amazônicas"[69].

> "Durante os primeiros anos após a fundação do INPA, por várias vezes ele esteve ameaçado de fechar as portas por falta de repasse de recursos e pelas dificuldades de recrutar novos pesquisadores para o seu quadro. Sempre que saia um diretor, pairava sempre a dúvida. Em 1964, o INPA sofreu uma série de ameaças, em especial, durante o início do período do Regime Militar. O CNPq estava sob ameaça de extinção e consequentemente o INPA seria afetado em cheio. A inquietação entre os servidores era geral, em particular, quando, pela primeira vez, deixamos de receber os salários por uns três meses[70]".

O INPA, ainda passaria por diversas transformações até se consolidar como instrumento de pesquisa sobre as realidades, principalmente ambientais, na/da Amazônia. A pesquisa desenvolvida por Mário Ypiranga é encomendada e feita sobre as gestões de Arthur Cezar Ferreira Reis, que ficou à frente do instituto entre 1956-1958 e de Djalma Batista que assume o cargo de direção no ano seguinte até 1968. Ficando através do convite do Coronel Aldo Vieira Rocha, Arthur Cezar foi responsável por uma reestruturação no instituto. Apesar do acordo simbólico nacional de suma importância, o instituto era visto com ares de desconfiança sobre a pena dos supostos "milhões de cruzeiros “gastos "apenas com pesquisa", além de tudo isso, um sentimento de que não se produzia algo concreto no instituto e sim "utopia com uma realização impossível".

Apesar desses percalços o instituto sobreviveu e chega ao período que promove pesquisas para além das estritamente ambientais. Trazendo em perspectiva nossa temática, os usos sociais da maconha são descritos na obra de Mário Ypiranga Monteiro, em mais uma de suas pesquisas encomendas pelo INPA, **O Folclore da Maconha**, essa obra é de importância para entender o que Mário Ypiranga classifica como uma "cultura da maconha".

Procurei demonstrar alguns aspectos importantes que foram balizadores para a reprovação, tanto legal quanto social, do uso da maconha (em suas mais diversas possibilidades), processo complexo, que teve por base um amplo bojo de argumentos e uma forte pressão de setores da sociedade brasileira. Partindo das percepções de Mário Ypiranga Monteiro, no capítulo seguinte pretendemos

---

[69] RODRIGUES,1981
[70] ACTA AMAZÔNICA

debater as matrizes do pensamento empregadas para a realização de sua etnografia e quanto possível compreender o local que esse pensador ocupava na sociedade manauara, e dialogar com elementos trazidos em sua pesquisa.

Capítulo II- Mário Ypiranga Monteiro e O Folclore da Maconha.

Código de Posturas Municipais.

Há relatos, os mais longínquos possíveis de associação da maconha, de seu uso mais "perigoso" relacionados à população negra no Brasil. As substâncias psicoativas, foram antes de criminalizadas racializadas. A Cocaína, o ópio, a maconha e até mesmo o álcool. Essas preocupações raciais em torno das sustâncias foram capazes de pautar legislações proibitivas em torno delas. No Brasil a restrição acontece, especificamente no Rio de Janeiro, centro do poder imperial, em 1830, com a "proibição do pito de pango", através do Código de Posturas Municipais, essa experiência não foi a única. Essas formulações também foram encaradas no Estado do Amazonas, oito anos depois.

Durante todo o século XIX diversas saídas políticas foram experimentadas para além de lidar com as problemáticas advindas com a República, promover a ordenação dos centros urbanos. Essas posturas estavam preocupadas tanto em organizar uma esfera pública, quanto o ambiente privado. Era preciso, de algum modo, investir na interiorização dos valores das sociedades modernas europeias, e brancas. Assim a proximidade com a civilidade seria alcançada. Para Costa (1999) havia uma estrutura colonial preocupada com o processo de urbanização no Brasil, com diferenças do modelo europeu, já que não configurava uma área central do sistema capitalista (p. 233). Essa força estrutural do colonialismo se manteve, mesmo que não inalterada, muito forte até após o ano de 1822.

VICENTE, fala do esforço de uma elite dirigente em se atrelar ao modo de vida europeu, com fins civilizatórios, como já mencionado anteriormente a força médico-legal, nutrida intelectualmente do pensamento eugenista balizou a criação dessas ferramentas de controle social, os Códigos de Posturas Municipais, sendo nas palavras do autor " Um dos instrumentos apropriados com

o objetivo de estabelecer uma nova ordem de convívio social, normatizando práticas individuais e coletivas, públicas e privadas, foram os Códigos de Posturas Municipais[71]". As Posturas Municipais, presentes desde o período colonial, serão no Império fortemente contornadas por um projeto de regulação e normalização da vida.

Diversos problemas eram alvo das regulações propostas pelas Posturas Municipais no Amazona. As do ano de 1833 são inaugurais "Manaus foi elevada à categoria de vila, quando da aplicação do Código de Processo Criminal de 1833"[72].

A promoção em categoria de Cidade em 1848, a então Cidade da Barra do Rio Negro, ocorre em 24 de outubro deste ano, em 29 de novembro as posturas municipais para a cidade que viria anos depois ser chamada de Manaós em 1856, são assim estabelecidas.

Dentre os diversos alvos de regulamento da vida cotidiana no Amazonas, surge em 1848, em meio a seção do Capítulo VII, dedicado as *Árvores das estradas e outros lugares, e dos animais daninhos*, a menção a proibição da diamba.

> "Art. 50 - Fica proibida a cultura da planta vulgarmente chamada Diamba, de que usam fumar os escravos, sob pena de vinte mil réis, ou oito dias de prisão a qualquer dono de sítio, fazenda, ou lugar aonde for achada em vegetação tal planta, dois meses depois da publicação da presente postura".

O artigo 50, dessa postura municipal é exemplar, de uma relação repressiva com uma possível prática social já consolidada, e alvo de combate jurídico. Como em outros locais, a imagem da Diamba, sempre vem carregada de elementos raciais, como destaca tal postura "que usam fumar os escravos".

Visivelmente, há uma diferença de classe que pode ser interpretada com um contorno racializados, a postura se preocupa em aplicar penalidade em quem desobedecer "sob pena de vinte mil réis, ou oito dias de prisão". Essa somatória

[71] VICENTE, p.3

[72] MELO, PATRICCIA. Código de Posturas Municipais. 2016,p.11

de valor disponível para evitar a prisão pode demonstrar uma alternativa para proteção de uma estrutura fundiária, ou dos proprietários de terra.

As leis proibitivas, os regulamentos existem sempre em resposta às práticas que se queira controlar, ou extinguir, o fumo da “Diamba que usam os escravos”, é uma conjectura pensada para punir e deflagrar o fim de tal cultura no Amazonas. Essa postura liga automaticamente o uso de maconha a população escravizada e rapidamente, devido ao volume da escravização africana, é associada à população negras. Anda que ciente de todo o esforço em “enegrecer” o fumo da Diamba, no Brasil, precisamos ter cuidado em formular tal assertiva para a realidade do Amazonas. Portanto, adaptar tão conjectura, que ao acionar o termo “escravo” estariam tal propositores pensando estritamente em corpos negros, pode inequivocadamente ignorar que o modelo colonial, no que hoje corresponde ao território do Amazonas, se valeu de mão-de-obra escrava indígena, com vasta literatura, a historiografia amazonense tem se empenhando em demonstrar as particularidades deste empreendimento colonial iniciado, de modo mais coordenado desde o século XVII.

Caberia, uma pesquisa mais extensa que fosse capaz de pensar na validade desse questionamento, mas sem dúvida, sem risco de exageros, pode-se afirmar que o Artigo 50, do Capítulo VII do Código de Posturas de 1848, tem bases racializadas e com premissas de controle étnico-racial das populações não-brancas, que ocupavam o território, e no caso da Cidade da Barra do Rio Negro eram uma maioria numérica. Conforme aponta Mesquita(2005) a partir do *Dicionário topográfico, histórico, descritivo da Comarca do Amazonas* “consta que a população da cidade era de 8.500 almas, das quais 900 eram brancos, 2.500 mamelucos, 4.080 nativos índios, 640 mestiços negros com índios e 380 negros escravos”[73].A premissa de civilizar e ordenar o espaço urbano será crucial para formulação de tais códigos que configuram uma “cartilha pra civilizar[74]”.

Essa “medicina social” estava atrelada em interesses centrados para o bom funcionamento da sociedade como um todo e formam importantes aparato

[73] MESQUITA, 2005 p.140
[74] IBIDEM,p. 139

para compreender tais posturas, veremos diversas recorrências. Até onde se pôde apurar nessa pesquisa, essa foi a mais longínqua citação encontrada no território do Amazonas, sobre a “Diamba”, significativo e muito simbólico que o surgimento da Cidade de Manaus esteja envolto da proibição da maconha. A planta é documentada no Amazonas, a partir de sua proibição, junto com o surgimento da Cidade.

O avanço e sofisticação da legislação proibicionista foi intensificado desde então. Com aparato jurídico que procurei explorar no capítulo anterior.

No Amazonas publicada em 1966, a encomenda da pesquisa no INPA, é publicada. Esse ano será nacionalmente marcado por uma profusão da cultura do fumo da maconha atrelado à movimentos culturais contestatórios, influenciados, melhor dizendo, em diálogo com a cultura hippie, com parte de movimentos de contracultura, que significaram a planta, com parte de uma resposta contestatória ao modelo autoritário que estava no Brasil, por parte de ditadura civil-militar. Podemos pensar num catálogo de motivos que, a planta fora significada deste modo, um dos essenciais, está ligado a esse movimento de negação da guerra, da violência física, em prol da liberdade, e de uma cultura baseada, muito resumidamente na “paz e amor”.

Parte das análises consideram esse fator determinante e que teria substituído um uso mais “folclórico”, culturalmente ligado a comunidades tradicionais, a partir da obra de Mário Ypiranga, temos indicativos diferentes.

Pensamento Social na Amazônia: Matrizes do Pensamento de Mário Ypiranga Monteiro e o Movimento Folclórico

Mário Ypiranga Monteiro, faz parte de um grupo de pensadores que refletiram e inventaram muitas das problemáticas sobre a Amazônia, antes de adentrar na obra o “Folclore da Maconha”, recorro a compreensão de alguns elementos importantes para tal. Um destes é tratar do Pensamento Social na Amazônia, para posterirormente pensar brevemente no ambiente em que o autor estava inserido, para que possamos reconhecer sobre que matrizes estavam arraigadas suas elaborações. Outro ponto relevante é reconhecer a influência do

movimento folclórico e suas metodologias próprias, para elaboração de sua pesquisa.

Recorrer ao pensamento social na Amazônia é um exercício primordial para a compreensão da escolha dessa ferramenta metodológica. Mesmo que os silenciamentos sejam muitos, já que vão desde a questão do uso de substâncias psicoativas na Amazônia, no Amazonas especificamente, até a respeito do corpo intelectual que compuseram e propuseram esse pensamento social, tão valioso e inexplorado, se posto em comparação intelectuais ditos “como nacionais”. Nosso objetivo é enfrentar esse duplo desafio, o que situa parte importante deste capítulo. Compreender sobre a visão de um membro do Pensamento Social na Amazônia, pode nos evidenciar elementos importantes do grupo que o autor era participe bem com elencar quais eram as matrizes que foram parte do seu arcabouço intelectual.

Compreender a questão da maconha no Amazonas através da obra o “Folclore da Maconha” põe em evidência a necessidade da compreensão do ambiente intelectual que o autor estava inserido, tanto os movimentos que o influenciaram a pensar e elaborar sua etnografia da forma que o fizera. Recorro ao Pensamento Social na Amazônia, como elemento histórico fundamental para a intepretação de sua análise a respeito do que ele denomina como “os fumadores de dirijo”, há elementos presentes nos paradigmas históricos-sociais do pensamento socia brasileiro que desde o século XIX, até um século depois, que foram de importância crucial para entender as problemáticas emergentes da sociedade brasileira.

Deste ponto, é necessário buscar palavras que tragam o significado do que essa categoria de “pensamento social” pode significar. Este exercício pode ser, como muitos temas e momentos históricos ser definido tanto nacional, quanto “regionalmente”. Esse primeiro prisma pode ser pensando da seguinte forma:

> O pensamento social pode ser visto como aquele arranjo de ideias, correntes ideológicas e matrizes interpretativas – um arranjo necessariamente plural, heterogêneo, repleto de dissonâncias, tensões e disputas – que se dedicam a estabelecer um diálogo reflexivo com a sociedade, ou seja, que buscam fornecer explicações sobre os fatos básicos de uma vida coletiva: quem somos, de onde viemos, como conseguimos chegar ao ponto em que estamos, quais

> são nossos dilemas, para onde vamos, que bagagem carregamos, o que nos move? (NOGUEIRA, 2011, p. 16 IN VILLAR,2017 p.11)

Observamos deste modo que parte de uma das preocupações de membros, do que chamamos de pensamento social, está arraigada em estabelecer análises sobre problemáticas sociais, isso notadamente marcada por questões geopolíticas e temporais. No nosso caso, a Amazônia, melhor delimitando o Amazonas, um estado marcado por discursos que sempre retomam sua imensidão territorial, com ênfase em uma característica afastada do resto do território brasileiro, poderia se valer desta mesma definição?

Penso que o exercício seja para além de trazer essas abordagens em uma aura polarizada entre “nacional x regional”. Márcio Souza, aborda a ideia de como essa dicotomia, fruto da experiência modernizadora, não comporta noções divergentes, mas exigem se estabelecer como hierarquia, o nacional superior ao regional. A Amazônia para o autor, dentro desse emaranhando de sentidos se estabelece como um aspecto regional em abordagens, o que demonstra ser parte de um “conveniente mistério para os brasileiros”. (p.30) em suas palavras.

> As características da sociedade brasileira nos obrigam a pensar num mesmo movimento a estrutura da sociedade, os problemas que atravessam e as ideias que interpretam tanto a sociedade, tanto como os problemas, pois estas servem de suporte a institucionalização das medidas que visam funcionamento político e social p .18

Questões materiais como características físicas, econômicas e políticas do Amazonas à época de Mário Ypiranga certamente se entranharam em sua análise, mas sua incursão perpassa fortemente ideias e metodologias que foram tanto apropriadas com rejeitadas, isso para tecer sua análise sobre o uso da maconha. Precisamente o exercício é ponderar quanto possível a força das ideias e dentro de sua escrita, de forma atenciosa, sabendo que “as ideias não são as únicas forças sociais” (p.16)

Os debates que estava inserido, de certo modo, são reflexo de seu engajamento individual, mas analisado como uma preocupação nacional, que extravasa os limites fronteiríssimos fixados territorialmente, pode ser enriquecedor para compreender como ideias em torno da maconha foram fixadas em alguns campos da sociedade amazonense, e mesmo que

apropriadas legalmente, foram repelidas em práticas populares, como demonstra sua etnografia.

O regionalismo dos anos de 1930, como movimento ensaístico e literário, foi parte importante que influenciou diversas obras literárias, que buscavam destacar elementos únicos, culturais de cada território, e por fim estabelecer ima identidade nacional, que desse conta de agregar e reconhecer essas expressões culturais dentro de uma brasilidade. Mário Ypiranga será receptor de vários destas noções. Para o pensamento social amazonense importa recuperar essas reflexões, ainda mais no caso da descrição sobre o uso da Maconha, pois “dá conta da circulação das ideias, de sua adaptação, de seu efeito institucional e da(s) representação(ões) sobre a região” p.14

Cabe salientar com certa atenção que questões que foram tratadas, as mais diversas, por esse extenso grupo de pensadores, não figuravam como uma preocupação estritamente do meio “intelectual” e ou “letrado”, conforme afirma Renan Freitas Pinto. A mobilidade das ideias sobre temáticas abordadas no pensamento social amazonense, superam, mais uma vez, uma falsa relação opositora entre o pensamento dos ilustrados e das camadas sociais “Seria algo forçado acreditar que aquilo que constitui o pensamento de um povo seja resultado tão somente da percepção de sua camada ilustrada, de seus escritores” (p.15)

Como já exposto, a validade de utilizar o pensamento social como uma construção marcada por temporalidade, uma construção histórica. Que não apresenta um pensamento individual, de determinado autor, mas pode ser portador de ideais coletivas, que muitas vezes ultrapassam os limites do próprio grupo, que tal pensador, pode representar, tanto em um caráter local quanto em seu diálogo como movimentos nacionais. Sabe-se que a Amazônia enquanto território será parte de uma preocupação nacional em diversos setores, um destes, está fortemente marcado ao desejo de apreender esses elementos culturais que pareciam até então estrangeiros dentro do próprio território, e “abrasileirá-los”, desde os anos 1930, essa preocupação, de criar e reconhecer uma cultura autenticamente brasileira será empregada com uma bússola.

Matrizes do Pensamento de Mário Ypiranga Monteiro

> A trajetória de Mário Ypiranga Monteiro, um intelectual conhecido e reconhecido por diferentes instâncias culturais de consagração local como um autor autorizado e, portanto, portador de autoridade para falar sobre a Amazônia, pode propiciar um exemplo concreto de como essa relação entre o plano das representações e o aspecto político mais amplo explicita os embates não só entre disciplinas mais ou menos legítimas, mas também entre diferentes intelectuais desigualmente dispostos no campo de produção simbólica da própria região e do país. (PAIVA p. 11)

O declínio da economia gomífera deixou um anseio de recuperação daquele estilho de vida, pairando no ar, dessa vez buscava-se superar um modo de vida europeu, e dentro dos próprios princípios constituintes da cidade de Manaus, encontrar componentes culturais que dessem conta dessa carência, isso acarretou numa expectativa em torno do poder intelectual.

Com premissas de se debruçar a cerca de um folclore autenticamente amazônico, o campo intelectual deu conta de estabelecer, ou ao menos responder à essa necessidade local. Isso ocorreu de forma mais complexa e menos estática, como pode-se apressadamente simplificar nossa visão, visto que “Não se trata de estabelecer uma relação mecânica entre “produção cultural” e “setores dirigentes”[75].

Os anos de 1920 entre 1950, serão no Amazonas, no campo político-intelectual significativamente marcados por sua indispensabilidade da pressão de forças política ao espraiamento do regionalismo, que de certo modo, funda a cidade no discurso cultural e social nacionalmente. Mário Ypiranga figura como um ator dessa peça. A partir dos caminhos disponíveis, já nos anos de 1940 em diante é que pôde elaborar boa parte de suas análises sobre o que considera elementos constituintes do folclore. (FALCÃO, 2010, P. 55)

> Mas seria o período áureo da borracha o responsável pela maior atividade cultural da região amazônica. Não bato palmas a essa prodigiosa aceleração que prejudicou em parte a forma racional de progresso. De repente a região amazônica se viu obrigada a aceitar o que a demanda européia oferecia em termos de riqueza fácil: o bom e o ruim. Se cresceram, quase da noite para o dia, as fontes de mandistas, possibilitando a implantação de comodidades em voga, a par do desperdício, em contrapartida a terra e o homem da terra,

[75] PAIVA, 2002, p. 96

> sacrificados, se elegeram em mártires dessa fantástica corrida econômica que foi esbarrar na miséria, na fome, no latrocínio, no incêndio, na depravação, no estelionato, no naufrágio, no suicídio, no êxodo. A imagem desse holocausto está configurada no livro de Alberto Rangel – Inferno Verde (MONTEIRO, 1986, p. 61-2 IN FALCÃO, 2010 p 56).

Sua educação formal é proveniente do Ginásio Amazonense Pedro II, cenário de aprendizado de diversos intelectuais na cidade de Manaus do século XX, com forte inclinação para as ciências humanas. Esse ambiente será palco do que o Mário Ypiranga Monteiro, intitulou, como “Rebelião Ginasiana” ou o Motim ginasiano[76]. Esse episódio na história do autor, demonstra parte da insatisfação da elite local com o fim de uma cidade com premissas de “Paris dos Trópicos”, mas também demarca os buracos do abandono desse projeto da *Belle Epoque*, que deixa a cidade desguarnecida, parte de um momento que deve marcar uma nova postura perante o território. Sua fala é comum em intelectuais que procuraram superar as dificuldades justificadas pela distância e se comunicam nacional e internacionalmente para compor dentro desses conjuntos de representações, uma Amazônia parte de uma região alojada na identidade nacional brasileira.[77]

> E Mário Ypiranga Monteiro será um destes autores, um destes intelectuais regionais que procurará pensar o Brasil a partir da região amazônica naquilo que ela apresenta de especificidade. Os caminhos trilhados pelo autor descrevem um percurso institucional bem peculiar à formação dos intelectuais que se encontram geograficamente distantes dos grandes centros de formação na área das ciências sociais, ou seja, sua formação terá forte influência de instituições como o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), a Academia Amazonense de Letras (AAL) e a Faculdade de Direito. De forte participação também na formação destes intelectuais será a possibilidade que encontram para veicular suas idéias sobre a região nos muitos jornais locais e nacionais (FALCÂO, 2010 p. 59)

Entusiasta em diversos setores das ciências humanas, é possível encontrar descrições que o retratem como historiador, folclorista, etnógrafo e repórter. Sua preocupação em ser participe das produções intelectuais sobre o Amazonas é notória, e se reflete conforme estabeleceu sua inserção nas obras que produziu[1].

---

[76] MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Mocidade Viril - 1930:** o motim ginasiano. Manaus: Nheenquatiara, 1996.
[77] Falcão, 2010 p.58,59

Os resquícios de seus esforços são refletidos no tempo presente através da memória oficial do Estado do Amazonas, reconhecido e referência em nomes de escola[78], avenida[79], bloco de prédio público[80], e de uma biblioteca[81] vasta, que reúne em seu acervo além dos mais de duzentos títulos publicados do próprio autor, um acervo dividido em obras gerais, catalogadas cerca de onze mil obras e as que são taxadas de *Amazoniana*, ultrapassando cinco mil obras, que incluem diversos voltados para as ciências humanas e os estudos de folclore, muitos com comentários do autor ou dedicados à ele. Fato é que, na memória oficial amazonense, sua presença é indiscutível.

Diversos marcadores podem ser retomados para compreender sua trajetória, seguindo as proposições de Paiva podemos pensar que, o contexto nacional dos anos 1930, que por diversos vieses buscou estabelecer aspectos de uma nacionalidade e do regionalismo, além de fatores que envolvem a consolidação e institucionalização de cursos de ciências humanas, como no caso das Ciências Sociais, são importantes marcadores temporais para estabelecer sua relação intelectual com as problemáticas que imprimiu seu olhar, destacando nesse cenário, seu caráter polígrafo. De professor à jornalista, poucos temas escaparam de seu desejo de “inventar a Amazônia”.

A questão regional, é valiosa para a compreensão do aparato de análises que acompanhará o Mário Ypiranga por toda sua trajetória. Anterior a esse momento, em, *A mocidade viril 1930*[82], se preocupa em descrever a postura dos políticos amazonense que ocupavam cargos políticos em sua época, o percurso desse intelectual poderia ter sido diferente se ele tivesse optado por renunciar a uma formação bacharelesca e empreender o caminho da vida política, que acarretava de imediato uma posição mais favorável num jogo de relações de poder e prestígio na capital Amazonense.

Para pensar sobre esse quadro político, fornece elementos voltados para uma descrição das figuras que ocupavam à sua época o quadro político do Estado do Amazonas, em seu relato Mário Ypiranga usa de elementos

[78] Escola Municipal Historiador Mário Ypiranga Monteiro
[79] A Avenida que leva o nome do escritor é uma via importante da cidade de Manaus, reconhecida por fazer parte de bairros da classe alta da cidade.
[80] Bloco Mário Ypiranga Monteiro, da Universidade Federal do Amazonas.
[81] Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro, situada no Centro Cultural dos Povos da Amazônia-CCPA, desde 2011 a biblioteca contém um memorial para o intelectual, homenageado.
[82] PAIVA, MOCIDADE VIRIL

simbólicos não tão explícitos para avaliar o quadro político da época, as roupas, as cores das vestimentas os tipos de colarinho usado pelos políticos ganham destaque em a Mocidade Viril.

> O regionalismo nas suas mais diferentes manifestações, o folclore regional amazônico, a literatura regional, por exemplo, converteu-se em objetos prioritários para Mário Ypiranga exatamente porque contemplavam uma dupla exigência: de um lado atendia uma demanda das forças políticas regionais e, de outro lado, permitia uma inserção relativamente vantajosa no quadro mais abrangente da produção simbólica nacional. (PAIVA, p.10)

Sua inserção com figuras públicas no Amazonas compôs, para além de uma relação intelectual, ou acadêmica, uma relação política com a temática do regionalismo. Abordagem usual da Amazônia, dos elementos culturais e folclóricos do Amazonas, foram primordiais para o seu desempenho e reconhecimento local.

O regionalismo criou Mário Ypiranga como um de um intérprete nativo, com possibilidades e permeabilidade de suas obras e reflexões sobre o território para o contexto ampliado. Inventariava o Amazonas no contexto nacional e respondia as demandas da Elite Amazonense. Deste modo, ressaltou tanto, localmente como uma resposta nacional sobre o âmbito cultural do Amazonas. Ocupa o cargo de professor na cadeira de Geografia Humana, que na visão de Paiva, demonstraria sua disposição em compreender aspectos sociais e culturais do Amazonas, para além de uma delimitação "natural", no caso da região amazônica, cabe pensar nas implicações e disputas que são de ordem social entre elementos que se apresentam como polos distinto, como natureza e cultura, a Amazônia e a "questão nacional".

Falcão (2010) parte da trajetória de Mário Ypiranga Monteiro, e demonstra a articulação entre as ciências sociais e os temas ligados a identidade nacional e cultura serão sempre parte da preocupação deste campo, principalmente no século XIX, como um centro de pensamento voltado para uma noção evolucionista que acompanhará os métodos de análise de boa parte desses pensadores, o autor destaca uma ruptura, não com o evolucionismo, mas a perspectiva de exclusão de símbolos nacionais, ruptura estabelecida por Gilberto Freyre. Estudos folcloristas, são pensados pelo autor dentro deste cenário.

Nos anos de 1930,apesar da institucionalização das Ciências Sociais nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, no Amazonas, os intelectuais regionais, partilham de um ambiente diferente de inserção se pensados a partir do sudeste, as possibilidade são mais estruturadas com o advento dos Institutos Históricos e das Academias de Letras, esses intelectuais partilham de campos do jornalismo, direito, letras, professores e o campo político, essa realidade regional, que se difere do campo "nacional", será próxima em diversos Estados no Brasil, fato que atentos às essas disparidades que a Comissão Nacional de Folclore (CNFE)- usa de metodologia locais, para tecer um rede de trabalho ampla no território, do qual Mário Ypiranga é participe, segundo o autor.

Outro ponto importante a ser considerado é o passado econômico da região, assombrando pela falência da economia gomífera. Mário Ypiranga é herdeiro de um pensamento intelectual, em parte portador de um devir de estabelecer a Amazônia, principalmente o Amazonas, num cenário nacional, parte da cobrança de setores dirigentes do Estado, que valeu como parte de ganhos simbólicos em seu reconhecimento nacional como detentor de conhecimento sobre os estudos folclóricos, conforme destaca Paiva.

Os anos que antecedem a etnografia O Folclore da Maconha (1966), são parte de um momento em que Mário Ypiranga já era reconhecido como autoridade dos estudos folclóricos da região do Amazonas, inserido no movimento folclórico[83], nacionalmente.

Movimento Folclórico e o Folclore da Maconha

Entre os anos de 1974 e 1964, sobre o desenvolvimento da Comissão Nacional de Folclore–CNFL, Vilhena (1997) analisa a trajetória desse movimento preocupado em promover uma sensibilidade para a proteção do "Folclore e das tradições populares" a fim de construir uma identidade nacional.

A data de 16 de novembro de 1946 foi o momento no qual na Convenção de Londres ocorre o estabelecimento de que em cada país se crie organismos

[83] Movimento Folclórico é um termo que é dado pelos folcloristas do período, que para Vilhena (1997) sobremaneira a necessidade para além de ações individuais, como um engajamento coletivo, ao fazer uma síntese desse movimento o autor destaca o que chama de programa de três pontos, esses elementos para ele era "um conjunto de atores sociais, as práticas que marcavam sua estratégia de ação e os objetivos comuns que pretendia atingir através dela" VILHENA (1997,173).

compostos por delegados governamentais, grupos interessados em educação, ciência e cultura para que se possa assessorar o governo em congressos. Surgem dessa iniciativa no Brasil o IBEC- Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura, e a CNFL- Comissão Nacional de Folclore[84]. Essas comissões estaduais foram criando e agrupando redes de estudiosos em torno das temáticas que julgavam necessárias dentro do mote de ações de preservação. Surgindo nesse ambiente as ditas "missões folclóricas". A Carta do Folclore, lançada no Congresso Internacional em São Paulo, contou a presença de representação do Amazonas, recorrendo à exposição de "técnicas populares", com destaque para utensílios presentes no modo de vida tradicional, como itens feitos de forma manual, chapéu de palha e afins.

O plano de Estudos de folclore ganha grande impulso com o Decreto nº 43.178, de 5 de fevereiro de 1958 instituído pelo então presidente Juscelino Kubistchek que visa promover a Campanha de defesa do folclore brasileiro, que se destaca pelo Artigo segundo "Caberá a Campanha promover, em âmbito nacional, o estudo, a pesquisa a divulgação e a defesa do folclore brasileiro". Sendo assim se desdobram várias iniciativas para promoção do decreto, os folcloristas têm agora um órgão estatal para garantir o decorrer dessas atividades.

Vilhena (1997) demonstra que houve uma "rotulação negativa" para os procedimentos metodológicos científicos, já que apesar de reconhecimento como folcloristas eram vistos dentro do ambiente acadêmico como como intelectuais, mas intelectuais que não era acadêmicos, já que o folclorismo não teve permeabilidade dentro das Universidades[85].

---

[84] De acordo com Vilhena (1997), o surgimento institucionalizado vem de encontro a práticas e ações já existentes dentro do movimento, como os esforços das sociedades de pesquisa, tal a sociedade de etnografia e folclore em 1936, no qual Mário de Andrade encabeçava com seu desempenho articulador, mas ainda sem um espraiamento para o território brasileiro.

[85] Ainda que intelectuais das Ciências Sociais tenham tomado esse tema para debate (como no caso de Arthur Ramos, Roger Bastide e Florestan Fernandes) foi encarado com um recorte menor e feito fora das instituições universitárias, o que fez com que os folcloristas reivindicassem uma posição de disciplina livre dentro das ciências sociais, pleiteando assim mais que um órgão dentro do Estado, um lugar dentro do seio universitário que garantisse sobremaneira a promoção de pesquisas nesse ambiente. Vilhena (1997) salienta que as primeiras pesquisas acontecem para além de um caráter meramente especulativo, estão sobremaneira preocupados e instigados em encontrar nessas expressões do povo as bases genuínas de uma cultura brasileira.

O autor salienta que as primeiras pesquisas acontecem para além de um caráter meramente especulativo, estão sobremaneira preocupados e instigados em encontrar nessas expressões do povo as bases genuínas de uma cultura brasileira. A capacidade de exceder o limite localista foi a grande marca da Comissão Nacional de Folclore- CNFL, apesar do Rio de Janeiro ter sido o ponto de centralidade da CNFL, essa rede já se estendia por meio de diversos Estados Brasileiros, como no Amazonas.

As exposições folclóricas crescem e ganham importância sendo os congressos intermediários para visibilidade de novos objetos de pesquisas, o*s folguedos populares*, os congressos tinham um caráter festivo de celebração que além de elemento lúdico buscavam visibilizar essas manifestações, já que antes da Campanha as pesquisas decorriam em paralelo as atividades dos folcloristas. A fim de sanar dificuldades financeiras da própria CNFL parte da metodologia de atuação desses folcloristas diz respeito a criação de uma rede de relações, com muitos destes intelectuais envolvidos em outras atividades, o que demarca o caráter polígrafo dessas comissões.[86]A participação de Mário Ypiranga Monteiro na rede de folclorista é marcada também por um caráter de denúncia, do "que chama de Os supostos festivais folclóricos do Amazonas, manifestações que estariam cumprindo papel de trampolim político"[87].

> "Nos anos sessenta e setenta, a consolidação de um mercado de bens culturais em âmbito nacional passou a pressionar a ideia de integração nacional (recorrente na história do Brasil) em termos da unificação dos mercados locais. Desse modo, integrar seria, antes de tudo, integrar os consumidores culturais em todo o território nacional, equalizando a ideia de nação e região." (ALVES, 2013, p.4)

Observa-se que a preocupação do intelectual estava, e pode representar uma tendência do grupo que ele pertence, e da temporalidade que está inserido, para além de resguardar o folclore estava em disputa, no campo intelectual com a institucionalização das ciências sociais, como lados opostos, um portador de uma forma amadora e caseira de interpretar e inventar os problemas sociais, outra assumindo e centralizando-se como um polo científico das práticas sociais.

> No caso específico de Mário Ypiranga Monteiro, suas obras dão testemunho de que os autores envolvidos com a produção

[86] CHARLES MACIEL P.26
[87] Charles p. 31

> simbólica na região Norte não somente tem conhecimento daquilo que se produz em termos de pensamento social no Brasil e no mundo, como fazem uso de instrumentos teóricos ligados a essa produção ao forjarem, no interior de suas obras, um conjunto de representações que dão corpo à idéia de uma região específica que é a Amazônia. A partir da consolidação das ciências sociais no país, o intelectual polígrafo legitimado por instituições como os Institutos Históricos e as Academias de Letras foi pouco a pouco sendo substituído pelo intelectual originário dos setores médios (no sentido não econômico), treinado nos cânones científicos em consonância com os modelos europeus e norte-americanos de ensino universitário que se implantam no Brasil a partir da década de 1930. (Falcão p.36)

Para Falcão (2010), o aspecto polígrafo, quase, indissociável das incursões intelectuais do autor, é parte de uma estratégia que se vale dentro do lócus de trabalho afastado desses pólos de saber institucionalizados, os jornais, diversos, O Instituto Geográfico de Pesquisa Histórica (IGHA) e a Academia Amazonense de Letras (AAL) compõe o quadro de possibilidades de publicações, que esses intelectuais, se articularão em torno. Os passos dados, o levarão para participar do Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas (IESA) e posteriormente à Comissão Nacional de Folclore (CNFL). Figuras pouco notadas, ganharão relevância em sua escrita com premissas de "emblemas tradicionais expressivos de uma dada regionalidade.[88]

Para o autor, Mário Ypiranga entra na categoria do que chama de *intelectual regional*, cercado de correspondentes, muitos destes ocupados de cargos políticos que forneciam dados oficiais sobre o estado das expressões folclóricas nas distâncias do Brasil, com uma metodologia própria, esses estudos folclóricos não tiveram validade como parte de um trabalho intelectual das ciências sociais, no centro da institucionalização dessa ciência, (Rio de Janeiro e São Paulo). Nesse cenário, desfavorável é que Mário Ypiranga Monteiro assume como missão a defesa e descrição do folclore, a falta de recursos materiais era algo sentido desde o estabelecimento da própria CNFL, o que indica a falta de valorização das comissões regionais ou institucionalização de pesquisadores a cargo das demandas "nas regiões os folcloristas encontravam-se numa rotina atarefada e assoberbada que comprometia a efetividade da pesquisa folclórica".[89] Fato que será pauta constante do nosso intelectual,

[88] Paiva, 2002, p. 94 IN Falcão 2010
[89] Falcão 2010, p 63

inserido na necessidade de inventariar um folclore autentico e reconhecido nacionalmente.

Etnografia o “Folclore da Maconha”

> “Corre, corre meu dirijo pelo meio dessa rapaziada donde não existe o dirijo as conversas não tem tuada”[90].

Na proximidade do Lago Cururu, quase findava o dia quando seu Tarquínio Oliveira voltava do seu roçado, agricultor que era, vinha puxando de cabeça seus versos como o de costume, Mário Ypiranga, atento, já anotava tudo, afinal estava pela segunda vez no Manaquiri atrás dessa tal “cultura da maconha”. Além dos versos algo capturava sua atenção: era o dirijo que Tarquínio fumava.

Usada para curar o fastio, ajudar a ter paciência na hora da pescaria, melhorar o humor ou para animar uma comemoração. É assim que diversas comunidades na Amazônia deram sentido ao uso da maconha, o nome científico Cannabis Sativa L., se perde em meio tantas nomenclaturas: Liamba, djamba, fumo de negro, dona liamba, dirijo, dirijinho, fumo de Angola e Maricauá, esse especialmente no Amazonas, no munícipio de Manaquiri.

Apesar de presente em diversos ambientes e esferas sociais, o que temos sobre a maconha é um duradouro silêncio sobre uma lacuna historiográfica existente sobre seu uso no Amazonas. Longe preencher tal lacuna, a problemática em torno da maconha, foi o centro da problematização da etnografia de Mário Ypiranga Monteiro, encomendada pelo INPA e publicada na Revista Brasileira de Folclore em 1966.

A Etnografia, é feita em dois momentos, a primeira visita ocorre em 1957, a segunda em 1962, a maconha consolidadamente criminalizada nacionalmente

[90] Verso extraído da entrevista realizada com Tarquínio Oliveira em 1962, no Lago do Cururu presente na obra de MONTEIRO, Mário Ypiranga. **O folclore da maconha.** Revista Brasileira de Folclore, Ano VI Número 16, setembro/dezembro, 1966 página____

é usada no cotidiano do munícipio do Manaquiri, a pesquisa que faz que Mário Ypiranga ocorre em dois momentos na comunidade, no espaço de tempo de cinco anos entre as visitas. O pano de fundo dos anos 1930, impôs uma ideia de que os vícios eram sem dúvida um grande problema, não somente para o “aperfeiçoamento da raça”, mas para a própria ideia de progresso e civilidade, esses pontos são cruciais para o estabelecimento das bases argumentativas que permearam a leitura que será empregada pelo folclorista, essa prática de origem consensual “africana” é um entrave ao desenvolvimento cultural do Amazonas, na perspectiva do autor.

A falta de permeabilidade de aparelhos do Estado são fatores que retiram o Manaquiri do desenvolvimento de um processo de civilidade, preocupante espaço que dada ausência desses elementos que “obrigue o caboco a plantar” a erva, indicando assim a existência de elementos indisciplinados e incivilizados, na perspectiva do autor de O folclore da Maconha.

Sua atenção as metodologias propostas pelo movimento folclórico, incluíam a necessidade de colaboradores locais, dada as dificuldades de apoio material para o desenvolvimento das pesquisas em torno do folclore. Sua viagem a cidade do Manaquiri, é o cenário onde encontra os fumadores de dirijo.

A cidade escolhida para a realização da investigação sobre o Folclore da Maconha é o munícipio do Manaquiri, cerca de 67 km por meio fluvial separam o munício da capital do Estado, Manaus. Manaquiri é um munícipio marcado por suas divisas entre os outros munícipios como Beruri, Manacapuru, Iranduba, Careiro da Várzea e Careiro, este último com uma ligação íntima, já que foi a partir do desmembramento do Manaquiri ao Castanho que esse fora considerado munícipio, isso anos depois da visita de Mário Ypiranga Monteiro, através do Ato de Criação do Município, através da Emenda Constitucional Nº 12 de 10/12/1981. Seu incomodo com a elevação do Manaquiri como categoria de município era latente, para o autor a falta de organizações estatais poderia debilitar o futuro do munícipio.

O significado desse nome é parte de dois elementos centrais na cultura amazônida, os povos originários e os rios, sendo algo como “caminho de índio”, lembrando o formato e o contorno que o rio entrega à essa cidade. Sua

composição populacional extremamente diversificada, é exemplar do modo como as cidades amazônidas são povoadas. Por investimento na ideia da migração, de força de trabalho, para os locais distantes, é que parte da população nordestina ocupa a região, junto da figura dos “ribeirinhos, caboclos” e dos povos originários, presentes em todo o território.

No decorrer de sua etnografia Mário Ypiranga divide seu trabalho nas seguintes sessões: *1- Meio físico; 2- Economia; 3- Pesquisa, 4- Equipamentos de Fumar; 5- Literatura Oral; 6- Sinonímia; 7- Puçamga; 8- Ritos de Passagem*. Sua preocupação em alertar que está encontrando uma prática social em terras pertencentes à “índios muras já pacificados”, bem como traz a memória de territórios já “devastados pelos cabanos”.

Suas primeiras inflexões dão conta de descrever o Meio Físico, para ele a falta de investimento, a ausência de aparelhos estatais não oferece alternativas culturais para que esses grupos não usem maconha, já que salienta está lidando com uma população detentora de cultura rústica perseverando no argumento de que ali se encontra um “índice cultural nulo”.

A necessidade de fazer duas visitas no Manaquiri para assim poder apreender algo mais conciso sobre o tema de sua etnografia, se dá pelo fato, de que segundo o autor, os fumadores de maconha eram cuidadosos, sendo assim foi necessário criar certa proximidade algum nível de confiança, já que estava lidando com uma prática social criminalizada, e reprimida nacionalmente.

O uso da maconha é demonstrado como uma oportunidade psicológica para dar vazão aos desejos recalcados no interior de cada pessoa, a visão do nosso autor remete grande parte do discurso médico do período. Um ponto marcante a ser destacado é a oralidade que esses grupos se valiam, muitos falavam em versos. O que é visto como uma reação direta pelo uso do dirijo.

Seu Inocêncio é um dos interlocutores que só aceita ceder entrevista se fosse feito em versos, apesar de alegar que não “puxava fumo”. Na etnografia aqui analisada na sessão sobre equipamentos de fumar, o “modo dos indígenas” é considerado menos nocivo, a oralidade com quais os interlocutores faziam seus versos é apontada como parte de uma literatura de estímulo, ou mesmo um

desdobramento psíquico do efeito da maconha, que além dos versos também tinha danças diversas. A maconha aparece como um grande e alarmante perigo social, que é resultado da construção de uma narrativa em torno do que vai ser posteriormente o que chamamos de “guerra contra as drogas”.

Mário Ypiranga descreve a cidade do Manaquiri como uma cidade que não é mais de caráter *folk*, mas que conservou sobremaneira muitas das suas tradições, das quais faz destaque para a fabricação de cerâmicas. Continua a caracterizar tudo que denomina Meio Físico Externo, falando sobre o calendário agrícola da região, com os quais se produziam mandioca, feijão e tubérculos variados, além da Juta. Introduzida pelos colonos japoneses teria marcado uma nova conduta humana e econômica, contribuindo para alavancar o prestígio histórico do lugar, isto nas palavras do autor.

A região é apresentada como tradicionalista, e ainda distante de se chegar no “ritmo da civilização”, a falta de organismos administrativos preocupa o autor, já que um município deveria nascer de sua própria eficiência, por meio da população e da economia, que nas palavras de Mário Ypiranga não aconteceu deste modo como demonstra “o homem quase não se moveu de uma cultura rústica, ficando naquele plano de tangência que nós chamaríamos de aculturação” (MONTEIRO,1966, p.286).

A economia da região é descrita pelo autor baseada na agricultura, por meio do café, do anil, da maniva, milho arroz, entre outros, a extração de seringa, a pesca, a viração de tartarugas, que servia para a fabricação de manteiga dos ovos dos quelônios, utilizada na iluminação. Dentre vários elementos citados, surge a maconha, que na região era mais conhecida como Liamba, recebendo o nome de maricaua, dirijo ou toé, a prática em torno da maconha decresceu no ambiente desde que passou a ser “objeto de controle legal” (MONTEIRO, 1966, p.288). O plantio da maconha é descrito, elencando fatores sobre o solo e o modo como a planta deve ser nutrida, e adubada.

Nesse ponto Mário Ypiranga relata que não encontrou na região grandes áreas cultivadas e sim pequenas mudas em canteiros, escondidos, distantes da região domiciliar. Apesar do esforço Mário Ypiranga enquanto pesquisador, ele relata que encontrou muito dificuldade de encontrar seus interlocutores,

> Ninguém se sente encorajado a prestar informes a estranhos e mesmo os mais credenciados fumadores de dirijo são cuidadosos e discretos neste particular. (MONTEIRO, 1966, p.289).

Só consegue êxito após contato com Demóstenes de Oliveira, que fora seu auxiliar ao lidar com “pessoas ligadas de perto ao problema social da maconha”. O autor destaca que a maconha não é somente um perigo social, mas que também estaria “desafiando os que cuidam do melhoramento da raça”. O momento em que essa etnografia é escrita ainda está recebendo a ressonância do discurso provenientes teses eugênicas.

O ambiente intelectual que Mário Ypiranga estava inserido faz com que possamos vislumbrar sua disposição em debater a cerca de elementos “folclóricos” que o autor defende como parte da criação de uma cultura amazonense rompendo o inconveniente silêncio sobre a cultura local. A maconha se torna então alvo de preocupação desses saberes institucionalizados, com uma prática a ser controlada, Mário Ypiranga Monteiro, impulsionado pela força desse pensamento observa o uso da *liamba* tendo como explicações a ausência cultural e de civilidade da população do Manaquiri.

No desenvolvimento de seu trabalho o autor opta por iniciar sua monografia descrevendo o meio físico, o que incomoda bastante o autor é a ausência de certos pré-requisitos para o que seria o mínimo necessário para o surgimento de um município, a população e a economia. Apesar, de que no decorrer de seu trabalho o autor descreva esses dois elementos, ainda assim aparecem como insuficientes, salienta no aspecto cultural a fabricação de cerâmicas, fumo da maconha (com ou sem rituais), assim sendo para o autor um “espírito de continuidade” dos “terríveis Muras antropófagos e flageladores”, completa sua caracterização do meio físico sinalizando a falta de investimento educacionais, necessitando de amparo dos órgãos do estado desde os tempos dos cabanos. Nas linhas seguintes o autor adverte que apesar de ser negada e marginalizada, há uma cultura da maconha, produzida em torno do fumo do dirijo.

A população local, envolvida com agricultura, cultivo de café, milho, arroz entre outras, dentro dessa cultura de plantação e extração da maconha sempre esteve presente, e que segundo o autor só vai decrescer quando passa a ser

objeto de controle legal, e que ainda assim em meio às terras de várzeas, mais produtivas no roçado surgem esporadicamente plantações de maconha. Tais dispositivos legais, fazem com que a cultura da planta e o uso na forma de cigarros seja condenado, que para o autor demonstra uma necessidade derivada de se plantar a maricaua, toe, a maconha. “pôsto que não tivéssemos visto na região grandes áreas plantadas, existem <canteiros> de maconha escondidos, e quando não arvoretas isoladas” (MONTEIRO, 1966).

Ao descrever em que tipo de solo, a maconha é plantada podemos notar que o cultivo que teve contato faz muito mais parte de um uso doméstico do que um tipo de produção voltada para o mercado, e sempre feito com certos cuidados, como o de não manter cultivo dentro de suas próprias casas.

A dificuldade de encontrar esses fumadores de dirijo é enfrentada pelo nosso pesquisador, que usa de uma espécie de guia local para que possa ter mais permeabilidade entre a comunidade. Ao assumir que existe sim uma cultura social em torno do uso da maconha, vai desde o Rio Castanho até o lago do Cururu (1957-1962) na procura do folclore da maconha.

O uso desse guia local mostra que Mário Ypiranga Monteiro, experiente folclorista, estava atendo as metodologias empregadas pelos grupos de pesquisadores vinculados ao “folclore”, já que estes procuravam sanar alguns problemas encontrados em suas idas a campo, sempre tentando buscar relatos e narrativas com pessoas que pudessem descrever e colaborar de algum modo com o tema de suas narrativas e pesquisas. A presença desse “guia local” é primordial para a realização de sua pesquisa, sem Demóstenes de Oliveira a pesquisa provavelmente seria menos rica de detalhes, como saliente o próprio autor.

Descreve que o uso da maconha é um grande responsável por estimular a “verbosidade”, fornecendo desta maneira o que chama de “agente catalizador” para a literatura oral. Quando um de seus interlocutores diz que narraria toda sua trajetória em versos para Mário Ypiranga é um sinal de que este, já estava metido no vício. Percebe que entre os fumadores de maconha, a maioria eram homens.

Apesar de sua pesquisa está sendo desenvolvida no meio do festejo de São Lázaro, festejo esse que conforme sua narrativa parecia envolver grande parte das comunidades, a maconha aparece como um escape para falar de investimentos em programações culturais, sendo assim o caboclo parece que se vê obrigado por força maior a fumar maconha, isso na concepção de Mário Ypiranga é uma das peças chaves para compreender o motivo e a frequência dos fumadores de maconha fazerem uso da planta, além do fato de terem poucos espaços de socialização que não sejam ligados ao trabalho ou festas "profano-religiosas", como a de São Lázaro ."Parece que tôdas as paixões recalcadas explodem sobre o influxo da Erva" (MONTEIRO, 1966; p. 289)

A maconha no pensamento intelectual foi posta diversas vezes como uma erva capaz de retirar da pessoa todo seu controle psíquico, capaz de criar o que o autor chama de "explosões psicológicas", como episódios que envolvam descontrole da raiva, ações violentas e assim por diante. A rica cultura oral que o pesquisador teve contato para ele faz parte dessa cultura da maconha, sendo em grande parte uma reação psicológica, fruto do contato com a erva.

Ao tentar entrevistar um homem chamado Inocêncio sobre puxar o dirijo recebeu uma resposta negativa, de Inocêncio, sobre o consumo e plantio da Maconha. No dia posterior em um flutuante, teve a informação por outras pessoas de que além de usar a erva ele também sabia "tirar versos da cabeça". Deste modo os versos puxados nos festejos são associados ao uso da maconha, como se a partir da possível alteração mental, dessa explosão psicológica provocada pela maconha essas pessoas começassem a "puxar" fumo, para "puxar" versos.

Os cuidados relativos ao plantio da maconha são relatados através de um interlocutor do Manaquiri, senhor Clemente, como é chamado pelo autor, demonstra toda uma gama de cuidados com o solo para que o plantio da maconha obtivesse êxito a atenção com as pragas que podem impedir o crescimento saudável das plantas, a secagem das flores e a distinção entre as plantas fêmeas, que são as que produzem o que o autor chama de "nicotina". A descrição dos "objetos de fumar" o autor destaca o aparecimento de uma espécie de fusão entre o cachimbo e o nargilé, feitos a partir de cabaças ou garrafas.

Dentre o fumo da maconha, por cigarros feitos sobre um papel mais rústico, o cachimbo que era pouco encontrado no Manaquiri, e esse mais próximo de uma “moda oriental” parece ser menos nocivo ao nosso interlocutor. Dentro as diversas mazelas associadas ao consumo da maconha, o autor destaca “imbecilismo; alucinações auditivas e visuais e impotência sexual”, sonhos alegres e eróticos também dizem respeito dos efeitos da maconha, para o autor.

A origem da maconha é um questionamento do autor, que conclui diretamente que ou a “maconha foi introduzida na Amazônia pelos negros ou nordestinos” ou existiu com variados e diversos nomes, sobre o nome de maricáua e toé em alguns grupos indígenas. A literatura oral analisada pelo autor, como já fora dito, e para ele, parte de uma literatura de estímulo desenvolvida na dança popular *desfeiteira*, ou de modo mais livre a oralidade, os versos puxados são vistos como produto direto da maconha, de puxar o dirijo, como se uma ação estimulasse a outra e ambas estivessem conectadas.

A utilização ritual da erva aparece também de modo mais tímido, como parte de atividades “xamanes nos rituais ou nas curas”; e de modo medicinal, como “remédio infalível de certas doenças”. A cultura oral é uma parte do cotidiano das comunidades em que Mário Ypiranga vai pesquisar todo esse bojo de informações que são trazidos através do trabalho do pesquisador nos mostra de que forma essas comunidades encontraram nessa tradição oralizada uma forma de expressar e narrar as suas próprias percepções sobre a realidade que os cercam.

Esta obra é exemplar do modo como o autor estava articulado nacionalmente, e demonstra aspectos pertinentes como a oralidade, o uso da maconha por uma população mais velha, do que o habitual propagandeado. Ao se debruçar sobre essa temática, Mário Ypiranga demonstra que parte de suas preocupações não estavam ligadas aos padrões habituais das metodologias empreendida por folcloristas, onde muito se vê, a inquietação da manutenção de práticas culturais folclóricas, vistas como ameaçadas frente aos processo modernizadores. Ao contrário disto, descreve um histórico de um território devastado anteriormente por “terríveis muras”, e alia o fumo da maconha como um empecilho ao desenvolvimento da raça. Referindo-se à população branca,

mas do que determinar que esses grupos de fumadores de dirijo eram formados por pessoas não brancas, indígenas, negras, “caboclos” e pardas, demonstra a que no interior do Manaquiri, nos anos de sua pesquisa, havia um uso naturalizados socialmente, à revelia do proibicionismo maçante enfrentado nacionalmente.

CAPÍTULO III- NARRATIVAS EM TORNO DA MACONHA NO AMAZONAS

Recuperando Sentidos e disputas em torno da Maconha no Amazonas.

Em 1928, por meio da Comissão Rondon, Gastão Cruls realiza sua expedição através de parte do território amazônico, percorrendo desde o Rio Trombetas e Cuminá , o autor que já havia escrito sobre a Amazônia, de forma literária em A Amazônia Misteriosa, sem ter conhecido, produz a obra etnográfica “A Amazônia que vi”, descreve com riqueza de detalhes sua percepção sobre o território, é obvio que seu imaginário sobre a Amazônia era parte crucial de seu recurso narrativo, mesmo assim, sua obra é destacada pela riqueza de termos regionais que leva para preencher sua narrativa. A Liamba, não passa ilesa de suas observações, que conclui ser um hábito consolidado no Norte do país.

> “16 horas. -Passámos, ha pouco, pelo barracão do Sr. Jeronymo Barboza. Embora o olhassemos, de longe, como aos grandes armazens de Felix Potin, das suas prateleiras nada mais conseguimos arrecadar do que nova dose de pirarucú. Minto. Ahi tambem adquiri, a titulo de curiosidade, uma amostra ,de dirijo. O dirijo, tambem conhecido por fumo d'Angola, maconha, diamba, liamba ou riamba é a cocaina do caboclo. Por meio delle o tapuyo amazonense, afogado na espessidão da ramaria verde, abre na sua choça uma "janella para o Infinito'\ atravez da qual os seus olhos se deslumbram na phantasmagoria dos · sonhos irrealizaveis. A sciencia já apurou que esse fumo de eff eitos ebriaticos e allucinatorios não é mais do que o canhamo indiano, de que se consegue tambem o. haschi,ch. Parece que tal planta, originaria da Asia, veio ter ao Brasil por intermedio dos escravos, que não mais se podiam furtar ao habito de fumal-a, vicio extremamente arraigado entre as populações africanas. O uso da maconha que, aliás nunca teve grande divulgação entre nós, está principalmente confinado ao norte do paiz”.(CRULS, 1938,p.291,292)

Pode-se observar que essa descrição demonstra como Cruls relacionava diretamente a maconha aos povos africanos, a diversidade de termos nativos mobilizados com a maconha, e muito sutilmente define uma hierarquia, no uso dessas substâncias “liamba ou riamba é a cocaína do caboclo”, apostando em uma divisão clássica de nós e eles, pode-se compreender que o paradoxo da

maconha, associada ás populações negras, era revertido da noção de que a cocaína era utilizada por setores abastados da sociedades, esses de modo algum enfrentado estigmas tão racialmente marcado, como os que usam a “cocaína do caboclo”, já que estes restava descrições que afastavam tais povos da noção de humanidade, em suas palavras “selvícolas ”

> E' preciso não esquecer, porém, que a maioria dos selvicolas que ainda vivem em terras brasileiras, e a respeito dos quaes temos de vez em quando noticias e reproducções photographicas, nada mais são do que um misero rebutalho humano, de quasi impossível confronto com a raça sadia e forte que lhes foi origem. (CRULS, 1938, p. 167).

Apesar de grande parte da bibliografia sobre políticas proibicionista estarem centradas na relação racializada da maconha, através do binômio “negro e branco”, a questão dos povos indígenas, constantemente animalizados nas descrições de seus costumes, ao fazer uso da maconha, eram enquadrados em esquemas que rememoram as violências coloniais que enfrentam desde a “invenção do Brasil”, devem ser acionada para estabelecer e complexificar a questão repressiva em torno da maconha, bem como os sentidos que ela acionava nos povos, e comunidade na Amazônia.

Nos anos de 1966, a lei já abrandava o uso, as plantações eram cada vez mais miúdas. Era visível que para a cidade grande o roçado pequeno de *mariacuá,* era perigoso, a maconha não era mais vista com facilidade, mas ainda assim não era possível ignorá-la. Existiu um modelo legal e moral impresso em todo momento que a maconha esteve presente no cotidiano das populações amazônidas, esse modelo se consolidou em bases raciais, morais, e mesmo no momento de grande repressão, dado o contexto da ditadura civil-militar, a cultura da maconha era notada no interior do Estado do Amazonas.

Mário Ypiranga em sua etnografia trás diversos elementos importantes para pensarmos como a prática social do fumo da maconha, era realizada nos anos 1960. Destes, o uso coletivo por pessoas mais velhas, aliado às atividades festivo-religiosas, embrenhados de uma ritualística. Os jornais do período propagandeavam grandes plantações com grupos perigosos, associados a maconha, o que o autor encontra certamente frusta a expectativa dessa propaganda proibicionista.

Obviamente esses elementos acompanham uma territorialidade, uma temporalidade. O Manaquiri, que vastamente descrito como um espaço devastado pelos cabanos e ocupado pelos Muras. A maconha foi racializada, para depois ser criminalizada, esse é um processo nacionalmente documentado e debatido, acontece que no Amazonas há uma simultaneidade desses processos, que não acompanhar essa periodização clássica, da história do proibicionismo brasileiro.

A guerra às drogas é uma guerra etnocida, título afirmativo de estudo conduzido por Henman (1986), aborda a utilização da maconha no Maranhão pela etnia Tenetehara, os Guajajara. Essa máxima elaborada pelo autor pode apoiar nossa análise.

"*Cadê o Dega, Rapaz?! O Dega era o cigarro" (...) Seu Chico Maciel plantava muito dirijo, e esses caboco daqui gostava... Essa maconha que chama agora, naquele tempo era dirijo".* Esses relatos compões o DIRIJO, documentário de onze minutos produzido por Raoni Valle em 2008, numa iniciativa dentro do projeto Yandé Anama Mura- Documentação Audiovisual e Recuperação do Patrimônio Imaterial do Pajé e Pearas Mura, da Organização dos Professores Indígenas Mura (OPIM-AM), no município de Autazes, no Amazonas.

Uma câmera em mãos, percorre o rosto de diversos homens, senhores de idade, pertencentes a etnia Mura, a mesma alvo da preocupação de Mário Ypiranga, os mais jovens recordam de plantações, muito pequenas. "Era uma rama tipo, vassorinha". Afirma um dos interlocutores. A primeira mulher a aparecer no documentário é Zebina Murutinga, sua memória é contada em um banco de madeira, de fundo para um lago.

> "era tão bonitinha, aquilo cheira, cheira, cheira, uma pessoa que tivesse doente, com fastio que não quisesse comer, podia ferver duas ou três folhinhas. A pessoa comia que dava gosto! Plantava dentro de casa, bendizer, era planta de casa"

Mas adiante conclui um tipo de comercialização em pequeníssima escala, a troca às vezes por peixes "tinha uns caboco aqui que era já velhinho, já tava idoso que gostava dela*(maconha),* eles ia lá comprar quatro, cinco cigarro pra puxar tucunaré".

Pajé Canuto Josefa, retoma o conhecimento das nomenclaturas conhecidas, “era mariquinha, e a liamba e o dirijo, que eles chamavam” descreve após isso, dois tipos diferentes de cultivo do Dirijo, “era a baixera e o chiú. Podemos, com essa descrição perceber que havia uma preocupação em manter cultivos diferentes, que servem a demandas diferenciadas da comunidade, existia uma organização para que o uso do dirijo ocorresse em dias determinados, por exemplo num sábado, com os velhos no terreiro reunidos onde não se via “bagunça”, só risadas.[91]

O fumo da maconha, não se encerrava no ato de preparar os cigarros, havia, como podemos recuperar através das descrições e da memória dos interlocutores um envolvimento da comunidade no plantio e suas finalidades, estavam ligadas tanto a aspectos recreativos quanto terapêuticos-medicinais.

Entretanto não se fuma o *dega* somente em momentos de diversão, partilhada em cotidiano de trabalho monótono e duradouro, como exemplo de uma pescaria “trabalhar tranquilamente, pescaria...paciência”. A narrativa do documentário segue, com outro interlocutor rememorando os dias de trabalho e estratégias tomadas em dias de pescaria, como no peixe *pirarucu*, e dias de roçado.

A forma de fumar, em casca de árvores finas, secas, após o procedimento ficava fina “igual a um papilim”, em algumas ocasiões as tradicionais rodas de fumo, o círculo com seus participantes, girava em torno de nomes de peixes que de mão em mão, a liamba ia passando “*começava daqui, aqui o cabeça de pirarucu, cabeça de tambaqui, curimata”*, esses nomes de peixe da nossa região, eram acompanhados dos barulhos de estalos das sementes, fumadas nas rodas dos *cabeça de peixe*. Era assim, *o dirijo na frente e o tabaco atrás até findar a roda, e eles achavam graça*. Não há uma visão romantizada sobre a liamba, esse uso adulto trazidos à memória dos interlocutores traz à tona momentos de uso com reações inesperadas ou fora do controle, que eram acolhidas por familiares e pessoas mais velhas, tratadas com água com açúcar.

[91] Albino Murutinga.

Existe uma consciência de que liamba, oriunda da cultura indígena foi criminalizada em todos seus aspectos, causando estranheza. A proibição da maconha, em suas memórias acarretou com o desaparecimento total dos pequenos roçados da maconha em meados dos anos de 1950.

> “Aí o capitão Amaro disse assim...eu vim aqui contigo, eu soube que tu tem a maconha, eu não quero que tu me negue, ele disse pra mim. Eu soube que tu tem, por que vocês andam fumando, eu já tenho prova, ele disse que ali por debaixo, tão fumando aqui, junto contigo, não quero que tu vá me enganar, ele disse, olha eu tenho a ordem lá do capitão que veio do posto Barbosa, é que aqui agora nós vamos acabar com o negócio da maconha aqui...Se tu não acabar, você vai ser retirado daqui da terra indígena”.

Os outros interlocutores continuam em parte final do documentário “*acabou por que fazia mal”, “daqui foi o chefe da FUNAI, que acabou...falava lá com os cabocos que não prestava que prejudicava muito eles...eles foram deixando, aí a cachaça ficou no lugar”.*

O processo de militarização da sociedade, latente tanto nos anos da pesquisa de Mário Ypiranga (1966) quanto na pesquisa de Henman (1986), e no tempo em que recorre às memória dos anciões do povo Mura, no documentário, demonstram aspectos do processo de criminalização das drogas, especialmente da maconha na Amazônia. O processo de racialização das drogas, foi eficiente para criar todo um aparato etnocida, que converge em perca de direitos básicos aos povos, que faziam uso da maconha, no seu dia a dia, ou no mínimo na ameaça desses direitos, por meio de coerção policial.

As opções apresentadas à essa população eram fincadas em bases colonialistas, já que previam ou adequação ao modelo idealizado de sociedade, ou a expulsão da terra em que habitavam “você vai ser retirado daqui da terra indígena”. Esse reduzido cardápio de opções estavam sempre sendo mediados por aparelhos repressivos do Estado, a força policial, que expunha nesse detalhe, tanto a necessidade de controle dos corpos de pessoas indígenas, quanto a violação de seus direitos sobre seus próprios territórios, sempre marcados por espaço de disputa intensa.

Essa ameaça enfrentada pelos povos tradicionais, expõe a fissura do argumento norteador da criminalização das drogas: a saúde pública. Como um povo exógeno pode definir padrões de saúde e bem viver a outro, aparentemente

um dos caminhos é por meio da criminalização, violência física e simbólica, como demonstra a aplicação dessas leis entre os anos de 1950-1970, no território amazônico.

As múltiplas formas de apropriação do uso da maconha no cotidiano desses povos, seja a população negra, pobre, povos indígenas (Mura, Guajajara) ou população ribeirinha, finda abruptamente com a sustentação do argumento de que “o fumo da maconha afasta as pessoas do funcionamento da sociedade”. As descrições que encontramos nessas fontes, indicam que a maconha tinha uma função social, importante, dentro da normalidade desses grupos, seja em festas para animar, em pescarias longas, curar a falta de apetite e outros convívios. No caso dos Guajajara, havia meses que devido a dinâmica de plantação não era possível fumar, e isso não acarretava problema algum para os indígenas, no Maranhão nos anos de 1980, como demonstra Henman.

O documentário Dirijo, demonstra através das narrativas rememoradas nas falas dos interlocutores, que quando porventura o fumo da maconha resultava em uma interação ruim, com o fumador de dirijo, os envolvidos bem sabiam contornar, exemplo que é dado, dando a pessoa que se sentia mal, água com açúcar, uma prática popular comum, que é feita para restabelecer a pessoa que está se sentido fraca, ou com “sensação de desmaio”.

Não é banal reforçar uma perspectiva fortemente racializada, tanto na constituição das leis, em torno da maconha, como em todo aparato legal ou extralegal que se desarrolha em torno da problemática das drogas. Como vimos a maconha é usada pelas mais diversas motivações, e marcada por uma diversidade, variedade de sua apropriação, a criminalização da maconha no América Latina, no Brasil, na Amazônia, e no Amazonas foi definidor de moralidades raciais, de modos de lidar que em grande medida, resultam hoje no encarceramento e na criminalização, perseguição de pessoas que fumam a maconha, ou procuram utilizá-la para outros meios, e por fim o extermínio da juventude negra e no Amazonas marcado pelo apagamento da identidade de pessoas indígenas que por assim também passam por um extermínio (silencioso), e encarceramento, principalmente em munícipios do interior do estado.

As práticas em torno da maconha, exercidas pelos povos indígenas tiveram que ser apagadas, dado ao contexto da criminalização, entretanto essa violência, que não se encerrou, tem continuidades e se remodela dentro da lógica do racismo estrutural,(ALMEIDA,2019) no tempo presente, com uma continuidade à esses povos de ferramentas coloniais.

Efeitos do proibicionismo: Política prisional a partir de Ângela Davis

A política prisional, tem como um dos seus sustentáculos os altíssimos números de pessoas privadas de liberdade, jovens, homens e mulheres, pessoas LGBTQI+, imigrantes, indígenas, negros, com identidades diferentes, mas alvos da repressão ao tráfico de drogas. Um ponto, central das críticas em torno desse modelo proibicionistas, talvez seja a questão racial. E não houve possibilidades de pensar na questão da maconha, sem mencionar e pensar sobre esse ponto. Outro ponto, esse talvez mais negligenciado seja a questão econômica.

Para Davis (2018), o encarceramento, foi o substituto legal da escravidão, dentro do sistema econômico do capitalismo. A escravidão representava, dentro da economia global, uma possibilidade de lucro, através da vida de alguém. Esse modelo, foi sofisticado e continuado através do encarceramento. Ao considerarmos o longuíssimo período de interação entre as populações e a maconha, de fato, essa experiência proibicionista é bastante recente. A despeito disso, tem causado um impacto gigantesco em grupos sociais estigmatizados, que são alvos das leis proibicionistas. Como de fato, um dos principais efeitos da política proibicionista no Brasil, resultou no encarceramento em massa devemos observar como a prisão aparece como uma função social de supostamente isolar os problemas, que a sociedade deseja esconder.

Sempre que algo, considerado errado acontece, o punitivismo penal é acionado, como um botão mágico de que deve ser acionado, sempre algo não vai como o esperado. Talvez, ao consideramos o aumento crescente de pessoas presas pelo crime de tráfico de drogas, entendemos o quão esse botão mágico é acionado para “resolver” o problema das drogas.

Davis (2018) fala que a prisão, é um discurso que se faz como um aspecto inevitável da vida, mas isso se deu aliado tanto às continuidades da escravidão, quanto ao local que as prisões ocupam no sistema capitalista atual. Esse movimento de prisionarização (p.13,14) tem seu boom, nos anos de 1980, com o envolvimento coorporativos da construção das prisões, com a terceirização[92] da mão-de-obra, nos Estados Unidos, onde a autora centra sua análise.

A centralidade das prisões dentro da economia capitalista é tão profunda, que Davis, mobiliza o conceito de complexo industrial penal, para pensar na densidade e enraizamento da prisão na vida cotidiana.

Abordar o problema da maconha, e do consequente encarceramento de pessoas negras e indígenas, além das chacinas que ocorrem sem pôr em perspectiva a centralidade do racismo, incide em compreender o problema de forma superficial, como se o racismo não estive presente estruturalmente na sociedade.

Escravidão, linchamento e segregação, terão centralidade na sociedade estadunidense pós-escravidão, o linchamento irá se configurar como uma instituição extralegal de manutenção da supremacia branca. As penitenciarias conectam-se com leis segregacionistas dos Estados Unidos, como os Códigos Negros, e a 13ª Emenda.

> "Códigos Negros proibiam uma série de ações — como vadiagem, ausência no emprego, quebra de contrato de trabalho, porte de arma de fogo e gestos ou atos ofensivos — que eram criminalizadas apenas quando a pessoa acusada era negra. Com a aprovação da Décima Terceira Emenda à Constituição, a escravidão e a servidão involuntária foram presumidamente abolidas. No entanto, havia uma exceção significativa. Na redação da emenda, a escravidão e a servidão involuntária foram abolidas "exceto como punição por crime, pelo qual a parte deve ter sido justamente condenada. De acordo com os Códigos Negros, havia crimes definidos pela lei estadual pelos quais apenas pessoas negras podiam ser "justamente sentenciadas". Assim, ex-escravos, que tinham acabado de ser libertados de uma condição de trabalho forçado perpétuo, podiam ser legalmente condenados à servidão penal. P. 25 pdf

[92] Essa terceirização, segundo a autora é uma estratégia conveniente para a fuga da mão de obra sindicalizada no EUA.

O reflexo direto desses arranjos racistas foi uma população carcerária completamente negra, fato que se complexifica a partir da presença de pessoas latinas, mulçumanas e outras minorias étnicas dentro do sistema penal americano contemporâneo. O curioso, é que mesmo antes desse fenômeno, de encarceramento de pessoas negras, essas já eram comumente vistas como perigosas e criminosas, a autora destaca que imputar crime à cor, foi um processo histórico consolidado apesar do fim da escravidão, tanto que no tempo presente ainda há ocorrências de um “perfil racial” (p.27) para abordagem criminalística.

O que é salutar, para nossa compreensão é que Davis, demonstra a similaridade da função da prisão, e das leis que encarceram as pessoas, desde a escravidão. De um sistema de servidão(escravidão) para um sistema de servidão penal(prisão) altamente rentável e em profunda expansão. Nos EUA, o tratamento que os presos recebiam, ao serem submetidos a trabalhos forçados, chegam a ser comparados a quadros piores e mais cruéis que os vistos na escravidão.

A décima terceira emenda é um exemplo histórico de como foi utilizado um argumento racista, diluído na premissa de melhorar a sociedade, para manter mais pessoas presas, construir mais prisões, e acionar todo o complexo prisional, pequenos delitos, como furtos começaram a ser tratados como ameaças extremas, além dos amontoados de acusações infundadas ou sem materialidade. Por isso, a autora afirma que “Depois da emancipação, os tribunais se tornaram o lugar ideal para exercer a retaliação racial”. (DAVIS,2018)

> “A persistência da prisão como a principal forma de punição, com suas dimensões racistas e sexistas, criou essa continuidade histórica entre o sistema de arrendamento de prisioneiros do século XIX e início do século XX e o atual negócio da privatização das prisões. Apesar de o sistema de arrendamento de condenados ter sido legalmente abolido, suas estruturas de exploração ressurgiram nos padrões da privatização e, de maneira mais geral, na ampla corporativização da punição que produziu o complexo industrial-prisional.”

Esse aumento de pessoas presas foi capaz de manter o que a autora denomina a constituição de um estado racial. O recrutamento da força laboral dos detentos permitiu a construção de diversas estradas, do desenvolvimento de

recursos para o Estado, baseados em força de trabalho não remunerada, mantendo o controle legal que os proprietários detinham nas plantations, em período escravocrata.

Se valer da mão de obra de um grupo de pessoas, para a construção de estradas, pode parecer algo que não condiz com o modelo capitalista, como um problema superado e relegado ao passado, pensar que isso foi uma forma "arcaica" ou ligadas ao modo de produção antiga, do escravismo, não é um argumento que se sustenta, já que Davis demonstra é na verdade um dos exemplo do uso do racismo de forma racional, levando a modernização e a industrialização como condutor desse pensamento, o trabalho dessas pessoas privadas de liberdade é uma dimensão oculta da história do sistema prisional, nos Estados Unidos (DAVIS,2018,p.31).

O encarceramento tem uma longa relação com o passado escravocrata nos Estados Unidos, e de modo diferente, também o tem no Brasil como demonstramos anteriormente. Essa teia que parece ser inescapável ao abordar temáticas que são criminalizadas abarca e cristalizada de tal modo, que a prisão é uma resposta pronta que ocupa e tem uma centralidade dentro da sociedade, para além de tratar do proibicionismo, ela extravasa esse tema e está presente em vários setores de nossa vida, por isso o conceito complexo industrial penal[93] é mobilizado, em suma serve para contrapor a ideia de que a criminalidade é o efeito causal do crescimento da população carcerária. Evidencia-se desse modo um emaranhando lucrativo ao estado, as corporações[94] que estão por trás da necessidade de consolidação das prisões como forma única, e eficiente de lidar com problemáticas sociais, como o consumo da maconha.

[93] Para além de evidenciar a fragilidade do argumento de que a criminalidade é o motivo das prisões esse conceito visa demonstrar a ligação comercial lucrativa em torno corporações privadas, comunidades correcionais, a impressão governo. Nos anos de 1990, no EUA, em termos de lucros o sistema prisional se equiparava à especulação imobiliária e ao crescimento do Agronegócio, conforme apresenta Davis. Longe de ser um resgate histórico, é uma análise primordial para entender a função lucrativa das prisões dentro da sociedade no tempo presente. A resposta institucional é sempre a necessidade de se fazer mais prisões, arraigado em um discurso de segurança pública indissociável de uma lógica lucrativa, que vai desde a construção das prisões até à diversas corporações que precisam ser acionadas para manter as pessoas encarceradas.

[94] Empresas que produzem diversos bens, empresas de tecnologia, assistência médica, estão ligadas no mercado da punição.

O complexo industrial penal, nos obriga a compreender as estruturas racistas ideológicas por trás do aprisionamento das pessoas, de modo que é possível compreender que há uma indissociabilidade entre racismo e punição, assim como é impossível separar de nossas análises o caráter racial que impulsionaram os debates em torno da maconha. O temor, e o pânico social em torno da abordagem sobre a maconha coloca a prisão como a possibilidade central para resolver o problema.

Maconha, nas folhas do Jornal do Commercio.

Atualmente os jornais são muito trabalhados em produções historiográficas e em análises dentro das ciências humanas, para apreender os discursos e o imaginário em torno de temáticas mais diversas. Esse procedimento se deu através de novos sujeitos históricos a partir da “nova história”,que também foram evidenciados através da transformação empreendida em novas formas de análise em torno das experiências humanas, a expansão do uso de fontes “não documentais” consolidou-se nesse movimento historiográfico que alterou também a noção de documento.

> A novidade parece-nos estar ligada a três processos: novos problemas que colocam em causa a própria história: novas abordagens modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, aparecem no campo epistemológico(LE GOFF,2010)

Pode-se pensar de forma mais assertiva que a partir dos anos de 1970 o campo historiográfico é reconduzido e a noção de fonte se altera, ampliando a possibilidade de problematização das fontes, e a consequente abertura das temáticas abordadas dentro da História, surge nesse bojo de mudanças o uso da Imprensa como parte de fonte documental de investigação histórica já que ao passo que se constitui o discurso, a narrativa histórica sobre as práticas sociais verifica-se de imediato a presença inegável da narrativa da imprensa.

Os discursos inerentes a história da imprensa não podem ser compreendidos, como nenhum processo histórico ou documento, em uma noção linerar de acontecimento, há a necessidade de superar a noção de uma visão de produção de regime de verdade, e compreender como os jornais estão

inseridos em um processo de fazer história imprensa, como salienta Cruz e Peixoto (2007). Visto, que a imprensa detém sua historicidade e especificidades próprias, e para realizar uma análise a partir do jornais, por exemplo é necessário levar em consideração o ambiente em que estão envolvidos.

Conforme abordagem de Viera Lucas (2003) que corrobora com a perspectiva de compreender as produções da Impressa como parte de uma linguagem característica do social que "detém uma historicidade e especificidades próprias", ou seja, necessita ser compreendida levando em consideração as relações sociais que a Imprensa engendra, bem como pensar nos fatores políticos, econômicos, de cada período.O enrendo noticiado nos períodicos envolvem diversas questões desde o tema apresentado à própria posição do corpo editorial,além à quem se direiconava a escrita desses narrativas jornalisticas.

A imprensa no Amazonas

O jornal Cinco de Setembro, de 1851, demarca o momento inicial da história da imprensa, reconhecido como "lenta expansão[95]" dos primórdio da imprensa no Amazonas, que em 1880 terá um ritmo frenético de produção com mais de vinte jornais ativo, devido à novas tecnologias de produção da impressa. Conforme a cidade foi se modernizando a vida das pessoas que trabalhavam pela construção dessa cidades também o foram, e esses problemas ganharam espaço nos jornais.

As fontes jornalísticas em torno da maconha, no Amazonas que debateremos são parte do corpo editorial do período Jornal do Commercio, que foram mapeadas a partir de notícias com data limite de análise de 1937 à 1965.

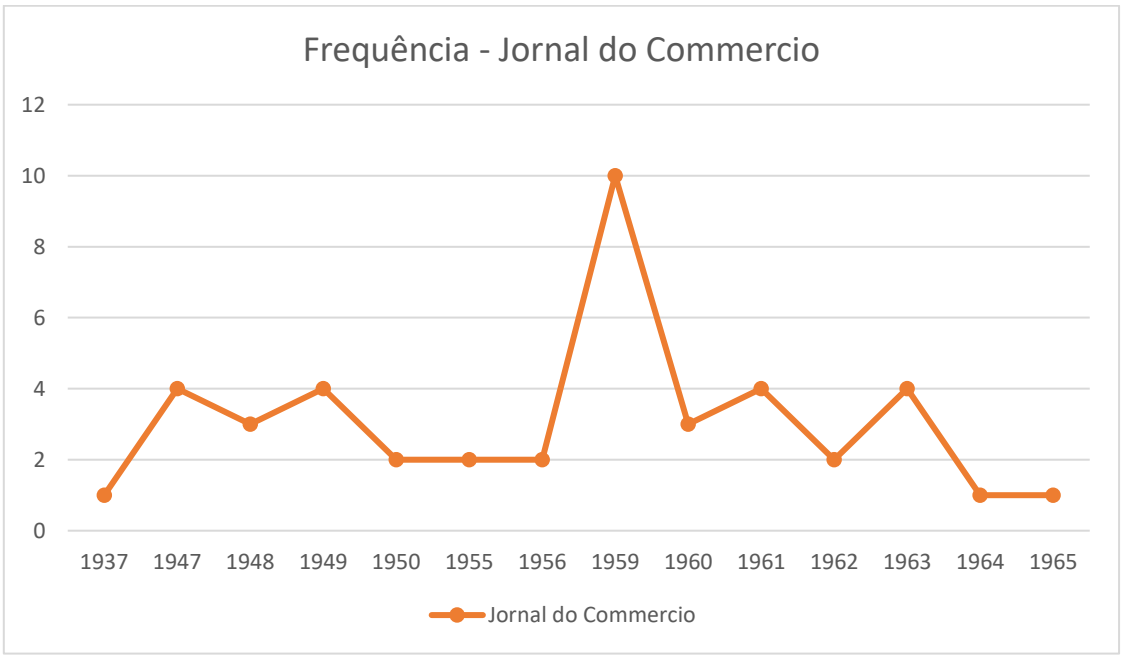
Recorremos à essa temporalidade como parte da necessidade de catalogar um volume de notícias veículadas nesse jornal, que possam trazer e abarcar elementos narrativos sobre como o imaginário amazonense lidou a problemática das drogas, especificamente a maconha. Esse marcadores temporias, foram pensados para o quanto possível irmos na descrição mais

[95] PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Folhas do Norte: Periodismo e Cultura Letrada no Amazonas (1880-1920). Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC-SP, 2001. p.54

longíqua, marcada nos anos de 1937, e por está localizada em meio aos debates que marcam a proibição do fumo da maconha, por fim os anos de 1965 foram pensado para podermos situar esse discurso, em um momento próximo à etmografia de Mário Ypiranga Monteiro.

Portanto, esse modesto esforço de trazer essas noticías pode parecer fora dos padrões metodológico consagrados em pesquisas em torno da imprenssa, de entretanto pretendo comprender algumas dessas notícias como parte da tentativa de apreender como o discurso sobre a maconha era veículado, e como o mesmo se transformou nas narrativas sociais desses momentos.

FIGURA 1 FREQUÊNCIA DE NOTÍCIAS SOBRE A MACONHA NO JORNAL DO COMMERCIO DO AMAZONAS.



Fonte: Jornal do Commercio (1937-1965)

As fontes, da imprensa local em torno da maconha, que debateremos são centradas no Jornal do Commercio em sua versão local, no Estado do Amazonas. Ao analisarmos esse gráfico [96], podemos notar a falta de regularidade na abordagem direta ao tema da maconha, e também que os anos de 1959, representam um salto em na intensidade de matérias jornalistícas produzidas sobre a maconha. Esse jornal ocupa uma importância

[96] Gráfico baseado nas propostas metodológicas de ROSA (2018).

e a partir do que indica Pinheiro (2001) era feito por setores e grupos socias privilegiados dentro das esferas políticas no Amazonas, a despeito disso, sua comunicação estava voltada para uma comunicação mais ampla,e de certo modo popular.

Sendo o Jornal do Commercio figura como parte da difusão de ideias ligadas a projetos de modernidade foi um dos grandes propagadores desse ideal, seja mostrando em suas colunas ambientes frequentados por pessoas ilustres da sociedade, seja fazendo referência a construções e embelezamentos da cidade. Apesar disso, o jornal não se furtou de debater e expor questões relacionadas à maconha.

Fundado em 1904, dia 2 de Janeiro, o Jornal do Commercio figurava entre os três principais jornais do período[97],teve destaque por ser um dos poucos jornais da América do Sul a possuir um maquinário Linotipo, o corpo desses jornais contava com uma variedade de assuntos que ia além de questões comerciais, com notícias policiais, colunas sobre a Amazônia, charges e propagandas de serviços de profissionais diversos, chega aos anos de 1940 a fazer parte da rede Diário e Emissoras associados.[98]

O Jornal do Commercio foi um ator político e social dentro do paradigma moderno que a cidade de Manaus viveu no auge da economia gomífera, ligado a elite dominante. Apesar disso, em seu discurso há um desejo de ser relacionado a neutralidade que as notícias eram veiculadas, seguia assim os moldes do Jornal do Commercio carioca que fundado em 1827, é o jornal mais antigo em circulação de toda América Latina. Ambos valendo-se de uma comunicação popular e em massa, com formas empáticas de comunicação ao receptor desse material, o leitor.(RIBEIRO, 2017).

Fato marcante que demonstra um recurso para alavancar as vendas dos jornais, e ao mesmo tempo dar vazão as aflições da população, demarcando um jornalismo popular[99], marcando um estilo conhecido como sensacionalista,

---

[97] No século XX, a cidade de Manaus contava com três principais jornais, Jornal do Commercio, O Diário do Amazonas e o Commercio (RIBEIRO, Priscila Danielle Tavares. Do burgo podre ao Leão do Norte: O Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914).Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM,2017.p.20

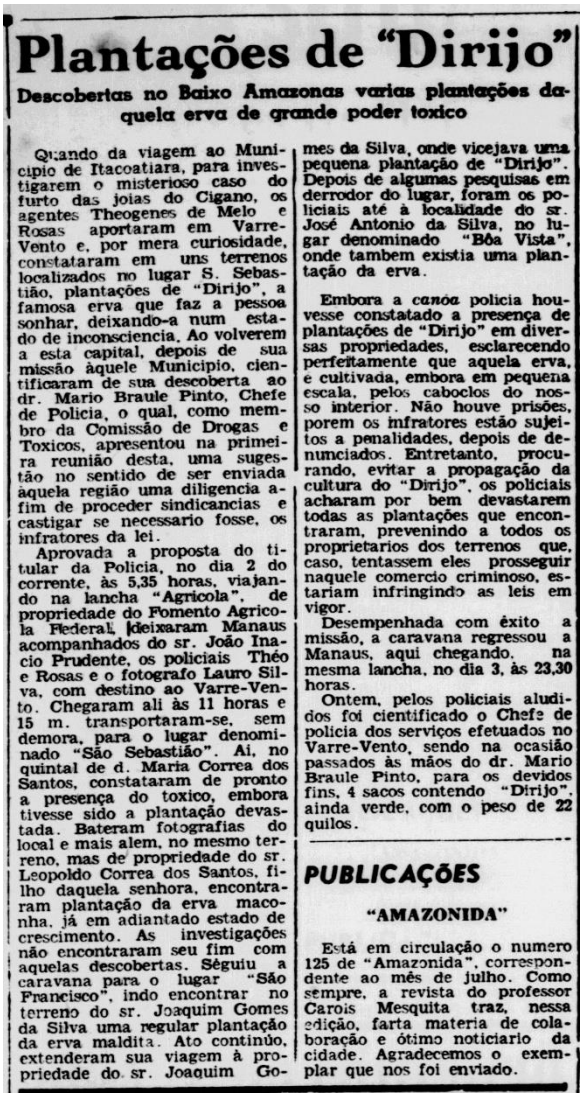
[98] IBIDEM

[99] SOUZA, Leno José Barata. *Vivência Popular Na Imprensa Amazonense:* Manaus da Borracha (1908-1917). Dissertação de Mestrado – PUC. São Paulo, 2005 APUD RIBEIRO (2017)

no tempo presente

Em notícia veículado no ano de 1937, em uma coluna de destaque aos estados, com título de “Estados”,que trás informações sobre política, acidentes, comemorações e outros assuntos diversos, têm uma sessão, destinada à causas policiais. “A polícia da capital effectuou a prisão do individuo Nantes Silva, que estava vendendo o entorpecentes “liamba” na doca do Ver-o-peso”[100], isso demosntra como os outros estados estavam lidando repressivamente com a comercialização de drogas, e finda por informar o leitor de que esse problema social está sendo combatido nos territórios vizinhos.

FIGURA 2; JORNAL DO COMMERCIO. MANAUS. 19 DE JUNHO DE 1937



Plantações de “Dirijo”

Descobertas no Baixo Amazonas varias plantações daquela erva de grande poder toxico

Quando da viagem ao Municipio de Itacoatiara, para investigarem o misterioso caso do furto das joias do Cigano, os agentes Theogenes de Melo e Rosas aportaram em Varre-Vento e, por mera curiosidade, constataram em uns terrenos localizados no lugar S. Sebastião, plantações de “Dirijo”, a famosa erva que faz a pessoa sonhar, deixando-a num estado de inconsciencia. Ao volverem a esta capital, depois de sua missão àquele Municipio, cientificaram de sua descoberta ao dr. Mario Braule Pinto, Chefe de Policia, o qual, como membro da Comissão de Drogas e Toxicos, apresentou na primeira reunião desta, uma sugestão no sentido de ser enviada àquela região uma diligencia afim de proceder sindicancias e castigar se necessario fosse, os infratores da lei.

Aprovada a proposta do titular da Policia, no dia 2 do corrente, às 5,35 horas, viajando na lancha “Agricola”, de propriedade do Fomento Agricola Federal, deixaram Manaus acompanhados do sr. João Inacio Prudente, os policiais Théo e Rosas e o fotografo Lauro Silva, com destino ao Varre-Vento. Chegaram ali às 11 horas e 15 m. transportaram-se, sem demora, para o lugar denominado “São Sebastião”. Ai, no quintal de d. Maria Correa dos Santos, constataram de pronto a presença do toxico, embora tivesse sido a plantação devastada. Bateram fotografias do local e mais alem, no mesmo terreno, mas de propriedade do sr. Leopoldo Correa dos Santos, filho daquela senhora, encontraram plantação da erva maconha, já em adiantado estado de crescimento. As investigações não encontraram seu fim com aquelas descobertas. Séguiu a caravana para o lugar “São Francisco”, indo encontrar no terreno do sr. Joaquim Gomes da Silva uma regular plantação da erva maldita. Ato continuo, extenderam sua viagem à propriedade do sr. Joaquim Gomes da Silva, onde vicejava uma pequena plantação de “Dirijo”. Depois de algumas pesquisas em derrodor do lugar, foram os policiais até à localidade do sr. José Antonio da Silva, no lugar denominado “Bôa Vista”, onde tambem existia uma plantação da erva.

Embora a *canôa* policia houvesse constatado a presença de plantações de “Dirijo” em diversas propriedades, esclarecendo perfeitamente que aquela erva, é cultivada, embora em pequena escala, pelos caboclos do nosso interior. Não houve prisões, porem os infratores estão sujeitos a penalidades, depois de denunciados. Entretanto, procurando, evitar a propagação da cultura do “Dirijo”, os policiais acharam por bem devastarem todas as plantações que encontraram, prevenindo a todos os proprietarios dos terrenos que, caso, tentassem eles prosseguir naquele comercio criminoso, estariam infringindo as leis em vigor.

Desempenhada com êxito a missão, a caravana regressou a Manaus, aqui chegando, na mesma lancha, no dia 3, às 23,30 horas.

Ontem, pelos policiais aludidos foi cientificado o Chefe de policia dos serviços efetuados no Varre-Vento, sendo na ocasião passados às mãos do dr. Mario Braule Pinto, para os devidos fins, 4 sacos contendo “Dirijo”, ainda verde, com o peso de 22 quilos.

PUBLICAÇÕES

“AMAZONIDA”

Está em circulação o numero 125 de “Amazonida”, correspondente ao mês de julho. Como sempre, a revista do professor Carois Mesquita traz, nessa edição, farta materia de colaboração e ótimo noticiario da cidade. Agradecemos o exemplar que nos foi enviado.

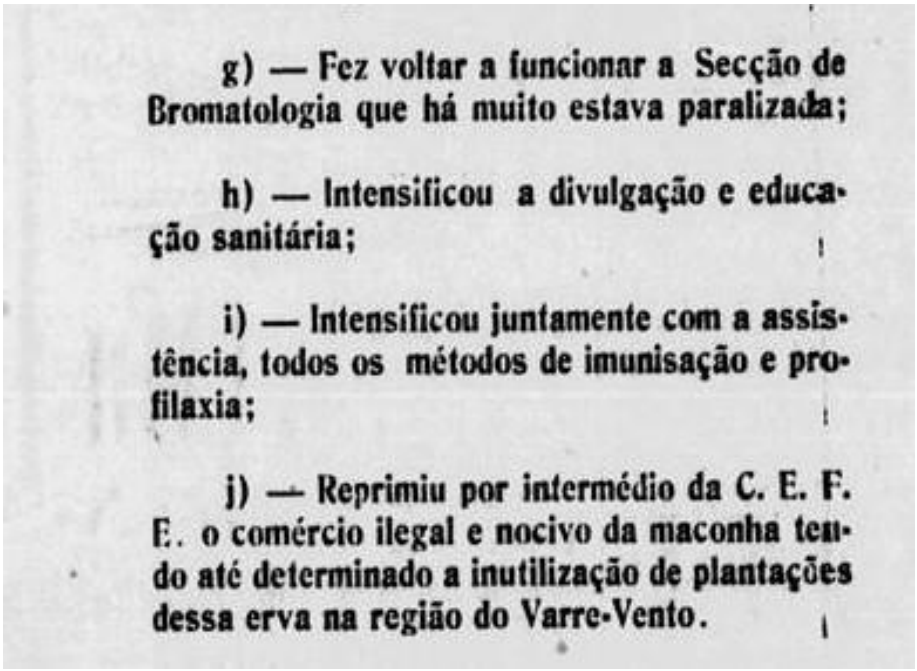
[100] Jornal do Commercio. Manaus, 19 de junho de 1937.

O título desta edição de 1947 “Plantações de “dirijo” descobertas no Baixo Amazonas, várias plantações daquela erva de grande poder tóxico”[101], fala sobre uma investigação que acaba por desembocar na descoberta de plantações de maconha no munícipio de Itacoatiara. Essas plantações de maconha são de propriedade de uma mesma família, mãe e filho. Essa plantação menor e de caráter familiar, não era uma novidade dentro das ocorrências envolvendo plantação de maconha no interior do Estado do Amazonas, o cultivo já teria se alastrado, sendo visível a “erva maldita” em presentes em outros espaços cultivavéis.

Apesar das leis proibicionistas, estarem já em voga, o procedimento adotado para remediar a situação não foi a prisão da família de cultivadores de maconha. Advertiram-os e queimaram as plantações. Mesmo que consolidado legalmente, como problema legal a maconha passava por um viés de advertência, no discurso prático dos agentes de segurança pública.

Não há um único modo de lidar com a maconha,no Amazonas, no mesmo ano o termo “traficante” já é mobilizado para falar da comercialização ilegal dessa substância, os “traficantes de drogas e entorpecentes” que vendendo cigarros de maconha são comparados à venderores da morte[102].

FIGURA 3- JORNAL DO COMMERCIO, MAIO À DEZEMBRO DE 1947.



g) — Fez voltar a funcionar a Secção de Bromatologia que há muito estava paralizada;

h) — Intensificou a divulgação e educação sanitária;

i) — Intensificou juntamente com a assistência, todos os métodos de imunisação e profilaxia;

j) — Reprimiu por intermédio da C. E. F. E. o comércio ilegal e nocivo da maconha tendo até determinado a inutilização de plantações dessa erva na região do Varre-Vento.

[101] Jornal do Commercio,. Manaus,31 de julho de 1947
[102] Ano 1947

O modo de vida capitalista não inaugurou um saber médico centrado no indíviduso, para Foucalt (1979), o que se fez foi criar mecaminso de controle social, centrados no corpo, para normalizá-lo, assim o discurso médico faz parte de um estrátegia biopolítica. Durante um boletim sobre a Gestão de Leopoldo Neves (1947), há informativos acerca da atuação do Departamento de Saúde do Amazonas, segundo consta “reprimiu por intermédio da C.E.F.E o comércio nocivo da maconha tendo até determinado a inutilização de plantações da erva na região varre vento”[103].

A institucionalização de combate à maconha, é reiterada através das comissões de fiscalização.O Conselho Nacional de Fiscalização de Entorpecentes fundado no ano de 1936,e que tem ramificações estaduais, através do Conselho Estadual de fiscalização de entorpecentes- CEFE, centra a problemática do uso de substâncias, como parte de uma ação médica, e não somente no campo legal. “O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica” (FOUCAULT, p. 80, 1979). Essa interação da medicina centrada no corpo do sujeito, é analisada como um realidade biopolítica.

> “quando a instituição ciência é chamada a agir como operador justificativo das decisões jurídicas, às vezes, se vê a eleição dos estudos ligados à afirmação de certos preconceitos consideravelmente datados e que remetem a uma epistemologia fortemente comprometida com a condenação social de grupos específicos, criando, na interface entre poder judiciário e ciências médicas, um campo de institucionalização de preconcepções estereotipadas acerca de temática tão cara à humanidade como é a produção, venda e uso de substâncias psicoativas” ROSA, 2019 p.4

Não significa de modo algum que há uma separação entre os saberes médicos e jurídicos, na verdade existe uma retroalimentação argumentativa entre esses saberes, isto é o que permeia a instrumentalização da gestão e da invenção do problema das drogas, no Brasil. Articulando-se em uma “composição mútua” que a partir Foucault, e elencada como governamentalidade, e deste modo, ela “opera a partir da produção de aspectos formais, mas, também, de afetos e imagens espalhadas no tecido social em sua

[103] Maio de 1947- Jornal do Commercio

dimensão micropolítica.[104]”

Apesar desse engajamento repressivo, centrado não somente nas substâncias, mas nos corpos que faziam uso dela, seja usando, plantando ou comercializando a maconha, serão recorentes notícias sobre planatações que não se restringiam à uma cultura do campo.

Essas plantações não se restringiam somente à municípios do interior do Estado do Amazonas, como vemos a partir das notícias que se seguem, era comum serem notíciadas tais operações na cidade de Manaus. O enunciado “Plantação de Maconha no Bairro de São Jorge”(1962)[105] revela parte de um desafio que as autoridades locais enfrentavam frente a proliferação de plantações de maconha, o jornal apresenta como um discurso perdido pelas forças repressivas, frete à “erva maldita”.

A notícia veículada no ano seguinte começa a comunicar a relação entre organizações sindicais e o fumo da maconha seu título “Estivador revelou na Justiça o que se passa em seu sindicato”[106]. Essa notícia é exemplar de um pensamento consolidado em meados dos anos de 1960, e propagandeado com muito mais intensidade após o golve cívil-militar de 1964. Os comportamentos que sobressaiam foram do padrão estipulado pela pensamento conservador era automaticamente associados à ideologias políticas, ou posições que eram criminalizadas, ou seja, fumar maconha tinha uma relação discursiva no espaço urbano, com comportamentos “subverssivos”, na mesma proporção de ser um trabalhador sindicalizado.

Podemos desse modo compreender como as drogas estavam imbricadas de preocupações moralizantes e racializadas, passando pelo que Foucault denomina ao tratar de sexualidade de *ciclo de interdição* (p.81).Não podemos deixar de observar as nuances do debate em torno da sexualidade, o perigo do espraiamento da cultura canábica parece ter sido fomentador de uma noção de “risco biológico”, com o qual não se pode agir de outra forma, a

---

[104] ROSA, Pablo Ornelas; PINTO, Getúlio Sérgio Quando a experiência é capturada pela representação: governamentalização das drogas na Saúde e no sistema de justiça criminal. Interface (Botucatu). 2019

[105] Jornal do Commercio, Manaus,***1962***

[106] Jornal do Commercio, Manaus,1963,

não ser a total exclusão da sociedade, já que o mesmo parece representar um perigo para a própria vida.

Utilizando a noção de dispositivo de Foucault, podemos compreender como esse agrupamento difuso de discursos sobre a maconha, que vai desde a sua origem até a criminalização da mesma, perpassa por vários tipos de poderes em disputa. Os marcadores legais parecem mais ser, mais uma das teias desse dispositivo, do que o grande carro chefe da regulação.

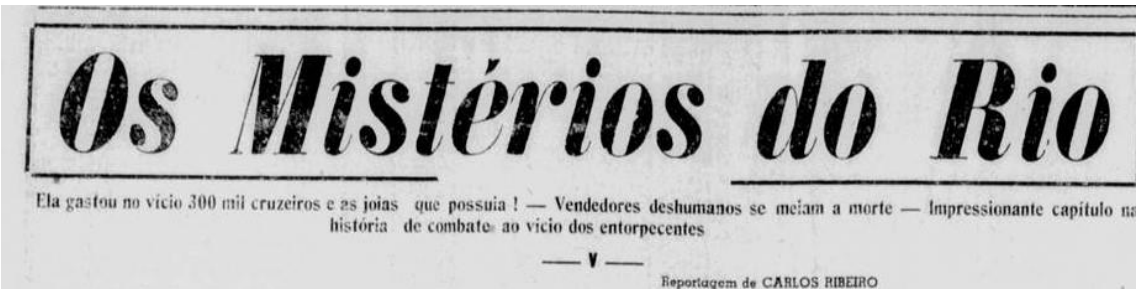
Procurar substâncias psicoativas, para alterar a consciência nem sempre foi visto como um risco, mas houve um processo de criação de um "risco biológico" que inicialmente era personificado no corpo negro, mas com a difusão desse dispositivo regulador é diluído a qualquer corpo que faça uso dessas substâncias, qualquer um se transforma em um risco para a sociedade. A saber que isso não significa de modo algum estar disposto às mesmas medidas legais punitivas, já que é sobre a juventude negra e marginalizada que recaí o maior índice de encarceramento, tal qual de mortes sobre a premissa de combate ao tráfico.

> Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema do biopoder se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas a eliminação do perigo biológico, e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou raça. A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade para tirar a vida numa sociedade da normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é condição indispensável para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo (Foucault,2000:305,306)

Antes da consolidação de leis sobre a maconha, houve um conjunto de táticas de normalização da sociedade, o sistema jurídico é mais campo desse sistema de relação de dominação, a maconha aparece como parte desse dispositivo de sujeição, ao ponto que as verdades sobre a maconha, consolidada enquanto droga é governamentalizada pela população, que abandonara o modelo estritamente jurídico de controle, é nesse ponto que o conceito de biopolítica é essencial, pois conforme brevemente apresentado podemos compreender que esse conjunto de procedimentos de controle sobre o corpo do sujeito é ponto crucial para entender a relação da interdição da maconha, baseada em primeiro momento na degenerescência da raça. Aqueles que

desobedecem esse poder absoluto, ameaçam a normalidade da vida saudável, com origens racializadas o maconheiro é visto como um risco a vida, não sobre um racismo étnico, a justificativa de tal feito é baseada em um exercício de biopoder sobre os corpos marginalizados.

FIGURA 4-JORNAL DO COMMERCIO, MANAUS, 9 DE SETEMBRO DE 1948



Os Mistérios do Rio

Ela gastou no vício 300 mil cruzeiros e as joias que possuia ! — Vendedores deshumanos se meiam a morte — Impressionante capitulo na história de combate ao vicio dos entorpecentes

— V —

Reportagem de CARLOS RIBEIRO

Na coluna, de Carlos Ribeiro, “Os mistério do Rio” que aparece de forma mais frequente nos anos de 1948, no Jornal do Commercio, o jornlalista apresenta diversas narrativas que estavam longe de um padrão policial, sua coluna direcionada à trazer notícias do sudeste, mesclava informações sobre a vida noturna,e temáticas de preopcupações politícas, dentre outras questões. Destas, destacam-se algumas publicações, que trazem pontos fundamentais em torno do discurso sobre a Maconha.

Comportamentos considerados inapróprios são acionados como plano de fundo entre “Gritos femininos e gargalhadas frenéticas[107]” em uma “noite volúpia[108]”, o texto narra a preocupação do espraiamento da maconha em “meios granfinos[109]” como destaca o quadro de 9 de setembro de 1948, desse jornal, o que ele classifica como “onda de venenos sociais[110]”, que estava se espraiando até na alta sociedade.

Na edição do dia 12, do mesmo mês e ano, vemos retomada da preocupação da “Onda de Veneno Social ”, esses alertas, que se mantem como uma constante, são encarados como um mal social espraiado ao mundo, principalmente às classes populares, mas que representa uma abordagem

[107] Jornal do Commercio,9 de setembro de 1948
[108] IBIDEM
[109] IBIDEM
[110] IBIDEM

diferenciadas a setores da “elite manauara”, do anos 40, para estes é necessários alerta-los dos males e da possibilidade de estarem ferindo códigos de elegância, tão bem quistos deste meio.

Avançando para os anos de 1963, nas notícias veículadas sobre a maconha, vemos exemplares de uma transformação discurssiva.

Se nas notícias anteriores a maconha, é tratada como um problema quase doméstico e com ações de postos de saúde, a narrativa da desordem social é consolidada a partir do anos de 1963. Umas das matérias veículadas em 13 de maio deste jornal, narra a prisão de um homem, que segundo consta teria sido preso ao oferecer um pacote de maconha ao próprio delegado, enquanto este fazia uma ronda no local.

Termos que ainda não eram acionados com frequência vão virar um padrão nos anúncios, a “desordem social”, que a maconha engendrava nesses dizeres é um exemplar disto.

As políticas repressivas em torno das drogas, encontraram na maconha, um intermédio potente para usar a população como objeto essencial do exercício de seu poder, parte de disso é consolidado com a instrumentalização de saberes específicos amparados em uma economia liberal e os dispositivos de segurança “a sua governamentalização só foi possível por meio de técnicas de governo que o possibilitou sobreviver ao longo da história das civilizações. (AZEVEDO;ROSA;SIQUEIRA,2018 p.157).

No mesmo ano, de 1963 há a menção de uma suposta campanha ‘Polícia enceta campanha contra o vício da maconha[111]”. Esse título visivelmente demarcar no Amazonas uma transformação nas formas de lidar com a problemática da maconha,o delegado responsável pela operação,Cabral Anjos, promete que com essa ação irá “limpar a cidade”, desse vício e dos deliquentes que o praticam.

[111] Jornal do Commercio. Manaus,1963.

FIGURA 5- JORNAL DO COMMERCIO, 20 DE ABRIL DE 1949



Afirmativa de que a maconha é inofensiva

A política do...

(Conclusão da 1ª. página)

Produz a "herva do diabo" alguma ação alucinatória?

O que dizem a imprensa os professores Jaime Regelo e Pedro Pernambuco Filho — Mesa redonda para discutir o problema

Apesar de consensos em torno das capacidade tóxica da maconha, há debates pertinentes que evidenciaam uma disputa, em torno de seus efeitos. Uma destes debates, foram parcialemente veículados no Jornal do Commercio, problematizando a possibilidade da maconah ser inofensiva, mesmo que as considerações de Jaime Regelo, então catedrático da Faculdade de Medicina, e Pedro Pernambuco Filho, há a perssitência do uso de uma linguagem comum, para denominar a maconha, e mais que nomear, procura acionar sentidos reprovadores em torno do consumo da substância, como "Herva do Diabo"[112]. Jaime atribiu à uma imprensa sensacionalista o poder de espalhar a ideia de um efeito tóxico, irreverssível, desta planta.

As considerações em torno dos maléficos da maconha serão vistas em outros anos do jornal "Erva do Diabo, presente de Deus[113]", associando a população nordestina de ter a introduzido, valendo ainda do argumento de fácil adaptabilidade da erva no solo nordestino. Pode-se notar como há uma utilização tática de associar à grupo minorizados, a maconha, sua introdução na sociedade, no imaginário, deve ser sempre associado para um outro, normalmente grupos que são alvo de algum tipo de preconceito, serão aderidos à essas práticas, fato que três anos depois uma machete, do mesmo jornal anuncia: "Ceará foi preso é um traficante de maconha".

No mesmo ano, há outra manchete que merece nossa atenção

[112] Jornal do Commercio, Manaus, 20 de Abril de 1949.
[113] Jornal do Commercio. Manaus, 22/01/1956

“Maconheiros estão na mão da polícia”[114]. Nessa enunciado há um elemento que pode definir questões importantes sobre a comercialização destas substâncias, na representação dos jornais no Amazonas, em Manaus. O texto segue “diversos adeptos do odiento e perigoso vicio” (...)Estavam vendendo diamba, á uma vitima pelo preço de C.r $ 1,50 o cigarro”[115].

Consumidores aparecem como vítimas, dos algozes que a comercializam,podemos pensar de que modo a figura do traficante foi desenhanda no imaginário local, como alguém que travestido de um poder inominavél que consegue “aliciar” vitímas ao uso dessas substâncias, apesar dos detalhes sobre ambos estarem ausentes. Nota-se que há uma diferença dada aos “adeptos do odiento e perigoso vicio” que demarcada como vítima de um outro, que a comercializa, demonstra uma diferença na abordagem que pode evidenciar diferenças na posição social dessas “vitímas” e dos que froram presos pela venda dos cigarros de maconha.

Como um recorte de notícias internacionias, sonbre a temática, destaca-se a denúncia ao país asiático “A china está vendendo narcóticos para financiar a compra do material bélico[116]”. Os anos que se seguem demarcam a presença de ações policiais, principalmente nos anos de 1959:“Guardava maconha em casa : foi condenado a penitenciária”;como punição o pagamento de um valor, não informado e inclusão de seu nome no rol dos culpado, neste ano diversas destas ações se repetirão, outro ponto importante é o levantamento que o jornal dá das ações executadas anos anteriores, como em 1958, que foram contrabandeados 600 mil sacas de café, além de cacau, e maconha, estes sem quantitativo expostos, mas intercepetados no porto do Estado do Pará.

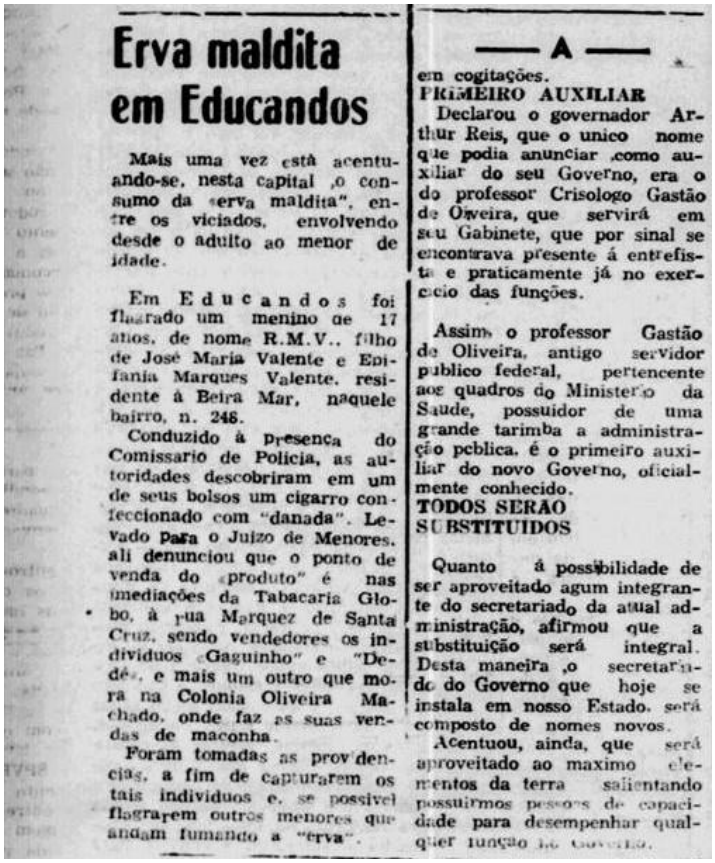
Os resultados destas diversas ações,ao longo desses anos foram sentidos em 1961, momento que segundo apresentado foram 80kg de maconha incinerados[117]. As notícias que se seguem: “Hélio Lima desenvolve campanha contra desordeiros, ébrios e outros marginais” “Batidas diárias estão sendo realizadas pelos policias”. Evidenciam uma momento de ostensiva vigilância em torno das pessoas que utilzavam a maconha na cidade de Manaus. A Venda

[114] Jornal do Commercio, Manaus, Março de 1949.
[115] IBIDEM.
[116] Jornal do Commercio. Manaus, 1956.
[117] Jornal do Commercio. Manaus,1961.

de maconha no Bairro Morro da Liberdade, em 1961, para um homem que possuia hanseníase, é treazida nas folhas do jornal, o delegado devido a situação avançada da doença do homem, negou-se de prendé-lo, em contra partida abriu inquérito policial para descobrir quem fornecia a “herva maldita”, para o homem, segundo apresenta a edição.

A prisão também ocupa uma centralidade na folhas deste jornal, não iremos nos ater à ela, mas cabe demosntrar como certos saberes se articularam em torno do controle do indivíduo.“Morreu hoje na prisão o rapaz aue cego ingressou na senda do crime”, a matéria de 1963, desta que João Crisostomo da Fonseca, indiciado por vários crimes morereu encarcerado. A reportagem enfatiza a necessidade deum educandário modelo para o cuidado de crianças e jovens “pré-delinquentes”, fala ainda do abandono do poder público em questão dos educandários que não dão aos jovens uma vontade de mudança em relação aos crimes. Outro crime narrado, cometido por um pessoa menor de dezoito anos e relacionado à maconha, no Bairro do Educandos, a “Erva Maldita em Educandos”[118].

Figura 6- Jornal do Commercio. Manaus, 27 de Junho de 1964.



Erva maldita em Educandos

Mais uma vez está acentuando-se, nesta capital ,o consumo da «erva maldita", entre os viciados, envolvendo desde o adulto ao menor de idade.

Em Educandos foi flagrado um menino de 17 anos, de nome R.M.V., filho de José Maria Valente e Epifania Marques Valente, residente à Beira Mar, naquele bairro, n. 248.

Conduzido à presença do Comissario de Policia, as autoridades descobriram em um de seus bolsos um cigarro confeccionado com "danada". Levado para o Juizo de Menores, ali denunciou que o ponto de venda do «produto" é nas imediações da Tabacaria Globo, à rua Marquez de Santa Cruz, sendo vendedores os individuos «Gaguinho" e "Dedé», e mais um outro que mora na Colonia Oliveira Machado, onde faz as suas vendas de maconha.

Foram tomadas as providencias, a fim de capturarem os tais individuos e, se possivel flagrarem outros menores que andam fumando a "erva".

— A —

em cogitações.

PRIMEIRO AUXILIAR

Declarou o governador Arthur Reis, que o unico nome que podia anunciar ,como auxiliar do seu Governo, era o do professor Crisologo Gastão de Oliveira, que servirá em seu Gabinete, que por sinal se encontrava presente á entrevista e praticamente já no exercicio das funções.

Assim o professor Gastão de Oliveira, antigo servidor publico federal, pertencente aos quadros do Ministerio da Saude, possuidor de uma grande tarimba a administração pcblica, é o primeiro auxiliar do novo Governo, oficialmente conhecido.

TODOS SERÃO SUBSTITUIDOS

Quanto á possibilidade de ser aproveitado agum integrante do secretariado da atual administração, afirmou que a substituição será integral. Desta maneira ,o secretariado do Governo que hoje se instala em nosso Estado, será composto de nomes novos.

Acentuou, ainda, que será aproveitado ao maximo elementos da terra salientando possuirmos pessoas de capacidade para desempenhar qualquer função [illegible].

[118] Jornal do Commercio,27 de Junho de 1964.

Deliquência, é um conceito mobilizado para lidar com os pânicos morais que foram construídos, ideologicamente o maconheiro, é consolidado como um inimigo social, que deve-se manter distância da sociedade. Conforme estabele Foucault (1987) podemos pensar, que a única saída possivél para lidar com os deliquentes é conserva-los no interior das instituições.Nesses casos o educandário, para os “pré-deliquentes” ou a prisão,para aqueles que já são considerados cativos desse comportamento desviante, seria a única possibilidade, nessas intituições estará lhes esperando códigos e ferramentas altamente disciplinarizantes, corretivas e punitivas, não para os eliminar, mas para a manuntenção continua de um processo pedágogico de disciplinarização, e fabricação de corpos docilizados.O cárcere é um produtor de deliquência, o sujeito marcado como tal, carrregará até o fim de seus dias todo os sentidos engajados nesse conceito.

Desde então, a relação provocada por um controle sanitário, menos ostensivo será transformado em um comunicação de guerra, um problema bélico que deverá criar um inimigo público,que impossibilitado socialmente ser engajado dentro da sociedade, só lhe resta o extermínio ou o encarceramento. As ações propagandeadas por esse jornal, são esparsas mas trazem por efeito um conglomerado de sentidos que permeavam diversos eixos da sociedade. Sabemos que “não há realidade histórica acabada” e estamos “diante da imensa e confusa realidade” (LE GOFF, 2005.p.42), sobre as narrativas que permeiaram o uso da maconha no Amazonas.

Nessas páginas breves, a partir desses jornais, podemos compreender como a construção do imaginário social, em torno da maconha foi mobilizado pela sociedade amazonense. Na expectitaiva que esse esforço tenha possibilitado evidenciar formas distintas que a maconha foi apropriada, dando conta das experiências, representações, narrativas e discursos eram acionados, e que possam contribuir não para elucidar questões definitivas, mas corroborar em percever a problemática das drogas, como a maconha, como um problema científico, dentro do campo das ciências humanas, afim

de ampliar mais as pesquisas na Amazônia, e superar, compreender o discurso proibicionista e seus efeitos gigantesco enfrentados desde os primórdios da criminalização por pessoas negras, indígenas, classes empobrecidas, mulheres e um grande bojo de grupos minorizados socialmente, frente á isso, a maconha pode aos poucos deixar de ser um assunto tabu na historiografia amazonense, e quem sabe ser evidenciada como uma categoria importante de análise, para entender crimes, regimes de violências, gênero, religião e relacões étnicos-raciais, na Amazônia, visto que esse debates são fortemente marcados por um centralidade de produção no sudeste do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A maconha passou por longos processos de relação com a humanidade, de modo geral, ao longo do tempo. Apesar de diversos povos se apropriarem de seu uso de forma transcultural, com reccorrências tanto medicinais, religiosas, recreativas, além da experiência do uso industrial, implementado pela Coroa Portuguesa, na colonônia Brasileira.

No Brasil, a planta foi associada à população africana escravizada. O “pito de pango” conta com restrições proibindo seu uso, de modo mais longíquo em 1830, na postura municipal do Rio de Janeiro, esse momento já se associa aos povos escravizados trazidos de África. Há por meio da literatura, dos relatos dos viajantes um processo racialização da maconha.

A Cannabis, foi classificada como uma substância proibida em 11 de janeiro de 1932, através do Decreto 20.930, resultado de preocupações raciais em torno do problema das drogas. Fumar maconha, não era somente parte de uma “cultura africana” estava, na visão de muitos intelectuais do Brasil, e do Amazonas, pondo em risco a consolidação de modelos raciais, centrados na branquiedade, e por fim ameaçando um modelo não somente pretendido à

modernidade, mas a branquitude. Portanto, os vícios e as toxicomaninias eram mais que um desafio ao modelo de uma boa sociedade, estes estavam arraigados à modelos sanitaristas, com bases filosóficas ligadas à eugenia no Brasil. Ao recuperar brevemente os meandros da criminalização Brasileira,podemos notar como essas questões foram mais que um pano de fundo, e sim um fio condutor que se conecta recíprocamente em seus ideias.

Situar esse debate em torno do pensamento social na Amazônia, trouxe a complexidade reconhecer com essas idéias viajam, e são apropriadade e repelidas aqui, e nos coube situar de que modo a Amazônia “fora inventada”, recuperando e dialogando com o pensamento social, e de certo modo com as narrativas dos viajantes, em premissas colonialistas.

Deste modo, os Códigos de Posturas em Manaós também deram conta de situar proibitivamente a maconha, no interiro da sociedade manuara, por meio da seção do Capítulo VII, no artigo 50,nos anos de 1848 “Fica proibida a cultura da planta vulgarmente chamada Diamba”.

Mário Ypiranga Monteiro, que teve uma relação profunda com o movimento folclórico brasileir, demontra em sua obra O Folclore da Maconha, demontrou o quão essas preocupações raciais estavam latentes ainda nos anos de sua pesquisa, fora publicada, em 1966. Outras etnografias nos evidenciaram questões importantes que demonstram como populações indígenas foram ameaçadas e afetadas no passado, por práticas em torno da maconha.

Nas fontes provenientes dos jornais podemos evidenciar alguns sentidos acionados em torno da prática do fumo da maconha, bem como as ações repressivas se transformaram com intesidade da criminalização.Longe do que se pensa,primeiro do Brasil como um mero receptor de leis externas, podemos verificar um centralidade inaugural sobre a preocupação em torno da maconha, sentidas através das comissões e conferências.

Um dos efeitos das leis proibitivas, é o encarceramento, fato que no tempo presente é marcado por questões de raça, classe e gênero, visto que 64% das mulheres privadas de liberdade respondem por crime de tráfico, no Brasil (INFOPEN, 2017). Os dados sobre o cárcere no Brasil, evidenciam um aumento crescente do número de pessoas em privação de liberdade ao longo dos anos, desde 1990 a população carcerária saltou de 90 mil para mais de 800 mil pessoas presas, um aumento em torno de 900% (CALVANCANTI, 2019).

A privação de liberdade das mulheres representa uma problemática crescente e há intersecção entre diversos mecanismos de opressão social que se relaciona com idade, escolaridade, classe social e pertencimento racial. O perfil de mulheres presas no Brasil corresponde a 47,33% de jovens entre 18 e 29 anos. Enquanto à composição racial, mulheres negras representam cerca de 64% da população carcerária. Sabemos ainda da fragilidade, especialmente desse dado, que pode ser assombrosamente maior. (INFOPEN, 2017).

De longe, podemos evidenciar o quão as prisões no Brasil são marcadas racialmente. Tanto na academia, quanto em movimentos sociais, especialmente no movimento negro, esse fenômeno é compreendido através do conceito de racismo estrutural (ALMEIDA, 2019).

Esse superencarceramento é compreendido, como parte reativa da "Nova Lei de Drogas" (Lei 11.346 de 2006) ponto central no aumento de pessoas presas. Esta nova configuração da lei centrou na figura do policial o poder de determinar a partir de seu critério subjetivo qual seria a fronteira entre usuário e traficante.

A consequência sentida no cárcere é o crescimento da população carcerária, levando o Brasil a ser o terceiro país que mais encarcera no mundo. (INFOPEN,2017).

Uma a cada três pessoas privadas de liberdade responde ao crime de tráfico, correspondendo à um aumento de 96% de pessoas presas por tráfico de drogas, desde a vigência da lei (DEPEN, 2019). Angela Davis em suas diversas contribuições demonstra como o sistema de servidão baseado na escravidão tem continuidade com o sistema penal, e complexifica essa questão ao adicionar a presença indígena, imigrante e latino-americana.

Esta inredição está muito longe do enunciado de preocupação com a saúde, e interligada com uma imersão de controle biopolítico de corpos, que foram marginalizados em seus costumes.Esses corpos marjoritariamente negros, ao falarmos do cenário nacional, são marcados e lidos como "caboclos", indígenas na Amazônia, especificamente no Estado do Amazonas, e que poderam nos demonstrar como parte importante de contextos criminalizadores de práticas sociasi foram criminalizados, partindo de uma expecitavita segregacionista que permeou os paradigmas cientifícos e até mesmo antropológicos, sociologicos e socias.

Ao evidenciarmos como diveras comunidades ao longo do tempo, e ao longo do território amazonene utilizou a maconha, podemos observar que essas pessoas pouco tinha haver com a fidelidade das descrições que a permeavam. Essa descrições evidenciaram preocupações políticas, ideológicas que imbricavam o imaginário dos cientistas no Brasil, e no Amazonas.

A investigação sobre a maconha não pôde seguir uma temporalidade rigída e engessada em anos fechados, o que procuramos estabelecer foi uma conexão de sentidos que produzidos aqui, tinham conexões com ideias, dispositivos de controle, em todo território, e apesar da gigantesca criminalização, diversos povos, comunidade registraram o uso da maconha, de forma social, terapéutica e recreativa como parte de seus cotidianos, mesmo frente à uma violenta campamha proibicionista.Pretendo que esse trabalho insida sobre o silêncio acerca da maconha, e de seus usuários.

Mesmo, que desgastada em nossos debates,não podemos deixar de pensar em resistência, houve uma resistência histórica, em fumar maconha, protagonizadas pelos povos da Amazônia.

BIBLIOGRAFIA

ADIALA, Julio Cesar. O Problema da Maconha no Brasil: Ensaio sobre Racismo e Drogas. Rio de Janeiro: Série Estudos, 1986.

ADIALA, Júlio Cesar. Uma Nova Toxicomania: o vício de fumar maconha. In: MACRAE, Edward; ALVES, Wagner Coutinho (Org.). Fumo de Angola: cannabis, racismo, resistência cultura e espiritualidade. Salvador: EDUFBA, 2016. (Coleção Drogas: Clínica e Cultura).2016

AGUALUSA, J. E. A rainha Ginga: e de como os africanos inventaram o mundo. Lisboa: Quetzal, 2014.

ALBUQUERQUE, W. R. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Colonial, São Paulo, Cia das Letras, 2000.

ALEXANDER, Michelle. A nova segregação: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANDRÉ BARROS; MARTA PERES. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. Periferia (Duque de Caxias), v. 3, n. 2, 2012.

ARRUDA, Antônio de. A doutrina da Escola Superior de Guerra. A Defesa Nacional: Revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros, Rio de Janeiro, 1965.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro, v. 1º, 1961.

AZEVEDO, Eliane; ROSA, Pablo Ornelas; SIQUEIRA, Marluce Mechelli. Drogas e Alimentos (In) Saudáveis no Contexto da Governamentalidade Neoliberal. Revista TOMO, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 33, p. 147-192, jul./dez. 2018

AZEVEDO, Renildo Viana. Conflitos socioambientais urbanos: o caso da revitalização de igarapés da cidade de Manaus- Dissertação de Mestrado. UEA 2008

BALANDIER, G. A Noção de Situação Colonial. Cadernos de Campo (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 3, n. 3, p. 107-131, 1993.

BENJAMIN, Imagens de Pensamento, Sobre o Haxixe e outras drogas. Tradução de João Barrento. Autêntica. São Paulo, 2013

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. Apologia da história. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORDIEU, Pierre. Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia. Rio de Janeiro,Ed. Vozes, 2007

BORGES, Juliana. O que é: encarceramento em massa? Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018.

BOTELHO, Adauto; PERNAMBUCO, Filho. Vícios sociais elegantes. Rio de Janeiro. 1924. 217

BURGIERMAN, D. R. O Fim da Guerra: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas. São Paulo: Leya, 2011.

CARDOSO, C. & VAINFAS, R. Domínios da História: ensaios de metodologia. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

CARLINI, E. A. A história da maconha no Brasil. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 314-317, 2006. CARLINI, E. A. Pesquisas com a maconha no Brasil. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 32, n. suppl 1, p. 53–54, 2010.

CANDIOTTO, C. (2012). Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. Psicologia & Sociedade, 24(n. spe.), 18-24.CARLINI, Elisaldo Araújo. A história da maconha no Brasil. Jornal brasileiro de psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 55, p. 314-317, 2006.

CARNEIRO, B. S. Desvarios da paulicéia: a vertigem dos venenos elegantes. D. O. Leitura, São Paulo, p. 6-7, ago. 1992.

CARNEIRO, Daniel Alves. Uso Medicinal de Cannabis Sativa. 2018 Monografia do Curso de Direito. 45 fls. Goiás. 2018

CARNEIRO, H. Álcool e drogas na história do Brasil. São Paulo/Belo Horizonte: Alameda/PUCMinas, 2005. p. 257-290.

CARNEIRO, Henrique. A Cannabis sativa. In: Amores e sonhos da flora: afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia. São Paulo: Xamã, 2002, p. 207-218.

CARNEIRO, Henrique. A construção do vício como doença: o consumo de drogas e a medicina. In: Anais do XIII Encontro Regional de História-Anpuh-MG. LPH-Revista de História/Departamento de História/ICHS/UFOP, Mariana-MG, nº 12, p. 9-24, 2002.

CARNEIRO, Henrique. A Fabricação do Vício. IN: Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Psicoativos. Consultado em 19/02/2018. Disponível em http://www.neip.info/downloads/t_hen1.pdf

CARNEIRO, Henrique. Álcool e drogas na história do Brasil. Belo horizonte: PUC Minas, 2005.

CARNEIRO, Henrique. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: VENÂNCIO, Renato; CARNEIRO, Henrique (orgs.). Álcool e Drogas na História do Brasil. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p. 11-27

Chagas, A., Heckttheuer, P., & Heckttheuer, F. (2017). O discurso da internacionalização da Amazônia: do imaginário das narrativas à racionalidade

instrumental dos projetos. Revista Novos Estudos Jurídicos - Eletrônica, Vol. 22 - n. 3 - set-dez 2017

CORRÊA, MARIZA. As Ilusões da Liberdade a Escola de Nina Rodrigues no Brasil. São Paulo- EDUSP,1998

COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia a República: momentos decisivos. 7ª Ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999

COZZI, E. 'Nosotros éramos una cooperativa de distribución': Algunas transformaciones en el mercado de drogas ilegalizadas en un barrio popular de Rosario, del cuenta propismo a una comercialización a mayor escala. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 13, n. 2, p. 463–484, maio 2020.

CRULS, Gastão. A Amazônia que eu vi- Obidos- Tucumucaque.,2 ed. Companhia editora Nacional-1938.

CUNHA, Euclides da. Um paraíso perdido. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

CUNHA, Euclides da. Um paraíso perdido. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

DA ROSA, L. Cultivo do cânhamo no Brasil. 11 jun. 2018

DA ROSA, L. Terra e ilegalidade agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco (1938-1981). Doutora—Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019.

DAVIS, Angela. Estarão as prisões obsoletas? Tradução: Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. Sci. viga. , São Paulo, v. 6, n. 2, pág. 201-218, junho de 2008.

DIWAN, Pietra: Raça Pura. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

Edward MacRae e Júlio Assis Simões, Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias, Salvador, EDUFBA, 2000, p. 20

Edward MacRae e Júlio Assis Simões, Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias, Salvador, EDUFBA, 2000, p. 20

ELIAS, Josemar da Silva Junior; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; BARBOSA, Maria Nilza Rosa. Anseios e devaneios: a memória social envolta ao progresso de legalização da maconha para fins medicinais no Brasil. Perspect. ciênc. inf.,Belo Horizonte,v.25, n.3, p. 63-81, jul. 2020

ESCOHOTADO, Antonio. Historia general de las drogas. Madrid: Alianza Editorial, 1998

ESCOHOTADO, Antônio. Historia general de las drogas. Madrid: Editorial Espasa Calpe, S. A., 2007. Edição digital.

FIORE, Maurício. A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexos acerca de debates institucionais e jurídicos. In: PINTO, R.; CARNEIRO, H. Álcool e drogas na história do Brasil. São Paulo/Belo Horizonte: Alameda/PUCMinas, 2005. p. 257-290.

FIORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. Novos Estudos Cebrap, n. 92, p. 9-21, 2012.

FIORE, Maurício. Prazer e risco: uma discussão a respeito dos saberes médicos sobre o uso de drogas. In: LABATE, Beatriz Caiuby et al. (Orgs.). Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008

FOUCAULT, M. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FOUCAULT, M. (1987). Vigiar e punir. Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1975)

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. História da Maconha no Brasil. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

FREITAS PINTO, Ernesto Renan. A Viagem das ideias. Manaus: Valer,2005.

FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo, Global, 2013.

GOFF, Jacques Le. A História Nova. 5ª ed. São Paulo Martins Fontes, 2005.

GONDIM, Neide. A Invenção da Amazônia. 2. ed. Valer. Manaus, 2007.

GONTIES; ARAUJO Maconha: uma perspectiva histórica, farmacológica e antropológica- Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. V.4 - N.7 - fev./mar. de 2003– Semestral ISSN -1518-3394 Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme

GRAEFF, F. G. (1989). *Drogas psicotrópicas e seu modo de ação*. (Segunda Edição ed.). São Paulo: E.P.UGraeff, F. G., & Guimarães, F. S. (1999). Medicamentos antipsicóticos. In F. G. Graeff, F. S. Guimarães & A. V. Zuardi (Orgs.)

HORACIO VANEGAS. A aspirina, os opiáceos e a maconha no sistema endógeno de controle da dor. Estudos avançados, v. 27, n. 77, p. 23–28, 2013.

IGLÉSIAS, F. de Assis. Sobre o vício da diamba. In: A Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951.

Klepka, V., & Corazza, M. (2018). O essencialismo na classificação de Lineu e a repercussão dessa controvérsia na Biologia. História da Ciência e Ensino: construindo interfaces, 18, 73-110, 2018.

LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: História e Memória. 5º Ed. Trad. Bernardo Leitão et.al, Campinas: Editora da Unicamp, 2010

LEMOS, C.; ROSA, P. O. No caminho da rendição: cannabis, legalização e antiproibicionismo. Argumentum, *[S. l.]*, v. 7, n. 1, p. 69–92, 2015.

LOMBROSO, Cesare. O homem delinquente. Tradução: Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2007 (Coleção Fundamentos de direito).

LUNARDON, Jonas Araújo. Maconha, Capoeira e Samba :a construção do proibicionismo como uma política de criminalização social. In: I Seminário Internacional de Ciência Política (ANAIS). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015

MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio Assis. Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias. Salvador: EDUFBA, 2000.

MENZ, Maximiliano Mac. Entre dois Impérios: Formação do Rio Grande na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1822). Tese em História– Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MENZ, Maximiliano Mac. Os escravos da Feitoria do Linho Cânhamo: um estudo preliminar. Anais da “III Jornada de História Econômica". Montevidéu: [s.n.]. 2003.

MUKASONGA, Scholastique. A mulher de pés descalços. São Paulo: Nós, 2017. Tradução: Marília Garcia.

O essencialismo na classificação de Lineu e a repercussão dessa controvérsia na Biologia.- Verônica Klepka Maria Júlia Corazza

OLIVEIRA, L. L.; RIBEIRO, L. R. Discursos médicos e jurídicos sobre maconha na Paraíba: a judicialização do direito ao acesso à maconha medicinal. Revista de Estudos Empíricos em Direito, v. 4, n. 2, 17 maio 2017.

OLIVEIRA, Nathália Fernandes de. Repressão Policial às religiões de Matriz Afro brasileiras no Estado Novo (1937-1945). Dissertação em História Social. 2015, 173 fls. Niterói. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2015

PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. Identidade regional e folclore amazônico na obra de Mário Ypiranga.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. Entre o branco e o negro: política e cultura no início da trajetória intelectual de Mário Ypiranga Monteiro. In: Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. Ano 6, n 2 (jul./dez.). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006, p. 119-134.

PEREIRA Cunha, Maria Clementina "Não me ponha no xadrez com esse malandrão". Conflitos e identidades entre sambistas no rio de janeiro do início do século XX. Afro Ásia, núm. 38, 2008, pp. 179-210 Universidade Federal da Bahia Bahía,2008.

RAMINELLI, Ronald. Ciência e Colonização- Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira- 1996.

RIBEIRO, Odenei de Souza. Região e Conciliação. Manaus, Ed. EDUA,2010.

RIBEIRO, Odenei de Souza. Tradição e Modernidade no Pensamento de Leandro Tocantins. Manaus, Ed. Valer/FAPEAM, 2015
ROBINSON, Rowan. O grande livro da Cannabis: guia completo de seu uso industrial, medicinal e ambiental. Trad. Maria Luiza X de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 1999

RODRIGUES, T. M. S. A infindável guerra americana: Brasil, EUA e o narcotráfico no continente. São Paulo em Perspectiva, v. 16, n. 2, p. 102–111, jun. 2002.

ROSA, 2020- Levantamento geográfico da produção de linho cânhamo na América Portuguesa (1716-1822): análise preliminar Lilian da Rosa

ROSA, Lilian da. Cultivo do cânhamo no Brasil. 2018 Disponível : https://www.researchgate.net/publication/349287967

ROSA, Lilian da. Levantamento geográfico da produção de linho cânhamo na América Portuguesa (1716-1822): análise preliminar. In: X Encontro de Pós-graduação em História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2020, Osasco. Encontro de Pós-graduação em História Econômica, 2020. p. 1-18.

ROSA, Lilian da. Terra e ilegalidade agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco (1938-1981). Tese de Doutorado em Desenvolvimento Econômico. 2019, 241 fls. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. São Paulo- 2019.

ROSA, Pablo Ornelas. Drogas e governamentalidade neoliberal: uma genealogia da redução de danos. Florianópolis: Insular, 2014.

ROSA, Pablo Ornelas; JUNIOR, Humberto Ribeiro; LEMOS, Clécio. Encarceramento em massa e criminalização da pobreza: Ponderações sobre os efeitos biopolíticos da guerra às drogas

ROSA, Pablo Ornelas; PINTO, Getúlio Sérgio Quando a experiência é capturada pela representação: governamentalização das drogas na Saúde e no sistema de justiça criminal. Interface (Botucatu). 2019

RYBKA, L. N. et al. Os mortos e feridos na “guerra às drogas”: uma crítica ao paradigma proibicionista. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 35, n. 1, p. 99–109, mar. 2018.

SAAD, Luísa Gonçalves. “Fumo de negro”: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História-UFBA 2013.

SAAD, Luísa. O discurso da Medicina na proibição da maconha: preocupações acerca da composição racial na formação de uma República exemplar. São Paulo, Simpósio Nacional de História- ANPUH.

SAMPAIO, Patricia Melo (Org) O fim do silêncio: presença negra na Amazônia. Belém: Açaí/CNPq, 2011.

SAMPAIO, Patricia Melo (Org.). Posturas Municipais, Amazonas (1838-1967). Manaus: EDUA/FAPEAM, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009

SANTOS, Rafael Guimarães dos. “Breve panorama etnobotânico sobre a maconha”. In: Fumo de Angola: canabis, racismo, resistência cultural e espiritualidade. Salvador: EDUFBA, 2016.

SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea [S.l: s.n.], 1998

SCHWARZ, Lilian M. Retrato em branco e negro. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Marilene Corrêa da. O Paiz do Amazonas. Manaus: Valer, 2004

SIMON, William. Uma esquecida expedição científica à Amazônia no século XVIII In FERRÃO, Cristina e SOARES, José Paulo. Viagem philosofica: uma redescoberta da Amazônia (1792-1892). Rio de Janeiro: Editora Índex, 1992.

SOUZA, Jorge Emanuel Luz de . Sonhos da diamba, controles do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano. [s.l.] EDUFBA, 2012

SOUZA, Jorge Emanuel Luz. Sonhos da diamba, controles do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano. Salvador: EDUFBA: CETAD/UFBA, 2015, 263 p. Drogas: clínica e cultura collection.,2015.

SOUZA, Márcio. A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: AlfaÔmega, 1977.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. Reise in Brasilien auf Befehl Sr. Majestät Maximiliam Joseph I. Königs von Baiern in den Jahren 1817-1820. München: Gedruckt bei I. J. Lentner, v. II, 1828

TEIXEIRA, M. B. et al. Tensões paradigmáticas nas políticas públicas sobre drogas: análise da legislação brasileira no período de 2000 a 2016. Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, p. 1455–1466, maio 2017.

VARGAS, Getúlio. Discurso do Rio Amazonas. Cultura Política. Revista Mensal de Estudos Brasileiros,1941.

VILAR, Fabíola. Segredos de uma casa em ruínas: família e pensamento social na obra de Milton Hatoum. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de ciências Humanas e Letras-Universidade Federal do Amazonas. -Amazonas. 2017.